



Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média: Miséria, Desigualdade e Determinantes das Classes

**Coordenação:
Marcelo Cortes Neri**

21 de Setembro de 2009

Versão 1.0

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média: Miséria, Desigualdade e Determinantes das Classes / Marcelo Côrtes Neri (Coord.). - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

[130] p.

1. Classes Econômicas 2. Desigualdade 3. Pobreza 4. Mobilidade Social 5. Classe Média I. Neri, M.C

© Marcelo Neri 2009

Centro de Políticas Sociais
Instituto Brasileiro de Economia
Fundação Getulio Vargas

Coordenação:

Marcelo Côrtes Neri

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Equipe do CPS:

Samanta dos Reis Sacramento

André Luiz Neri

Lucas Moreira

Ana Beatriz Urbano Andari

Ana Lucia Salomão Calçada

Arte: Marlus Pires

ÍNDICE

1. Introdução

O Bolso dos Brasileiros

Empate Social

As Razões da Mudança

Composição de Renda Por Classe Econômica

Produtores e Consumidores

Cigarras e Formigas

Distribuição de Renda

Cenários de Miséria, Crescimento e Desigualdade

2. Classes Econômicas

Medindo as Classes Econômicas

3. Ano I D.C.: A PNAD 2009 será similar a de 2008

4. Estratégia de Ampliação de Escopo das Classes Econômicas

Modelos de Escolha de Variáveis Explicativas

Contribuição Marginal dos Estoques na Desigualdade de Fluxos

5. Dissonância entre Cigarras e Formigas

6. Indicadores Sociais baseados em Renda

Desigualdade

Miséria

Cenários Futuros de Miséria

Decomposição de Desigualdade

Custo da Erradicação da Miséria

7. Conclusões

Principais Resultados (síntese do sumário executivo)

8. Bibliografia

Anexo: Evolução das Fontes de Renda

Anexo Regional

Apêndice: O Acesso e Uso de Ativos e as Classes Econômicas

Consumidores, Produtores e a Nova Classe Média: Miséria, Desigualdade e Determinantes das Classes

Sumário Executivo

1. Visão Geral:

Os franceses associam o *azul, branco e vermelho* aos ideais da sua revolução: liberdade, igualdade e fraternidade. Se fosse para associar atributos ao nosso verde e amarelo, o que você escolheria? Eu diria diversidade e desigualdade. Desigualdade é uma marca brasileira que passou incólume ao longo dos séculos. Amarelo do ouro extraído, inicialmente por índios, depois por africanos, os últimos escravos do hemisfério ocidental a serem libertados. Moramos num país rico e desigual. Já a nossa diversidade está no Brasil e em cada brasileiro, tendo sido comparada a um caldeirão fervente mesclando etnias, crenças e comportamentos. Na nossa pseudo-democracia, todos tem mesma cor, digamos verde de vários tons¹. Verde que te quero verde da diversidade da nossa floresta mestiça. Verde uma cor secundária, resultado da combinação do amarelo com o tudo azul, captaria a amálgama da diversidade brasileira.

Diversidade e desigualdade são marcas nossas, que nos dificultam enxergar os nuances da aquarela do Brasil. Agora a cada PNAD a sociedade brasileira tem a oportunidade de olhar suas cores e feições como olha-se num espelho; de conhecer os percalços e progressos do ano que passou. Os dados da PNAD refletem respostas das pessoas sobre elas mesmas, verdadeiros auto-retratos. Os fatores de expansão da PNAD permitem situar o tamanho absoluto ou a posição relativa, seu ou sua, vis a vis cada grupo social ou o Brasil, mantendo a escala original. Simultaneamente ao ato de tornar público o seu rico acervo de tabelas e análises, o IBGE disponibiliza os microdados das pesquisas com uma amostra anual de mais de 380 mil respostas individuais de um rico questionário com mais de uma centena de questões feita com a mesma exata estrutura a cada ano das últimas duas décadas. Além da transparência, a flexibilidade e precisão fornecidos pela grande amostra de microdados multifacetados permite retratar as relações entre várias vertentes da vida brasileira: escola, trabalho, aposentadorias etc,

¹ Só que no Brasil, os verdes mais escuros costumam morar em barracos e subir no elevador dos fundos dos prédios dos verdes claros. Na França, diversidade é uma preocupação, mas de natureza diferente, lá não é difícil encontrar franceses que digam “Não! Viva a França, eu quero me manter em segmento separado, eu quero preservar minha cultura”. O verde da diversidade brasileira está de dentro de cada um e não em compartimentos estanques de pessoas ou de cores primárias.

etc; de meninas, negras, nordestinas, etc, etc. Por exemplo, como a escola impactou o trabalho ou como o trabalho impactou a renda das famílias, etc, etc. Agora mesmo sem entrar nas virtualmente infinitas possibilidades de cruzamento dos microdados a pergunta que fica a cada PNAD é o que concluir de todas as tabelas apresentadas. Ficamos todos pesquisadores, gestores, jornalistas e o cidadão interessado afogados em números, ou borrados em tinta!

O objetivo deste estudo é traçar um retrato resumido das condições de brasileiras a partir da miríade de informações pnadianas. A literatura de bem estar social busca sintetizar os diversos aspectos da realidade de diferentes pessoas. O capítulo dos indicadores sociais baseados em renda traduz os dados de salário, jornada, ocupação, desemprego, recebimento de pensões e aposentadorias, acesso a programas sociais, etc, etc, em poucos números, cada um com um capacidade de retratar um aspecto peculiar da vida em sociedade, como nível de bem estar, a desigualdade, a taxa de pobreza, a composição das classes econômicas. Um primeiro esforço é o de condensar informações para transformá-las em conhecimento prático, do tipo quanto cresceu, ou diminuiu, ao fim e ao cabo o bolso dos diferentes brasileiros. Reconhecemos que o exercício é uma simplificação da realidade que transforma a riqueza de informações e as coloridas possibilidades da PNAD em gravuras em preto e branco. Mal comparando, é pior que o pecado de atribuir valores a obras de arte, pois falamos das obras das vidas dos brasileiros. Senão vejamos:

O Bolso dos Brasileiros

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em quatro grupos de renda.

Classe AB: de acordo com a última PNAD, a proporção de pessoas na classe AB (renda familiar acima de 4807 reais) cresce 7% apenas no último ano, o que corresponde a entrada de 1,5 milhões de pessoas no grupo mais alto de renda. Só nos últimos 5 anos, somamos 6 milhões de pessoa ascendendo a esta classe que em 2008 atinge 19,4 milhões de pessoas.

Classe C: A mesma que atingia 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 49,22% em 2008, ou 91 milhões de brasileiros que tem renda acima de 1115 até 4807 reais mensais a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento acumulado

de 31% no período de cinco anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 25,9 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos 5 anos (5,3 milhões só no último ano).

Classe D: A proporção de pessoas na classe D é 24,35% em 2008 atingindo 45,3 milhões de brasileiros com renda desde 768 reais mensais até o limite da classe C. Em termos de movimento houve redução de 0,9 milhões em um ano ou caindo 3%, e de 1,5 milhões se considerarmos os últimos 5 anos.

Classe E: Com redução de 12,27% no último ano, o que corresponde à saída de 3,8 milhões de pessoas do grupo de renda familiar mais baixa até 768 reais mensais, equivalente a pobreza na nossa metodologia. Este movimento coroa um movimento desde o fim da recessão de 2003 quando a pobreza caiu 43%, ou seja, cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria. Como resultado disso, temos 29,9 milhões de miseráveis (16,02% da população²) que seriam quase 50 milhões pessoas se a miséria não tivesse caído nos últimos anos.

Empate Social

Nove meses após a chegada da crise, já há uma visão mais clara dos seus efeitos no bolso dos brasileiros nas seis maiores metrópoles do país. A desigualdade de renda que passou por forte deterioração em janeiro, quando comeu parte das melhoras dos últimos anos, já voltou em julho último aos níveis mais próximos do pré-crise. Mesmo a classe AB que ganha mais de 4800 reais por mês que tinha perdido mais com a crise (-2,7% só em janeiro), está hoje apenas 0,5% abaixo dos níveis de um ano atrás (14,97% da população está na classe AB, com quase 55% da renda). A Classe C já está no saldo positivo com ganho de 2,5% em 12 meses (com 53,2% a classe dominante no sentido populacional). Se este empate com muitos gols pode ser considerado um bom resultado em época de crise. Por outro lado, ele esconde uma parada súbita da melhora prévia dos indicadores: de julho de 2003 a julho de 2008, a Classe AB cresceu 35,7%, a classe C subiu 23,1% e a desigualdade de renda caiu como nunca tinha caído antes nas séries

² Com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços da grande São Paulo ou 145 reais a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado).

estatísticas brasileiras. Olhando pelo lado positivo, a PNAD 2008 deve fornecer apesar da crise em curso um retrato mais ou menos fidedigno das condições de vida em 2009.

Varição das Classes Econômicas Pré versus Pós-Crise



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

As Razões da Mudança:

Se algo mudou o segundo esforço é saber: Por que mudou? Mudou em que? Estas últimas perguntas sugerem as duas linhas complementares de resposta aqui exploradas, a saber: a primeira olha para os determinantes próximos da distribuição de renda e para os componentes primários da renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho (e seus componentes) nas diversas medidas sintéticas.

Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD

Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdência - SM*	Previdência Pós-piso > SM*
2008 – R\$	592,12	450,29	12,86	12,73	28,05	88,2
2008 – % Composição	100%	76,05%	2,17%	2,15%	4,74%	14,90%
Crescimento médio Anual 2003-08	5,26%	5,13%	2,62%	20,99%	6,64%	4,44%
Crescimento 2007-08	5,49%	4,5%	15,13%	30,83%	1,63%	7,68%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Entre 2003 e 2008, a renda per capita média do brasileiro cresceu 5,26% em termos reais (isto é já descontada a inflação e o crescimento populacional) passando de 458 para 592 reais por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (20,99%) influenciada pela expansão do Bolsa Família criado em 2003. A seguir veio a parcela da renda da previdência vinculada ao salário mínimo (6,64%). Os efeitos dos reajustes do salário mínimo que cresceu mais de 45% neste período pressionou o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população. A renda de previdência acima do piso cresce abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 5,13% ao ano o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. A renda do trabalho corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro e de lá saiu 75% do ganho de renda observado.

No último ano o crescimento de renda per capita do trabalho e de aposentadorias vinculadas ao mínimo é um pouco menor, o de programas sociais atinge 30,8%. De toda forma, em ambos os períodos embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao mínimo a parcela devida ao trabalho fica próxima ao expressivo crescimento de renda desta fase de *boom*.

Composição de Renda por Classe Econômica

No período de 2003 até 2008. Notamos que duplicou a parcela da renda associada a programas sociais, tais como o Bolsa Família. Na classe E que corresponde aos pobres pela linha média nacional do CPS - note que após os reajustes anunciados recentemente o novo critério de entrada no Bolsa Família a parcela destes programas nas respectivas rendas aumentou de 4,9% para 16,3%.

A análise da participação de diferentes tipos de renda por classe econômica pode ser útil para auferir os impactos prospectivos de diferentes instrumentos de política pública sobre a distribuição de renda, tais como, por exemplo, as medidas adotadas no bojo da crise externa iniciada em setembro de 2008, senão vejamos:

Aumentos do Bolsa Família e de outros programas não previdenciários tendem a beneficiar predominantemente a classe E que tem 16,25% de seus proventos desta modalidade de renda.

É interessante separar a renda de benefícios previdenciários em rendimentos individuais percebidos até 1 salário mínimo e benefícios acima deste piso, pois a diferenciação de reajustes destas faixas foi a tônica desde 1998. O maior beneficiário de reajuste do piso previdenciário é a classe D com 12,66% das rendas vinculadas ao piso. Finalmente, o reajuste de pensões e aposentadorias acima deste piso beneficia acima de tudo a classe AB com 18,94% de seus proventos associados a esta fonte. Esta medida está em debate hoje para ser implementada.

Composição por Tipos de Fontes de Renda

Classes	Benefícios Indiv Previdência >SM	Benefícios Indiv Previdência <=SM	Transferências Públicas BF	Renda todos trabalhos	Benefícios Previdência Total
2008					
Total	14,90%	4,74%	2,15%	76,05%	19,63%
Classe E	1,18%	9,47%	16,25%	71,25%	10,65%
Classe D	4,40%	12,66%	5,46%	76,35%	17,06%
Classe C	13,48%	7,25%	1,38%	76,40%	20,73%
Classe AB	18,94%	0,44%	1,68%	75,85%	19,39%
2003					
Total	15,50%	4,44%	1,07%	76,52%	19,93%
Classe E	1,98%	12,74%	4,87%	77,85%	14,71%
Classe D	6,23%	12,37%	1,36%	78,62%	18,60%
Classe C	15,53%	5,39%	0,58%	76,57%	20,91%
Classe AB	19,59%	0,25%	1,10%	75,74%	19,84%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Produtores e Consumidores

A segunda perspectiva olha para a relação menos direta, porém mais duradoura entre estoques de ativos e os fluxos de renda per capita. Isto permite entender como as pessoas transformam as suas rendas em padrões de vida presentes e passados e o respectivo potencial de consumo, e ainda captar os determinantes mais profundos que fazem jorrar as fontes de renda hoje e possivelmente no futuro.

A pesquisa inova ao explorar a miríade de informações da PNAD sobre a evolução do estoques de ativos das famílias, embasando uma visão ampla da natureza dos padrões de vida conquistados. Traduzimos a riqueza de dados em termos de classificação de classes econômicas, agrupados sob duas perspectivas: a do consumidor e a do produtor. A primeira identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através do acesso a bens de consumo (TV, Freezer etc), acesso a serviços públicos (Lixo, esgoto), condições de moradia (financiamento, número de cômodos banheiros) e tipo de família. Já na ótica do produtor identificamos o potencial de geração de renda familiar através da inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio, bem como investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação), capital social (sindicatos; estrutura familiar) e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas), de

forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas. A comparação destas duas dimensões de consumidores e produtores permitirá nos termos da fábula de la Fontaine separar os brasileiros em cigarras e formigas. Transformando uma longa estória, a capacidade de geração de renda do brasileiro subiu segundo o nosso índice sintético de 28,32% enquanto o índice sintético de potencial de consumo aumentou 14,98%.

Cigarras e Formigas

A PNAD permite captar a evolução de diversos aspectos da sociedade brasileira ao longo do tempo bem como analisar a sua distribuição entre diferentes grupos definidos por renda, características sócio demográficas ou espaciais. Agora a PNAD não permite dar uma noção das diferenças tupiniquins frente a de outros países. Complementarmente, a PNAD é antes e acima de tudo uma pesquisa que fornece medidas de variáveis objetivas tal como informadas pelas pessoas. Se quisermos realmente conhecer as particularidades brasileiras vis a vis a de outras nações temos de olhar para dados internacionais. Medidas subjetivas de condições de vida, tais como as exploradas na literatura emergente de felicidade ainda não faz parte da tradição IBGEana. A partir do processamento de microdados internacionais de 132 países, contrastamos as particularidades do brasileiro em relação ao presente e ao futuro, seu e do país. O brasileiro acredita que será o ser mais feliz do mundo daqui a 5 anos. A pergunta para 132 países do mundo: “Dá uma nota de 0 a 10: onde você espera estar daqui a 5 anos?”, nenhum país ganha do Brasil - nossa média é 8.78 acompanhado da Dinamarca, Irlanda e Jamaica de Usain Bolt. O lanterninha é Zimbábue com 2,79 de felicidade futura. E essa mesma pesquisa, quando pede para os brasileiros darem uma nota para o país daqui a cinco anos, a nota média é 6.84, bem abaixo da Irlanda com 8,14 mas acima de Zimbábue com 2,79 . Somos número 43 em 128 países do ranking mundial. O resultado é que somos nono em 128 países em dissonância. Como é que pode um país ser tão bom pra cada um, e não ser um país bom pra todos?

Esta dissonância também pode ser explicada nos termos da Fábula de La Fontaine: Somos mais cigarras do que formigas, esperando um futuro melhor. Mas, ao contrário das formigas, não somos os melhores seres para viver em coletividade. As altas taxas de inflação, desigualdade e criminalidade históricas tupiniquins refletem esta característica, a boa notícia é que estamos melhorando. Mas tal como na fábula, função do otimismo e individualismo talvez não nos preparemos para o futuro enquanto nação.

Dissonância entre Expectativas Futuras em 5 anos (Individuais e País)

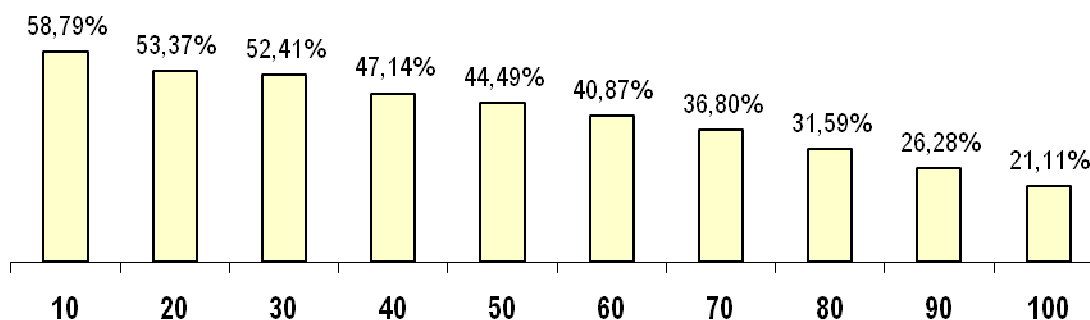
	pais		ind		indivíduo - pais
País		País		País	
37 new zealand	6,98	1 <i>zzzbrazil</i>	8,78	1 puerto rico	3,45
38 canada	6,97	2 venezuela	8,52	2 trinidad & toba	2,82
39 kuwait	6,96	3 denmark	8,51	3 jamaica	2,58
40 benin	6,9	4 ireland	8,32	4 honduras	2,46
41 colombia	6,86	5 jamaica	8,25	5 france	2,36
42 burundi	6,86	6 united states	8,14	6 netherlands	2,13
43 <i>zzzbrazil</i>	6,84	7 canada	8,14	7 united kingdom	2,06
44 thailand	6,84	8 new zealand	8,14	8 united states	2,01
45 bolivia	6,83	9 australia	8,06	9 <i>zzzbrazil</i>	1,94
46 kosovo	6,74	10 panama	8,05	10 italy	1,79
47 switzerland	6,72	11 israel	8,03	11 costa rica	1,77
48 uruguay	6,71	12 belgium	7,98	12 germany	1,75
49 zambia	6,62	13 sweden	7,97	13 sweden	1,69
50 nepal	6,62	14 colombia	7,97	14 belgium	1,58
51 estonia	6,61	15 norway	7,94	15 australia	1,57
52 tanzania	6,56	16 united arab emirates	7,94	16 israel	1,56
53 niger	6,54	17 nigeria	7,89	17 poland	1,49
54 sri lanka	6,52	18 finland	7,86	18 el salvador	1,49
55 afghanistan	6,51	19 costa rica	7,82	19 guatemala	1,44
56 togo	6,5	20 switzerland	7,82	20 ethiopia	1,33

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

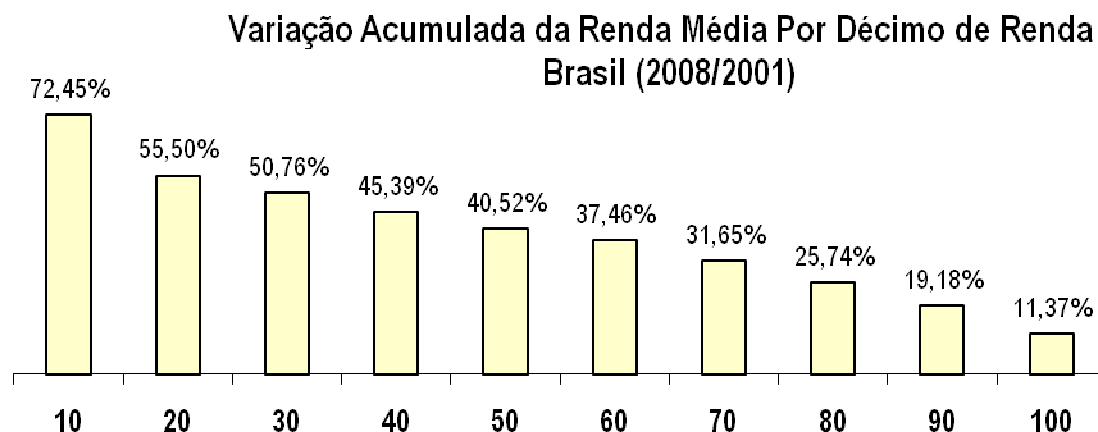
Distribuição de Renda

Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda por décimos da população a começar pelos mais pobres entre 2003 e 2008. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (58,8%) ao último décimo (21,11%).

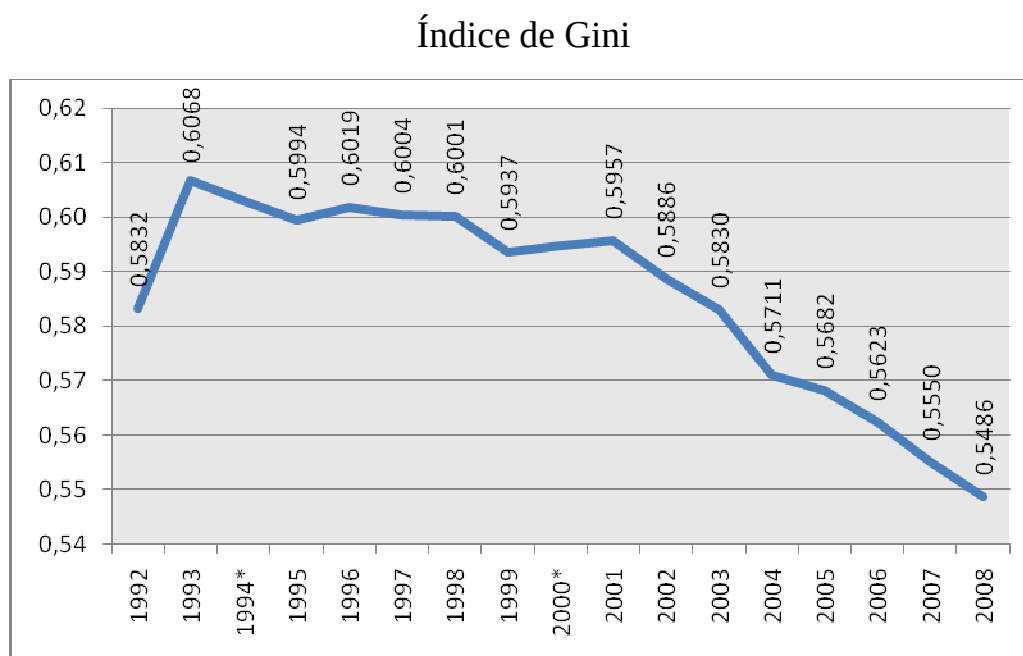
Variação Acumulada da Renda Média - Brasil (2008/2003)



Embora o período de retomada do crescimento só tenha se iniciado após o fim da recessão de 2003, a desigualdade já vem caindo desde antes como o gráfico abaixo análogo ao anterior adicionado do biênio 2001-2002 ilustra.



Traduzindo no gráfico abaixo este movimento redistributivo em termos do índice de Gini, a mais popular medida de desigualdade aplicado ao conceito mais difundido na literatura de bem estar. Qual seja renda domiciliar per capita – incluindo os sem renda.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

A desigualdade medida pelo índice de Gini cai para 0,5486 em 2008, uma queda de -1,15% atingindo uma velocidade próxima àquela observada na década da redução da desigualdade:

Panorama de Evolução: Medidas Sociais baseadas em Renda per Capita

Devido a sua natureza anual e nacional, a PNAD nos permite monitorar a evolução de diversos indicadores sociais baseados em renda. O lançamento dos dados da PNAD é o momento quando a sociedade se debruça sobre uma espécie de espelho vê a sua cara e avalia os seus avanços e percalços. O panorama disponível no site da pesquisa apresenta a evolução temporal de diferentes indicadores como miséria, classes econômicas, renda, desigualdade e educação (entre outros indicadores) desde o início da década de 90. A seguir um quadro das variáveis disponíveis para análise

Cada um desses indicadores pode ser analisado para o conjunto geral da população ou por subgrupos abertos: i) características sócio-demográficas como sexo, idade, anos de estudo, raça, a posição na família; ii) características do produtor como posição na ocupação, contribuição, educação e acesso a ativos digitais; iii) características do consumidor como acesso a bens de consumo e serviços; e iv) espaciais como local de moradia, área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural), estados, e de forma inovadora, capitais e periferias:

Medidas Sociais baseadas em Renda per Capita
Panorama de Evolução - Brasil - 1992 - 2008

Tema:
Principal

Indicador:
% Classe C

Gerar tabelas

Limpar seleção

Selecionar todas

[Características Sócio-Demográficas](#)

☒ População Total
☐ Cor ou Raça
☐ Maternidade

☐ Sexo
☐ Posição na Família

☐ Faixa Etária
☐ Imigração

[Renda](#)

☐ Tem renda de todas as fontes
☐ Tem renda de outras fontes
☐ Classe econômica

☐ Tem renda do trabalho principal
☐ Tem renda de programas sociais

☐ Tem renda da previdência
☐ Tem renda de todos os trabalhos

[Características do Produtor](#)

☐ Posição na Ocupação

☐ Tempo de Empresa

☐ Anos de estudo do chefe

http://www.fgv.br/ibrecps/RET4/CPC_evolucao_temporal/

Cenários de Miséria, Crescimento e Desigualdade

A proporção de miseráveis no Brasil segundo nossos cálculos sobre a linha de 2008 é de 16,02%, Inicialmente, num cenário neutro em termos distributivos se a renda per capita nacional crescer 2,6% ao ano nos próximos sete anos o que agregado do crescimento populacional seria equivalente a 4% ao ano de crescimento da renda total a pobreza cairia para 12,43%, uma queda de 22,38%. A redução seria ainda maior se a mencionada expansão acumulada de 20% fosse combinada com uma queda do índice de Gini similar a observada nos últimos sete anos. Que equivaleria a distribuição de renda do Rio Grande do Sul de 2007. Neste caso, a pobreza cairia 41,22% o que levaria a taxa de pobreza abaixo dos dois dígitos: 9,45% da população brasileira seria considerada miserável. Agora mesmo com crescimento per capita nulo se a desigualdade caísse para o nível gaúcho, os ganhos seriam ainda razoáveis - para os pobres é claro – a taxa de pobreza cairia 18,58% no intervalo atingindo o universo de 13,04% da população. Esta queda da miséria é suficiente para superar o ritmo exigido pela primeira meta do milênio de queda de 50% em 25 anos, caindo neste intervalo 52% neste um quarto de século. Este exercício é ilustrativo para elucidar o papel prospectivo e retrospectivo desempenhado pela redução da desigualdade de renda no contexto brasileiro.

Agora como reduzir a desigualdade? Mais uma vez a presente década pode nos mostrar os caminhos. Aplicando ao período de entre 2001 e 2008 a metodologia de decomposição das variações do Gini³. Temos que a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade esperada, a seguir vem os programas sociais com destaque ao Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola que explicam 17% da redução da desigualdade enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72% da desconcentração de renda ficando as demais rendas com um resíduo inferior a 1%.

É interessante que a análise leve em conta não só os impactos de diferentes fontes de renda, em particular as transferidas pelo Estado brasileiro, no deslocamento da desigualdade como também os se custo ao erário público.

³ Hoffman 2006 e Soares 2006 aplicam esta metodologia a dados brasileiros do começo da década. Kakwani, Neri e Son 2005 e Barros et all. 2006 aplicam outras metodologias aos mesmos dados.

2. Classes Econômicas

A pesquisa destrincha a evolução dos indicadores sociais baseados em renda domiciliar per capita tradicionalmente gerados pelo CPS como pobreza, desigualdade (incluindo os sem renda) e as classes econômicas (AB, C, D e E) sintetizando o que aconteceu com o bolso dos brasileiros de famílias de diferentes estratos econômicos. Analisamos os impactos imediatos de diferentes fontes de renda. Por exemplo, qual foi a importância relativa dos proventos do trabalho, dos benefícios da previdência ou do Bolsa Família para explicar as origens das alterações dos indicadores baseados nos fluxos de renda (pobreza, desigualdade e classes) bem como a sua maior ou menor sustentabilidade prospectiva.

O sítio da pesquisa www.fgv.br/cps/fc disponibiliza bancos de dados interativos que permitem a cada um decompor e analisar os níveis e as mudanças de indicadores sociais baseados em renda desde uma perspectiva própria, incluindo um amplo conjunto de informações a respeito dos fluxos de renda e indicadores associados, assim como o potencial de consumo e da capacidade de geração de renda, que são o centro desta pesquisa.



The image shows a screenshot of the FGV CPS website interface on the left and a book cover on the right. The website interface includes the FGV CPS logo, a menu with options like 'Resumo/Abstract', 'Sumário Executivo', 'Texto Principal', 'Slides', 'Vídeo - Principais resultados', 'Banco de dados', 'Evolução Social', 'Decomposição de Renda', 'Simulador de Renda Total', 'Comunicação para Sociedade', and 'Fale conosco: cps@fgv.br'. The book cover features an illustration of a large ant with a magnifying glass over its head, looking at a small globe. The text on the book cover reads: 'CONSUMIDORES, PRODUTORES E A NOVA CLASSE MÉDIA: Mito da Desigualdade e os determinantes das classes econômicas brasileiras.'

Medindo as Classes Econômicas

Esta nova pesquisa da FGV, a partir dos microdados da PNAD recém-disponibilizados, revela, entre outros indicadores, qual foi a dança distributiva da população brasileira entre os diferentes estratos econômicos. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em quatro grupos de renda. Olhamos a evolução da participação da população em cada estrato. Transformando uma

longa estória (definidos conforme a tabela abaixo) em números objetivos, temos a seguir os limites das classes econômicas medidas em renda domiciliar total de todas as fontes, por mês⁴:

Definição das Classes Econômicas

	Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes*	
	<i>limites</i>	
	Inferior	Superior
Classe E	0	804
Classe D	804	1115
Classe C	1115	4807
Classe AB	4807	-

* atualizado a preços de Dezembro de 2008

Analisando em detalhe o que aconteceu em cada grupo.

Variação acumulada

	2008-2003	2008-2007
Classe E	-43,04%	-12,26%
Classe D	-8,90%	-3,02%
Classe C	31,05%	4,94%
Classe AB	37,12%	6,99%

Classe AB: de acordo com a última PNAD, a proporção de pessoas na classe AB (renda familiar acima de 4807 reais) cresce 7% apenas no último ano, o que corresponde a entrada de 1,5 milhões de pessoas no grupo mais alto de renda. Só nos últimos 5 anos, somamos 6 milhões de pessoa ascendendo a esta classe que em 2008 atinge 19,4 milhões de pessoas.

Classe C: A mesma que atingia 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 49,22% em 2008, ou 91 milhões de brasileiros que tem renda acima de 1115 até 4807 reais mensais a classe dominante no sentido populacional. Este crescimento acumulado de 31% no período de cinco anos, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 25,9 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos 5 anos (5,3 milhões só no último ano).

⁴ Os valores são calculados a partir do conceito de renda domiciliar per capita. Quando aplicados a PME compatibilizadas com o fato da renda ser só do trabalho para a população de 15 a 60 anos.

Classe D: A proporção de pessoas na classe D é 24,35% em 2008 atingindo 45,3 milhões de brasileiros com renda desde 768 reais mensais até o limite da classe C. Em termos de movimento houve redução de 0,9 milhões em um ano ou caindo 3%, e de 1,5 milhões se considerarmos os últimos 5 anos.

Classe E: Com redução de 12,27% no último ano, o que corresponde à saída de 3,8 milhões de pessoas do grupo de renda familiar mais baixa até 768 reais mensais, equivalente a pobreza na nossa metodologia. Este movimento coroa um movimento desde o fim da recessão de 2003 quando a pobreza caiu 43%, ou seja, cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria. Como resultado disso, temos 29,9 milhões de miseráveis (16,02% da população⁵) que seriam quase 50 milhões pessoas se a miséria não tivesse caído nos últimos anos.

**Diferença
(população)**

	2008-2003	2008-2007
Classe E	(19.458.924,00)	(3.798.432,00)
Classe D	(1.485.360,00)	(899.594,00)
Classe C	25.890.892,00	5.285.627,00
Classe AB	6.095.662,00	1.68.397,00

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

População Total

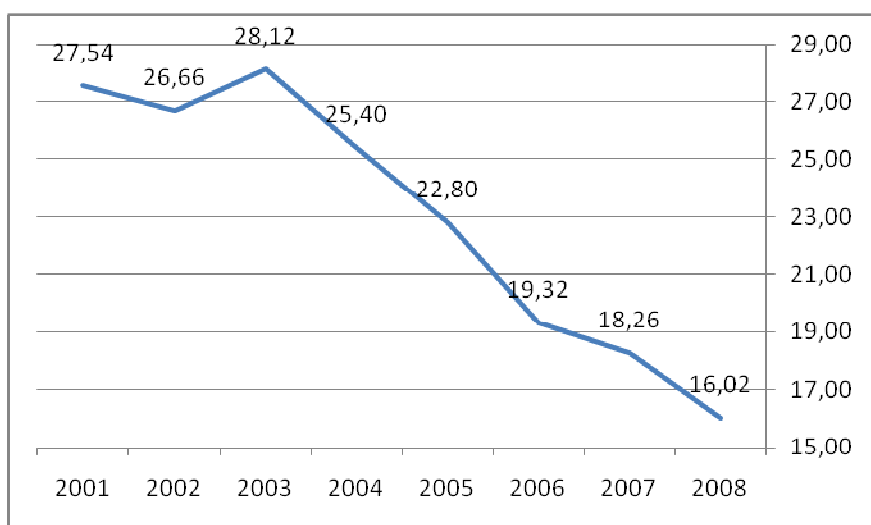
	2008	2007	2006	2005	2004	2003
TOTAL	186440290	184384292	182218501	180001710	177758060	175398020
Classe E	29860927	33659359	35196724	41047646	45147533	49319851
Classe D	45399117	46298711	48007385	48713422	48286025	46884477
Classe C	91762175	86476548	81888963	75266156	70620183	65871283
Classe AB	19418071	17949674	17125429	14974486	13704319	13322409

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notamos através dos gráficos abaixo sucessivos aumentos das classes C e AB, contrapondo a diminuição da E (os mais pobres) que vem sendo vistos desde 2003.

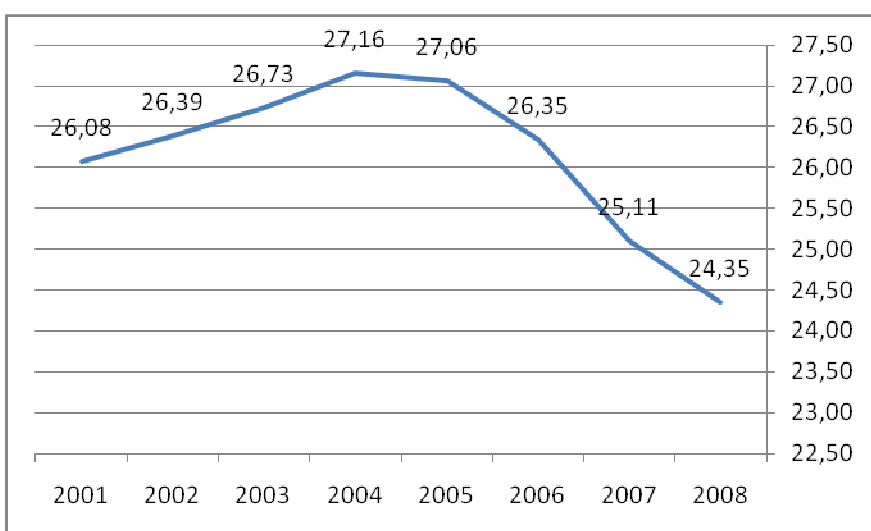
⁵ Com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços da grande São Paulo ou 145 reais a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado).

Classe E (% na população total)



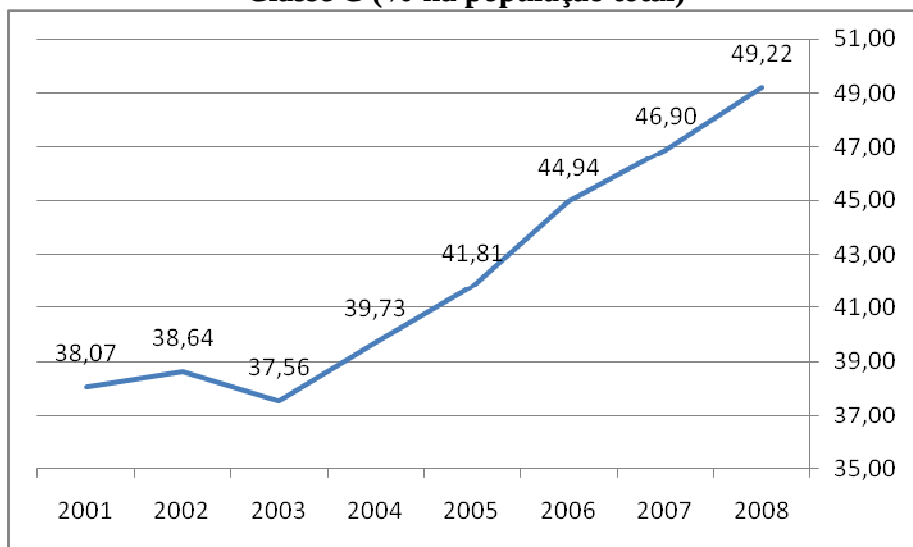
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe D (% na população total)



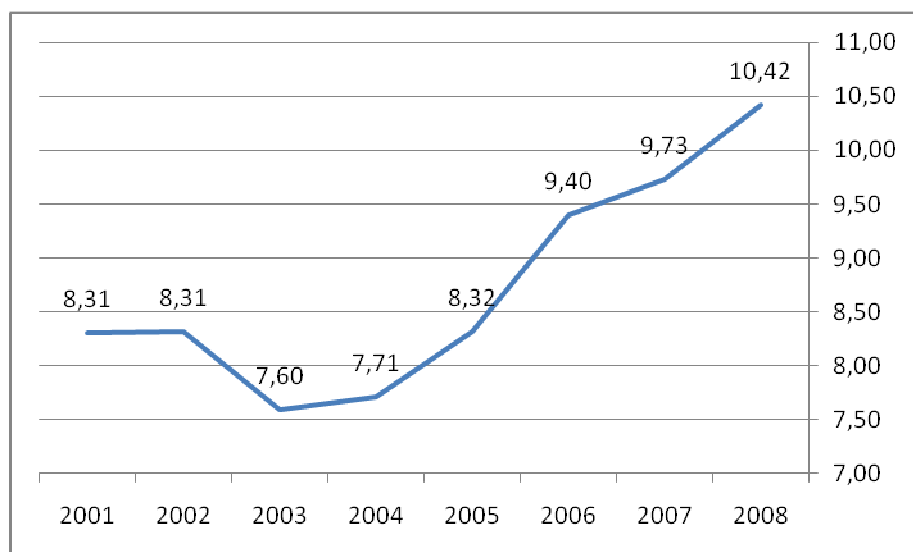
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe C (% na população total)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe AB (% na população total)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

3. Ano I D.C.: A PNAD 2009 será similar a de 2008

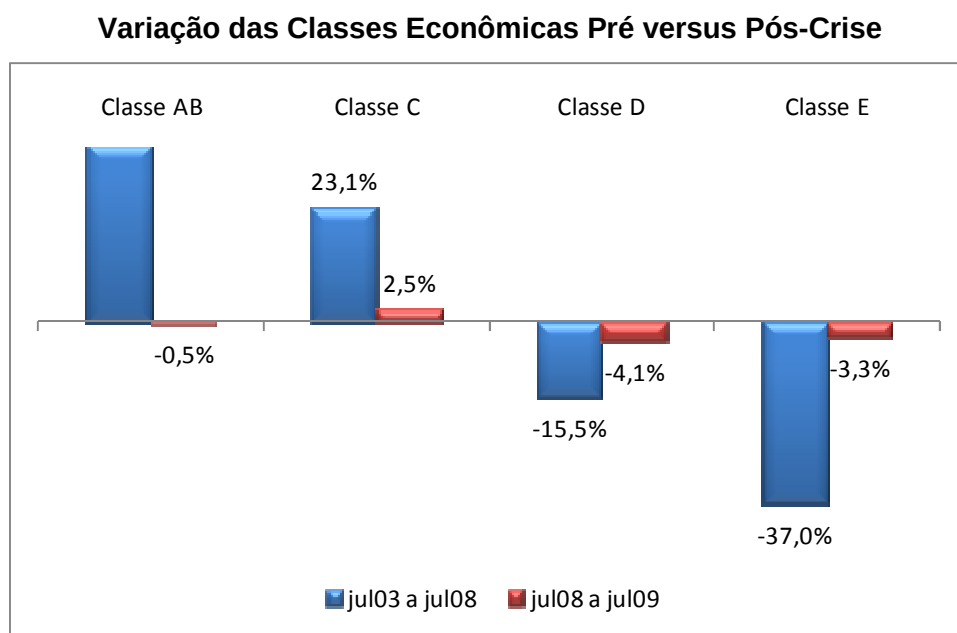
“Depois da marcada piora em janeiro, a desigualdade já voltou aos níveis pré-crise, os mais baixos da nossa série histórica que data de 1960.”

Na passagem do Ano I D.C. (um ano depois da crise) no dia 15 de setembro quando a crise irrompeu as bolsas de valores lá fora, o que podemos dizer dos seus efeitos no bolso do brasileiro? O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) respondeu esta pergunta a partir de sucessivos estudos baseados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) após a chegada da crise externa ao país a partir de setembro de 2008. Nossos estudos com dados de diferentes momentos (www.fgv.br/cps/crise dados até Dezembro 2008 e www.fgv.br/cps/crise2009 dados até Fevereiro 2009 e WWW.fgv.br/cps/miseg dados até Julho de 2009 à crônica da manutenção, ou queda, dos padrões de vida recém conquistados neste período crítico.

Julho de 2009, nove meses após a chegada da crise aqui, já há uma visão clara dos seus efeitos na renda dos trabalhadores brasileiros nas seis maiores metrópoles do país. A desigualdade de renda que passou por forte deterioração em janeiro, quando perdeu-se parte das melhoras dos últimos anos, já voltou em julho último aos níveis mais próximos do pré-crise, uma virtual estabilidade em níveis de julho de 2009 e 2008 (aumento do Gini de 0,3%). A boa notícia é que estamos voltando aos níveis mais baixos da nossa série histórica que datam de 1960. Mesmo a classe AB, que ganha mais de 4800 reais por mês e que tinha perdido mais com a crise (-2,7% só em janeiro), está hoje apenas 0,5% abaixo dos níveis de um ano atrás (14,97% da população estão na classe AB segundo nossa metodologia baseada na PME). A Classe C já está no saldo positivo com ganho de 2,5% em 12 meses (com 53,2% da população). Se este empate com muitos gols pode ser considerado um bom resultado em época de crise por outro lado, ele esconde uma parada súbita da melhora prévia dos indicadores: de julho de 2003 a julho de 2008, a Classe AB cresceu 35,7%, a classe C subiu 23,1% e a desigualdade de renda caiu como nunca tinha caído antes nas séries estatísticas brasileiras.

As comparações temporais apontam crescimento da classe C, que se encontra no seu recorde agora em julho de 2009, quando comparando ao mesmo mês em cada ano desde 2002 (ou 1992 pela PNAD). As classes D e E se encontram também em seu

menor nível em julho da série da PME. A classe AB é um pouco menor (-0,5%) em 2009 em relação ao mesmo mês do ano anterior.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Uma síntese pode ser encontrada na soma das classes ABC que subiu 1,81% no período de crise e 25,7% na auspiciosa fase anterior a chegada da crise no Brasil, embora a crise já estivesse presente nos países desenvolvidos desde meados de 2007. Antes de comemorar devemos ressaltar que temos ainda muitas incertezas e desafios no futuro próximo. Ao abrirmos a pesquisa mensal em bases semanais para melhor traçar a cronologia semanal da crise, indo, portanto até a última semana de julho de 2009. Ao compararmos esta última semana da série com o total do mês percebemos que a classe ABC assumiria um viés de baixa (67,44%, ou seja 1,06% abaixo da média do mês de julho de 2009 como um todo mas ainda 1,1% maior que julho de 2008). Como se isto não bastasse vai ser difícil nos próximos dois meses manter o ritmo de crescimento deste período julho-setembro no ano passado quando as classes ABC como se diz na gíria, estava bombando crescendo 2,4% no período. Ou seja, um empate de fato em setembro, um ano D.C. ou na próxima PNAD deve ser visto como um resultado ainda mais auspicioso que o observado até agora. Olhando pelo lado positivo, a PNAD 2008 deve fornecer apesar da crise em curso um retrato fidedigno das condições de vida em 2009.

4. Estratégia de Ampliação de Escopo das Classes Econômicas

Nossa estratégia é, a cada atualização das nossas séries tradicionais baseadas em renda domiciliar per capita como pobreza, desigualdade, bem estar social e agora as classes de renda, incorporar uma nova dimensão à análise das diversas classes econômicas: Empreendedorismo (www.fgv.br/cps/crediamigo2), Microcrédito (www.fgv.br/cps/crediamigo3), Microseguros (www.fgv.br/cps/ms), (www.fgv.br/cps/crediamigo2), explorando a cada pesquisa uma nova ótica. Na presente pesquisa vamos explorar uma visão multidimensional a partir da riqueza de dados oferecidos pela PNAD⁶. Explorando ainda a riqueza de microdados da Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD/IBGE) aplicamos um modelo de seleção sequencial de variáveis de acordo com o nível de significância estatística relacionadas à renda domiciliar per capita, sempre a partir da família como unidade básica. Olhamos para o lado do consumidor e do produtor. No primeiro caso uma miríade de informações de acesso a bens de consumo, moradia e serviços públicos propiciados são propiciados pela PNAD. No lado do produtor, a ênfase está na inserção trabalhista que reflete o capital humano, o capital físico e o capital social que a PNAD permite captar pelo menos em parte. Falamos neste caso não só da escolaridade conquistada pela pessoa de referência do domicílio e do seu cônjuge, mas do investimento do futuro dos filhos abertos por faixas etárias e tipo de escola.

Quais são os principais estoques associados aos fluxos de renda?

i. Aspectos Técnicos

Apresentamos inicialmente nesta subseção uma discussão sobre uma série de modelos de estimação dos determinantes das classes econômicas.

⁶ Na nossa última pesquisa, impactados pelos riscos emanados do estouro de bolhas financeiras, exploramos a demanda por mecanismos de seguro pela população de baixa renda e pelos segmentos recém-promovidos a novos estratos econômicos. Microseguros é uma agenda que emerge só agora no mundo, tal como o microcrédito floresceu nas últimas duas décadas. São seqüências naturais de um mesmo processo; se microcrédito possibilita às pessoas subirem na vida, o microsseguro impede que estas mesmas pessoas sucumbam a choques adversos relacionados a desemprego, doenças, acidentes, roubo, morte, entre outros. Isto é, microsseguro impede que uma situação crítica se torne crônica.

Análise Multivariada - metodologia

A análise bivariada capta o papel exercido por cada atributo tomado isoladamente na demanda por seguro. Isto é, desconsideramos possíveis e prováveis inter-relações das "variáveis explicativas". Exemplificando: no cálculo de seguros por estados da federação desconsideramos o fato de que São Paulo é um lugar mais rico que a maioria, portanto deveriam ter mais acesso a seguro. A análise multivariada empreendida mais à frente procura dar conta dessas inter-relações através de regressões de diversas variáveis explicativas tomadas conjuntamente.

Visando proporcionar um experimento melhor controlado que a análise bivariada, o objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. Em outras palavras, captamos as relações entre duas variáveis, mantendo as demais variáveis constantes. Essa análise é bastante útil na identificação de demandas reprimidas ou potenciais no sentido em que comparamos, por exemplo, quais as chances de uma pessoa de mais educação ter uma renda maior, sendo ela igual em todas as características ao da comparação.

Modelos de Escolha de Variáveis Explicativas

Começamos explorando a riqueza de informações relativas a posse e uso de ativos a partir da PNAD usando um modelo de seleção de variáveis de acordo com o nível de significância estatística para explicar a renda domiciliar per capita. Cabe notar que tanto no campo dos indicadores sociais tradicionais (i.e., pobreza e bem estar⁷) assim como na definição de classes econômicas (i.e. E, D, C e AB) a família é a unidade básica de análise sob a hipótese de solidariedade dos seus membros reparte o provento auferido pela totalidade dos seus membros. Na linha do “um por todos e todos por um” dos Três Mosqueteiros de Alexandre Dumas. Outro ponto é o próprio uso da renda como unidade de referência para integrar as diferentes informações de acesso e uso de ativos produtivos ou de consumo. Na nossa visão quer gostemos ou não, renda é a variável mais usada em economia e se queremos ampliar a dimensão de análise é interessante partir do que já é feito na prática. Neste ponto cabe notar que falamos da soma das diversas fontes de renda reportadas pelas pessoas na PNAD e não da visão agregada de produção implícita no PIB⁸.

Posteriormente, traçamos a partir desta seleção de variáveis as referentes ao produtor e ao consumidor com variáveis disponíveis na PNAD. O exercício funciona como parte do aprendizado para decidirmos o que importa na definição das classes e quanto importa cada um dos componentes estimados. A fim de determinar quais delas

⁷ Bem como a medida de desigualdade derivada da medida de bem estar social usada.

⁸ O relatório Stiglitz-Sen tornado público na última terça feira dia 15 de setembro defende que se use mais as informações de pesquisas domiciliares e menos a do PIB (per capita PPP) que domina as análises. Isto está descrito num Box deste relatório.

teriam maior poder explicativo e quais seriam mais relevantes, aplicando um procedimento de escolha sequencial de variáveis que usa um modelo de equação minceriana de renda.

A lista de variáveis selecionadas para cada modelo (a partir de um teste F) é fornecida a seguir, em ordem crescente de importância, numa lista auto-explicativa de 31 grupos de variáveis, sendo as demais variáveis eliminadas não reportadas na tabela:

ORDEM DE ENTRADA NO MODELO

- 1** número de banheiros per capita
- 2** Telefone
- 3** educação do cônjuge
- 4** tipo de família
- 5** chefe contribui para previdência
- 6** máquina de lavar roupas
- 7** número de dormitórios per capita
- 8** educação do chefe
- 9** posição na ocupação do cônjuge
- 10** frequência escolar da criança (7 a 14 anos)
- 11** frequência escolar da criança (0 a 6 anos)
- 12** posição na ocupação do chefe
- 13** Computador
- 14** Geladeira
- 15** frequência escolar da criança (15 a 17 anos)
- 16** tipo de domicílio (próprio, financiamento e aluguel)
- 17** chefe sindicalizado
- 18** Freezer
- 19** número de cômodos per capita
- 20** rede de esgoto
- 21** Rádio
- 22** número de banheiros
- 23** numero de moradores
- 24** Televisão
- 25** coleta de lixo
- 26** idade que o chefe começou a trabalhar
- 27** número de cômodos
- 28** participação da renda do trabalho
- 29** número de dormitórios

Inicialmente, cabe notar que propositalmente omitimos variáveis sociodemográficas e espaciais na explicação da renda per capita para depois podermos inferir qual é a renda equivalente de pessoas com diferentes características. Vale a pena

ressaltar que as variável de número de banheiros per capita classe de renda foi a primeira a entrar no modelo preditivo de renda, seguida de acesso a telefonia móvel e celular bem antes de anos completos de estudo da pessoa de referência que entra em 8º lugar (subindo para 3º no caso de educação do cônjuge) que tipicamente tem o mais alto poder explicativo em pesquisas empíricas sobre desigualdade de renda e pobreza. Obviamente, não estamos estabelecendo relação de causalidade entre as diferentes variáveis de estoque e o fluxo de renda percebido, até porque a relação é bi-direcional. Na nossa interpretação é que identificaremos variáveis que são mais dependentes da renda do que geradoras da mesma. O exercício serve para balizar a estrutura do modelo de imputação de renda equivalente e de suas contrapartidas em termos de potencial de consumo e de capacidade de geração de renda. No mais a tabela é auto-explicativa.

Simulador de Rendas: Total, Consumidor e Produtor

Ferramenta utilizada para simular a renda total da população, através da combinação de atributos individuais ligados ao consumidor e produtor. Para isso, selecione as suas características no formulário abaixo e clique em Simular.

Características do Consumidor

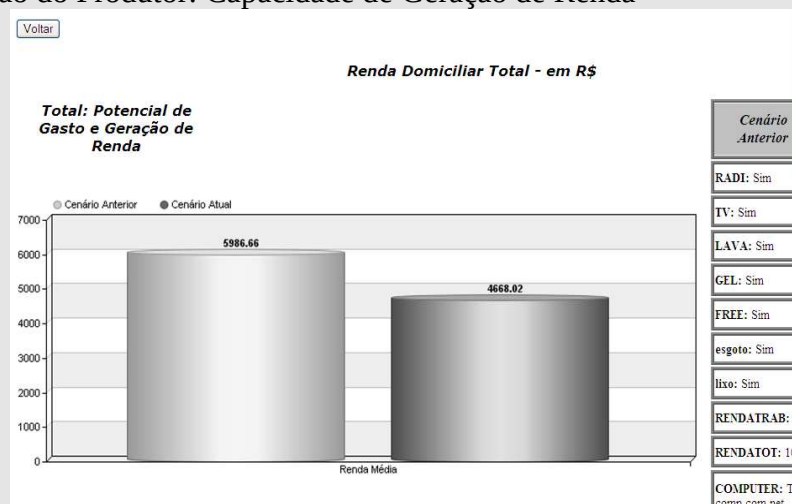
Tem rádio: Sim	Condição de Moradia: Próprio (já pago)
Tem TV: Sim	Número de moradores: 4
Tem máquina de lavar: Sim	Número de banheiros: 1
Tem geladeira: Sim	Número de cômodos: 5
Tem freezer: Sim	Número de dormitórios: 2
Tem rede de esgoto: Sim	
Tem coleta de lixo: Sim	
Tipo de família: Casal sem filhos	

Características do Produtor

Tem computador: Computador (com Internet)	Idade que o chefe começou a trabalhar: 25 a 29 anos
Tem telefone: Fixo e celular	Chefe sindicalizado: Sim
Contribuição previdenciária do chefe: Contribui para previdência pública e privada	Educação do chefe: 12
Ocupação do chefe: Funcionário da iniciativa privada	Renda total familiar: 100
Moradores até 6 anos: Não tem moradores até 6 anos no domicílio	Renda do trabalho familiar: 85
Moradores de 7 a 14 anos: Não tem moradores de 7 a 14 anos no domicílio	Educação do Cônjuge: 8 a 11 anos
Moradores de 15 a 17 anos: Não tem moradores de 15 a 17 anos no domicílio	Ocupação do Cônjuge: Funcionário da iniciativa privada

Os gráficos apresentados mostram a renda domiciliar total, na ordem:

- Total: Potencial de Gasto e Geração de Renda
- Visão do Consumidor: Potencial de Gasto
- Visão do Produtor: Capacidade de Geração de Renda



Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.

http://www.fgv.br/ibrecps/cpc/SIM_PNAD_0208_RENDATOT/renda.htm

Note que na tabela acima não estamos falando da magnitude do coeficiente de cada categoria, mas do poder explicativo do conjunto de categorias em explicar renda. Quando olhamos a magnitude dos coeficientes extremos de cada variável, a renda equivalente de uma pessoa que more em domicílio com um banheiro para cada pessoas se dobrar (digamos dois banheiros para quatro pessoas ao invés de um banheiro) a renda sobe 27,5% em relação ao cenário anterior, enquanto uma pessoa que tem telefone fixo e móvel em casa, *ceteris paribus*, e uma pessoas que não tem nenhuma destas tecnologias de comunicação em casa é 38,5% mais alta. Na variável do cônjuge que se revelou mais significativa que a da pessoa de referência, cabe notar que ela encerra não só o impacto da educação, mas a própria composição de rendas familiares mais ou menos diversificada em cima de potenciais provedores. O mesmo não acontece com a variável educação da pessoa de referência pois cada domicílio dispõe de pelo menos uma pessoa de referência. Um domicílio com cônjuge com pelo menos superior incompleto (12 anos ou mais de estudo) possui renda 28% maior um com cônjuge de nível de educação ignorado (a base na regressão (ie. O coeficiente zerado) que por sua vez tem uma renda 14% superior àqueles que não tem cônjuge.

Seguindo na ordem de relevância estatística do modelo de seleção de variáveis, temos uma variável de tipo de composição familiar onde uma família formada por um casal com todos os filhos menores de 14 anos possui uma renda per capita cerca de 30% menor que a de um casal sem filhos. A quinta variável com maior poder preditivo é aquela que capta a natureza da contribuição previdenciária pública e/ou privada do chefe do domicílio ou nenhuma das alternativas acima, leia-se chefes inativos ou desempregados onde a pessoa de referência que contribui para ambos os tipos de previdência tem uma renda familiar per capita cerca de 30% maior daqueles inativos e daqueles desempregados. As demais variáveis podem ser analisadas sobre o mesmo prisma ou através do simulador descrito no Box mais abaixo.

Apresentamos no anexo uma exposição conceitual e aplicação prática de outra metodologia para definição de classe baseada em componentes principais, sem basear na renda das pessoas. Na essência, a análise de componentes principais reduz as variáveis observadas para um conjunto de variáveis artificiais, que é feito através do colapso de variáveis redundantes em novas variáveis que podem ser usadas em análise subsequentes como variáveis previsoras numa regressão múltipla – ou em outro tipo de regressão. Tecnicamente, um componente principal pode ser identificado como uma combinação linear de variáveis otimamente pesadas. O primeiro componente extraído

numa análise de componente principal seria responsável por uma quantia máxima de total variância das variáveis observáveis. O segundo componente extraído responderia por uma variância máxima no conjunto de dados que não deriva do primeiro componente. Em condições ideais, isto quer dizer que o segundo componente estaria correlacionado com algumas das variáveis observadas que não mostram fortes relações com o primeiro componente.

O resultado final prático foram três componentes o primeiro e mais significativo que pode ser interpretado como o do lado do consumidor consumo composto de variáveis de bens de consumo (Lavadora, geladeira e freezer), e ao tamanho absoluto do domicílios captado por número de cômodos e de banheiro. O vetor capta dois itens que alocamos como ligados também a produção como educação do chefe e do cônjuge e posse de bens de ligados a tecnologias de informação e de comunicação como posse de telefonia fixa e móvel e de computador conectado a internet. O segundo vetor com mais relevância pode ser definido como de é composto por algumas variáveis de qualidade do domicílio de moradia captada por números per capita de cômodos, dormitórios e banheiros, o número de moradores no domicílio e presença de adolescentes bem como de variáveis de qualidade de educação de filhos de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade bem como do tipo de estrutura familiar (Família de chefiada por mãe com filhos até 14 anos). Finalmente, o terceiro fator pode ser interpretado como o de geração efetiva de renda sendo composto da participação da renda do trabalho na renda total, o tipo de contribuição previdenciária (pública, privada etc) e de posição na ocupação (empregado privado, conta-própria desempregado etc) do chefe do domicílio,

Contribuição Marginal dos Estoques na Desigualdade de Fluxos

Exploramos a seguir a contribuição de cada variável de estoque sobre a variância da desigualdade de renda domiciliar per capita. Calculamos a contribuição marginal de cada variável no R^2 total da regressão tirando elas uma a uma da regressão completa e calculando a diferença relativa como a sua contribuição na margem para a desigualdade de renda:

Contribuição Marginal na Desigualdade de Renda

	Sem a Variável Respectiva		
	R ²	dif R ²	dif R ² /R ² orig%
Todas as Variáveis (R ² original)	0,6924	-	
telefone	0,6813	0,0111	1,60
posição na ocupação do conjuge	0,6825	0,0099	1,43
frequencia escolar da criança (7 a 14 anos)	0,6860	0,0064	0,92
máquina de lavar roupas	0,6868	0,0056	0,81
educação do chefe	0,6870	0,0054	0,78
tipo de família	0,6871	0,0053	0,77
posição na ocupação do chefe	0,6874	0,0050	0,72
computador	0,6876	0,0048	0,69
frequencia escolar da criança (0 a 6 anos)	0,6884	0,0040	0,58
tipo de domicilio (proprio, financiamento e aluguel)	0,6888	0,0036	0,52
frequencia escolar da criança (15 a 17 anos)	0,6890	0,0034	0,49
geladeira	0,6892	0,0032	0,46
freezer	0,6896	0,0028	0,40
educação do conjuge	0,6897	0,0027	0,39
chefe contribui para previdência	0,6898	0,0026	0,38
chefe sindicalizado	0,6916	0,0008	0,12
número de banheiros per capita	0,6919	0,0005	0,07
número de dormitórios per capita	0,6920	0,0004	0,06
número de cômodos per capita	0,6921	0,0003	0,04
rede de esgoto	0,6921	0,0003	0,04
rádio	0,6921	0,0003	0,04
numero de moradores	0,6922	0,0002	0,03
televisão	0,6922	0,0002	0,03
idade que o chefe começou a trabalhar	0,6923	0,0001	0,01
número de cômodos	0,6923	0,0001	0,01
número de banheiros	0,6923	0,0001	0,01
coleta de lixo	0,6923	0,0001	0,01
número de dormitórios	0,6924	0,0000	0,00
participação da renda do trabalho	0,6924	0,0000	0,00

Equação Minceriana

A equação minceriana de salários serve de base a uma vasta literatura empírica de economia do trabalho. O modelo salarial de Jacob Mincer (1974) é o arcabouço utilizado para estimar retornos da educação, entre outras variáveis determinantes do salário. Mincer concebeu uma equação para rendimentos que seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência, além de possivelmente outros atributos, como sexo, por exemplo.

Essa equação é a base da economia do trabalho em particular no que tange aos efeitos da educação. Sua estimação já motivou centenas de estudos, que tentam incorporar diferentes custos educacionais, como impostos, mensalidades, custos de oportunidades, material didático, assim como a incerteza e a expectativa dos agentes presentes nas decisões, o progresso tecnológico, não-linearidades na escolaridade etc. Identificando os custos da educação e os rendimentos do trabalho, viabilizou o cálculo da taxa interna de retorno da educação, que é a taxa de desconto que equaliza o custo e o ganho esperado de se investir em educação -- a taxa de retorno da educação, que deve ser comparada com a taxa de juros de mercado para determinar a quantidade ótima de investimento em capital humano. A equação de Mincer também é usada para analisar a relação entre crescimento e nível de escolaridade de uma sociedade, além dos determinantes da desigualdade.

O modelo econométrico de regressão típico decorrente da equação minceriana é:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 \text{educ} + \beta_2 \text{exp} + \beta_3 \text{exp}^2 + \gamma' x + \epsilon$$

onde

w é o salário recebido pelo indivíduo;

educ é a sua escolaridade, geralmente medida por anos de estudo;

exp é sua experiência, geralmente aproximada pela idade do indivíduo;

x é um vetor de características observáveis do indivíduo, como raça, gênero, região; e

ε é um erro estocástico.

Este é um modelo de regressão no formato log-nível, isto é, a variável dependente - o salário - está em formato logaritmo e a variável independente mais relevante - a escolaridade - está em nível. Portanto, o coeficiente β_1 mede quanto um ano a mais de escolaridade causa de variação proporcional no salário do indivíduo. Por exemplo, se β_1 é estimado em 0,18, isso quer dizer que cada ano a mais de estudo está relacionado, em média, com um aumento de salário de 18%.

Matematicamente, tem-se que:

Derivando, encontramos que $(\partial \ln w / \partial \text{educ}) = \beta_1$

Por outro lado, pela regra da cadeia, tem-se que:

$$(\partial \ln w / \partial \text{educ}) = (\partial w / \partial \text{educ}) (1 / w) = (\partial w / \partial \text{educ}) / w$$

Logo, $\beta_1 = (\partial w / \partial \text{educ}) / w$, correspondendo, portanto, à variação percentual do salário decorrente de cada acréscimo unitário de ano de estudo.

5. Dissonância entre Cigarras e Formigas

A PNAD permite entender diversos aspectos da sociedade brasileira, captar a evolução de cada um desses aspectos ao longo do tempo bem como analisar a sua distribuição entre diferentes grupos definidos por renda, características sócio demográficas ou espaciais. Agora a PNAD não permite dar uma noção das diferenças tupiniquins frente a de outros países. Complementarmente, a PNAD é antes e acima de tudo uma pesquisa que fornece medidas de variáveis objetivas tal como informadas pelas pessoas. Se quisermos realmente conhecer as particularidades brasileiras vis a vis a de outras nações temos de olhar para dados internacionais. Ao passo que medidas subjetivas de condições de vida tais como as exploradas na literatura emergente de felicidade ainda não faz parte da tradição IBGEana⁹. O uso de medidas de qualidade de vida extraídas da nova linha de *surveys* tal como o Gallup World Poll, o similar da IPSOS, em que uma das vantagens é a alta comparabilidade internacional por aplicar o mesmo questionário em um número grande de países¹⁰. Em particular, propomos o uso de medidas diretas, tais como a expectativa de felicidade daqui a cinco anos em comparação com o nível de felicidade presente. Isto é feito mediante perguntas onde a pessoa atribua diretamente nota subjetiva de 0 a 10 sobre a sua respectiva satisfação com a vida.

⁹ A POF/IBGE contém algumas perguntas subjetivas de qualidade de vida setorial ligadas a moradia, serviços públicos e renda, ao passo que alguns suplementos especiais temáticos da PNAD explora perguntas subjetivas relacionadas aos objetos do suplemento como saúde, educação, renda, trabalho infantil. Estas são exceções honrosas setoriais. Mas não há ainda nas estatísticas do IBGE medidas globais e gerais de qualidade de vida como satisfação com a vida e felicidade.

¹⁰ Esta vantagem também é compartilhada por *surveys* feitos em bases regionais, por exemplo, o LatinoBarômetro na América Latina e o EuroBarômetro no velho continente.

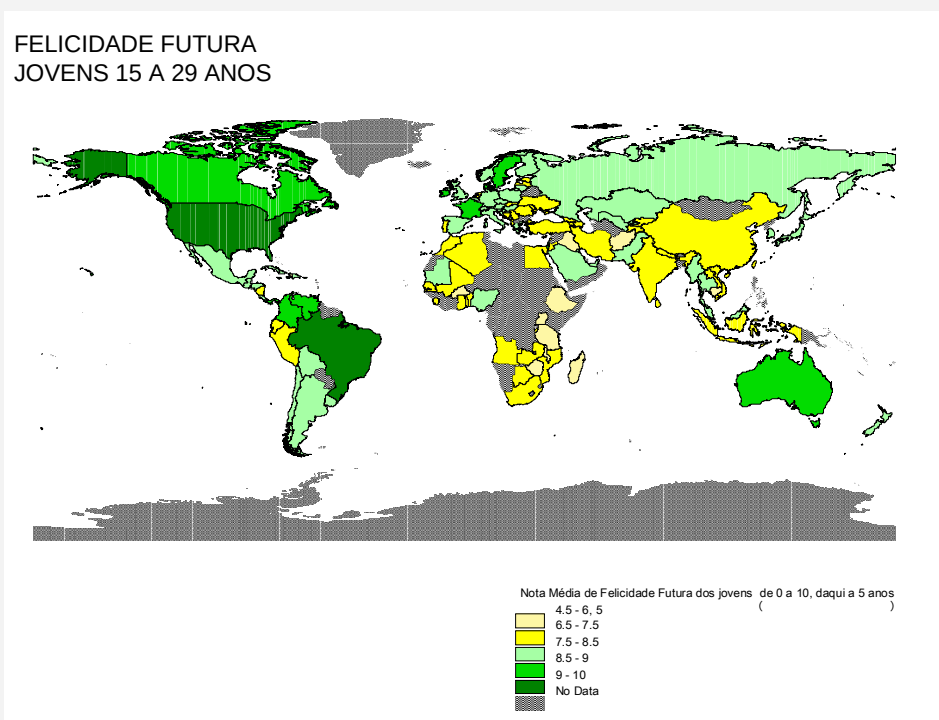
O Sonho Brasileiro

Antes mesmo de a discussão sobre quem é a nova classe média no Brasil surgir, o estudo da FGV dizia que ia lançar uma medida subjetiva de classe média. Classe média seria um estado de espírito em que se acredita que a vida vai melhorar no futuro. Mostramos na pesquisa “Jovens, Educação, Trabalho e o Índice de Felicidade Futura” que entre 132 países, o brasileiro é aquele que apresenta maior expectativa de felicidade futura para daqui a 5 anos. Numa escala de 0 a 10 reportada diretamente pelos entrevistados, a nota média para a satisfação com a vida em 2011 era 8,78 no Brasil superando inclusive aos Estados Unidos (9º do ranking) e Dinamarca, líder mundial de felicidade presente, mas 3º do ranking de felicidade futura. O lanterninha é o Zimbábue na África.

Mais	Felicidade Futura (em cinco anos) População Total	Menos	Felicidade Futura (em cinco anos) População Total
	<u>Futuro</u>		<u>Futuro</u>
<i>brazil</i>	8,78	<i>zimbabwe</i>	4,04
<i>venezuela</i>	8,52	<i>cambodia</i>	4,86
<i>denmark</i>	8,51	<i>paraguay</i>	5,04
<i>ireland</i>	8,32	<i>haiti</i>	5,10
<i>jamaica</i>	8,25	<i>bulgaria</i>	5,13
<i>canada</i>	8,14	<i>ethiopia</i>	5,22
		<i>uganda</i>	5,31

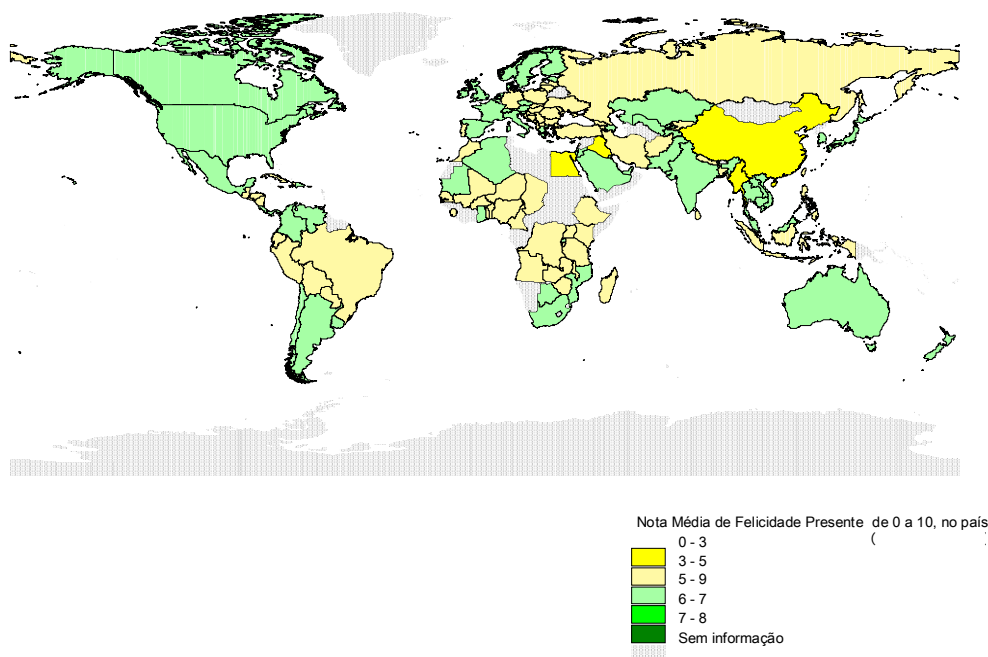
Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV



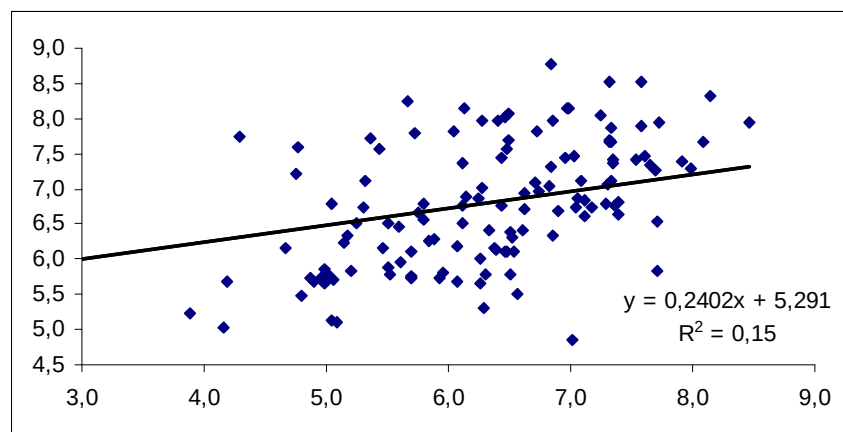
Fonte: CPS/FGV Processando os Microdados do Gallup World Poll 2006 – Projeto BID pela FGV

FELICIDADE PRESENTE (Sobre O PAÍS)



Além do Índice de Felicidade Futura (IFF) que desenvolvemos em projeto para o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) a partir de uma amostra de mais de 132 países cobertas pelos microdados do Gallup World Poll de 2006, o que podemos antecipar é que os dados indicam que a classe média no Brasil medida pelo Índice Futuro de Felicidade é alta vis-à-vis outros países, embora a avaliação subjetiva da situação futura agregada de cada país seja dois pontos abaixo:

/ Percepção Futura (País) x Felicidade Futura (individual)



Fonte: CPS/FGV processando os microdados do Gallup World Poll/2006 - Projeto do BID

Dissonância entre Expectativas Futuras em 5 anos (Individuais e País)

	pais		ind		indivíduo - pais
País		País		País	
1 united arab emirates	8,47	1 zzzbrazil	8,78	1 puerto rico	3,45
2 ireland	8,14	2 venezuela	8,52	2 trinidad & toba	2,82
3 mauritania	8,08	3 denmark	8,51	3 jamaica	2,58
4 mali	7,98	4 ireland	8,32	4 honduras	2,46
5 kazakhstan	7,92	5 jamaica	8,25	5 france	2,36
6 norway	7,73	6 united states	8,14	6 netherlands	2,13
7 azerbaijan	7,71	7 canada	8,14	7 united kingdom	2,06
8 rwanda	7,71	8 new zealand	8,14	8 united states	2,01
9 singapore	7,7	9 australia	8,06	9 zzzbrazil	1,94
10 ghana	7,65	10 panama	8,05	10 italy	1,79
11 malaysia	7,61	11 israel	8,03	11 costa rica	1,77
12 venezuela	7,58	12 belgium	7,98	12 germany	1,75
13 nigeria	7,58	13 sweden	7,97	13 sweden	1,69
14 sierra leone	7,54	14 colombia	7,97	14 belgium	1,58
15 india	7,39	15 norway	7,94	15 australia	1,57
16 vietnam	7,39	16 united arab emirates	7,94	16 israel	1,56
17 laos	7,36	17 nigeria	7,89	17 poland	1,49
18 chile	7,35	18 finland	7,86	18 el salvador	1,49
19 uzbekistan	7,35	19 costa rica	7,82	19 guatemala	1,44
20 finland	7,34	20 switzerland	7,82	20 ethiopia	1,33
21 senegal	7,34	21 united kingdom	7,79	21 japan	1,27
22 saudi arabia	7,33	22 puerto rico	7,74	22 zimbabwe	1,25
23 denmark	7,32	23 france	7,72	23 spain	1,24
24 dominican republic	7,32	24 austria	7,69	24 austria	1,2
25 argentina	7,32	25 dominican republic	7,69	25 denmark	1,19
26 jordan	7,31	26 argentina	7,67	26 canada	1,17
27 angola	7,29	27 mauritania	7,67	27 new zealand	1,16
28 panama	7,25	28 saudi arabia	7,66	28 taiwan	1,16
29 tajikistan	7,18	29 myanmar	7,62	29 colombia	1,11
30 south africa	7,11	30 trinidad & tobago	7,59	30 switzerland	1,1
31 mozambique	7,11	31 netherlands	7,56	31 ecuador	1,09
32 morocco	7,08	32 mexico	7,56	32 mexico	1,08
33 belarus	7,06	33 algeria	7,47	33 pakistan	1
34 botswana	7,05	34 malaysia	7,46	34 greece	1
35 algeria	7,03	35 kuwait	7,45	35 cyprus	0,99
36 cambodia	7,01	36 pakistan	7,43	36 venezuela	0,94
37 new zealand	6,98	37 chile	7,41	37 peru	0,9
38 canada	6,97	38 sierra leone	7,41	38 paraguay	0,88
39 kuwait	6,96	39 kazakhstan	7,39	39 lebanon	0,87
40 benin	6,9	40 spain	7,36	40 yemen	0,87
41 colombia	6,86	41 uzbekistan	7,36	41 portugal	0,86
42 burundi	6,86	42 ghana	7,35	42 panama	0,8
43 zzzbrazil	6,84	43 thailand	7,31	43 romania	0,78

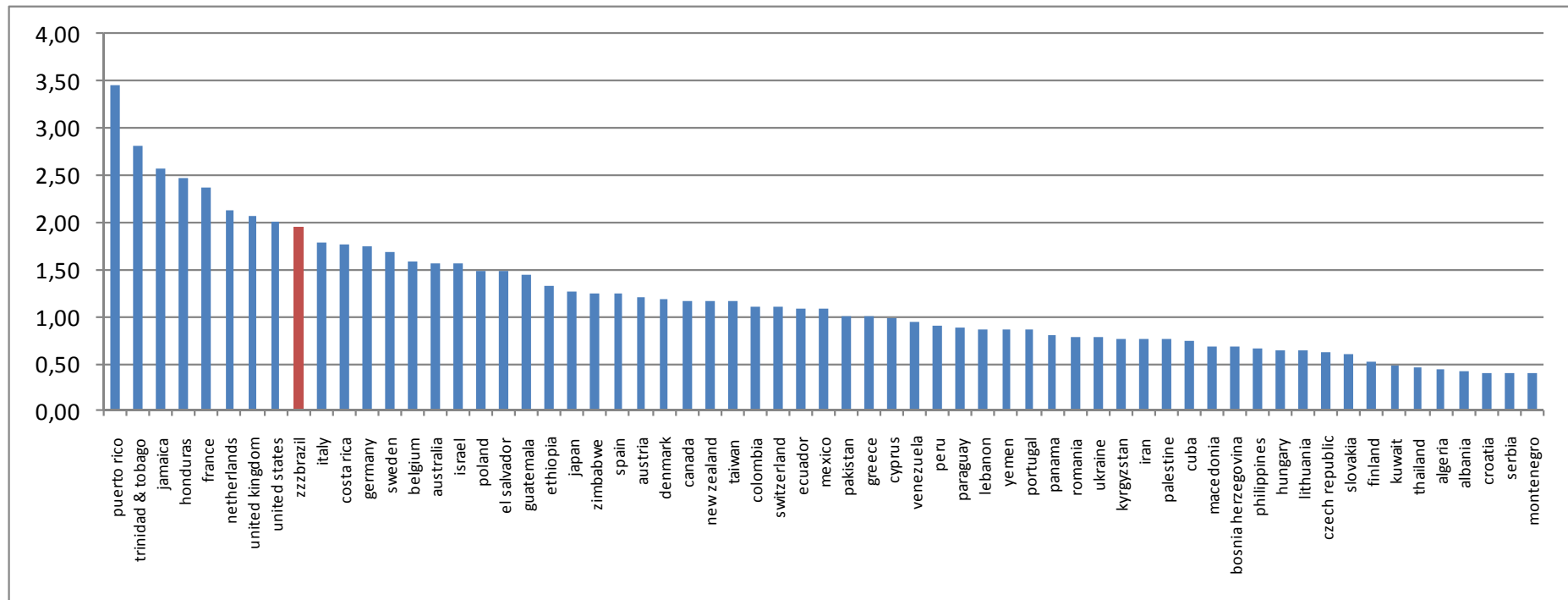
Últimos do rankings

Dissonância entre Expectativas Futuras em 5 anos (Individuais e País)

					Dissonância
	país		ind		indivíduo - país
País		País		País	
100 <i>greece</i>	5,5	100 <i>niger</i>	6,11	100 <i>bangladesh</i>	-0,26
101 <i>bosnia herzegovina</i>	5,47	101 <i>bangladesh</i>	6	101 <i>chad</i>	-0,26
102 <i>netherlands</i>	5,43	102 <i>moldova</i>	5,95	102 <i>south africa</i>	-0,28
103 <i>france</i>	5,36	103 <i>nicaragua</i>	5,88	103 <i>ghana</i>	-0,3
104 <i>italy</i>	5,32	104 <i>portugal</i>	5,85	104 <i>botswana</i>	-0,31
105 <i>guatemala</i>	5,31	105 <i>rwanda</i>	5,83	105 <i>hong kong</i>	-0,36
106 <i>japan</i>	5,25	106 <i>slovakia</i>	5,82	106 <i>kenya</i>	-0,36
107 <i>slovakia</i>	5,21	107 <i>turkey</i>	5,81	107 <i>madagascar</i>	-0,4
108 <i>taiwan</i>	5,18	108 <i>palestine</i>	5,78	108 <i>mauritania</i>	-0,41
109 <i>ecuador</i>	5,15	109 <i>latvia</i>	5,78	109 <i>niger</i>	-0,43
110 <i>haiti</i>	5,09	110 <i>georgia</i>	5,77	110 <i>tajikistan</i>	-0,43
111 <i>hungary</i>	5,06	111 <i>afghanistan</i>	5,77	111 <i>singapore</i>	-0,44
112 <i>germany</i>	5,04	112 <i>cameroon</i>	5,76	112 <i>angola</i>	-0,5
113 <i>bulgaria</i>	5,04	113 <i>yemen</i>	5,74	113 <i>mozambique</i>	-0,51
114 <i>palestine</i>	5,02	114 <i>brukina faso</i>	5,74	114 <i>burundi</i>	-0,52
115 <i>portugal</i>	4,99	115 <i>armenia</i>	5,74	115 <i>kazakhstan</i>	-0,53
116 <i>philippines</i>	4,98	116 <i>romania</i>	5,73	116 <i>united arab emi</i>	-0,53
117 <i>romania</i>	4,95	117 <i>hungary</i>	5,71	117 <i>georgia</i>	-0,54
118 <i>ukraine</i>	4,9	118 <i>el salvador</i>	5,68	118 <i>india</i>	-0,57
119 <i>yemen</i>	4,87	119 <i>ukraine</i>	5,68	119 <i>laos</i>	-0,59
120 <i>macedonia</i>	4,8	120 <i>madagascar</i>	5,67	120 <i>malawi</i>	-0,6
121 <i>trinidad & tobago</i>	4,77	121 <i>malawi</i>	5,66	121 <i>mali</i>	-0,69
122 <i>honduras</i>	4,75	122 <i>philippines</i>	5,65	122 <i>afghanistan</i>	-0,74
123 <i>poland</i>	4,67	123 <i>tanzania</i>	5,5	123 <i>vietnam</i>	-0,75
124 <i>puerto rico</i>	4,29	124 <i>macedonia</i>	5,49	124 <i>uganda</i>	-0,98
125 <i>el salvador</i>	4,19	125 <i>iraq</i>	5,43	125 <i>tanzania</i>	-1,06
126 <i>paraguay</i>	4,16	126 <i>uganda</i>	5,31	126 <i>azerbaijan</i>	-1,17
127 <i>ethiopia</i>	3,89	127 <i>ethiopia</i>	5,22	127 <i>rwanda</i>	-1,88
128 <i>zimbabwe</i>	2,79	128 <i>bulgaria</i>	5,13	128 <i>cambodia</i>	-2,15
		129 <i>haiti</i>	5,1		
		130 <i>paraguay</i>	5,04		
		131 <i>cambodia</i>	4,86		
		132 <i>zimbabwe</i>	4,04		

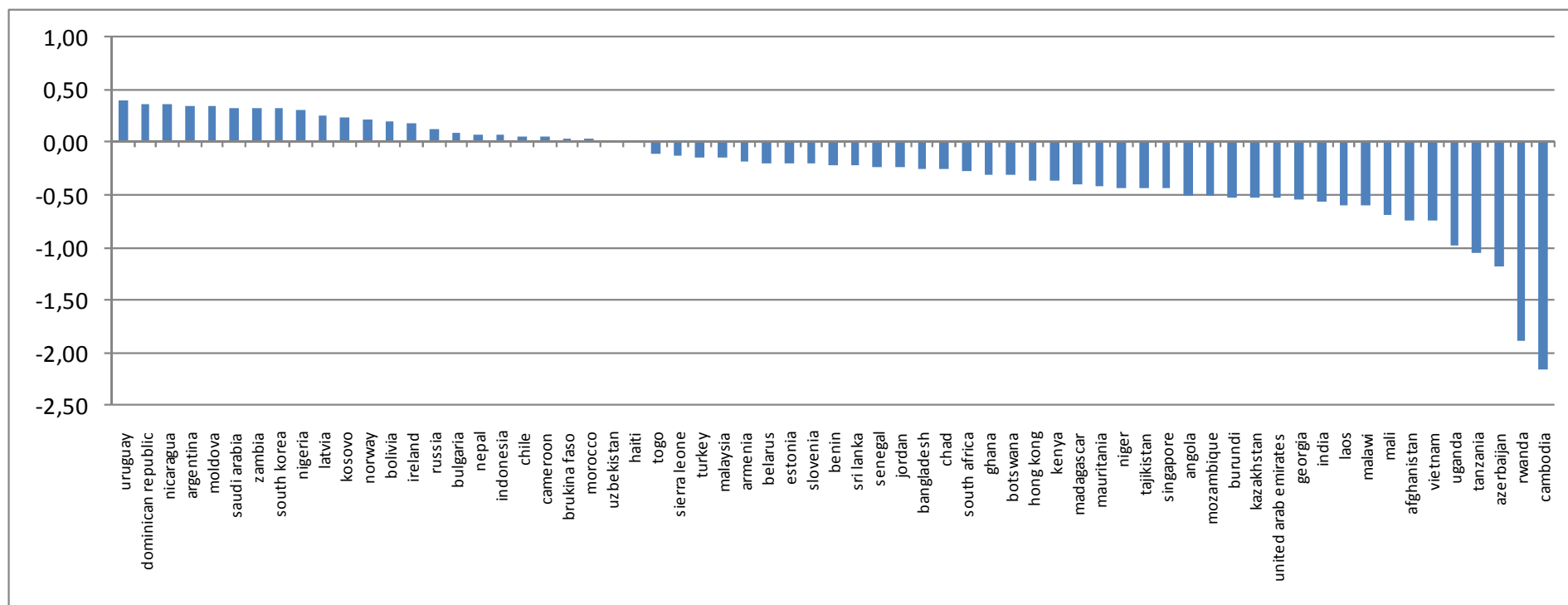
Fonte: CPS/IBRE/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

Dissonância entre Expectativas Futuras em 5 anos (Individuais e País) - Primeira parte



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

Dissonância entre Expectativas Futuras em 5 anos (Individuais e Países) – (cont)



Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados GALLUP 2006

Ele será o cara

O brasileiro acredita que será o ser mais feliz do mundo daqui a 5 anos. A pergunta para 132 países do mundo: “Dá uma nota de 0 a 10: onde você espera estar daqui a 5 anos?”, nenhum país ganha do Brasil - nossa média é 8.78 acompanhado da Dinamarca, Irlanda e Jamaica de Usain Bolt. O lanterninha é Zimbábue com 2,79 de felicidade futura. E essa mesma pesquisa, quando pede para os brasileiros darem uma nota para o país daqui a cinco anos, a nota média é 6.7, bem abaixo da Irlanda com 8,14, mas acima de Zimbábue com 2,79. Somos número 43 do ranking mundial. Como é que pode um país ser tão bom pra cada um, e não ser um país bom pra todos?

Cigarras e Formigas

Esta dissonância pode ser explicada nos termos da Fábula de La Fontaine: Somos mais cigarras do que formigas, esperando um futuro melhor

Mas, ao contrário das formigas, não somos os melhores seres para viver em coletividade. As altas taxas de inflação, desigualdade e criminalidade históricas tupiniquins refletem esta característica, a boa notícia é que estamos melhorando. E tal como na fábula, não nos preparamos para o futuro.

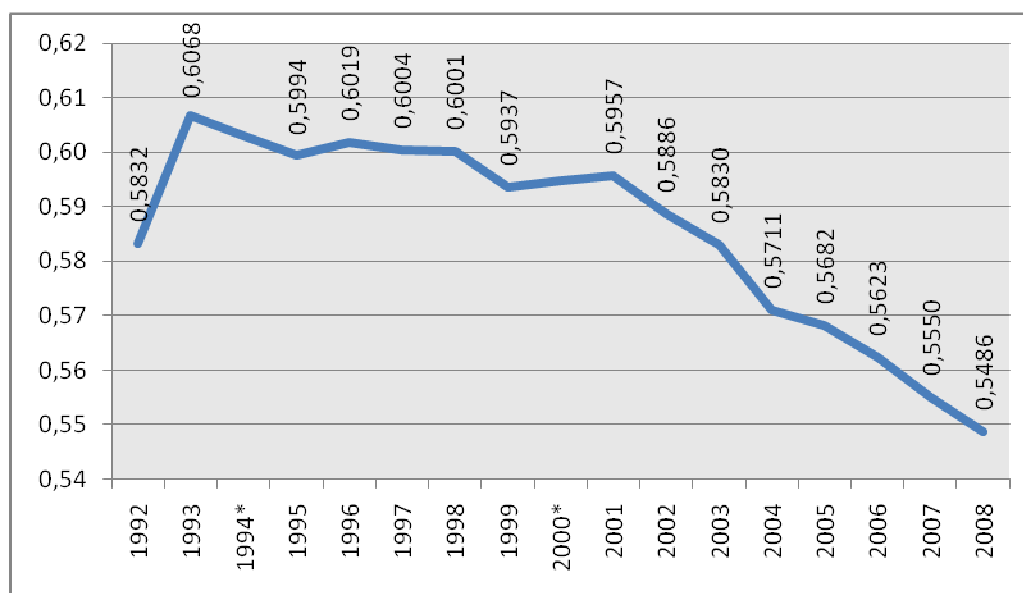
6. Indicadores Sociais baseados em Renda

Desigualdade

Descrevemos a evolução dos indicadores sociais baseados em renda como desigualdade, pobreza e bem estar, analisando seus determinantes próximos e algumas de suas conseqüências. Em outras palavras descrevemos diversos aspectos do “bolso dos brasileiros” que seria segundo os economistas, a parte mais sensível da “anatomia humana”.

De maneira geral, 2008 assim como a década até agora vista como um todo, destaca-se menos pelo crescimento generalizado de renda para todos os estratos da população, do que pela redução da desigualdade observada, conforme o gráfico abaixo ilustra:

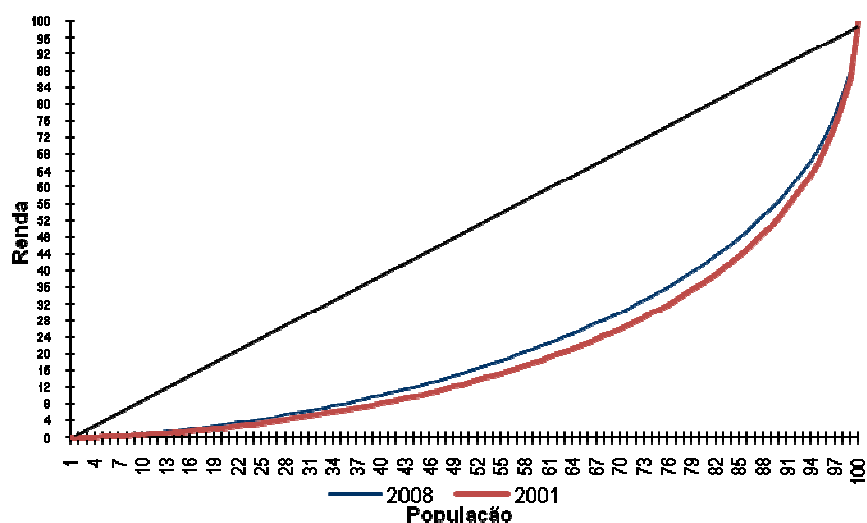
Índice de Gini



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

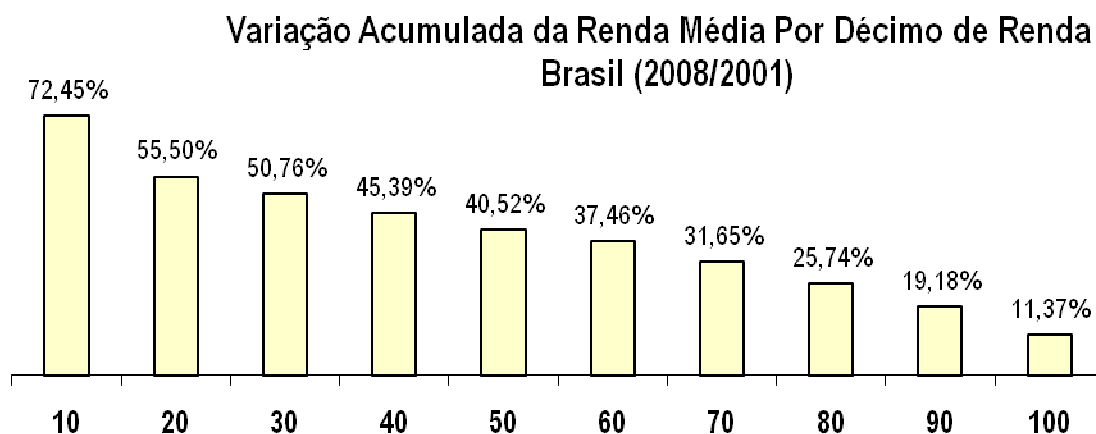
A desigualdade medida pelo índice de Gini cai -1,15% um valor superior a quatro dos cinco anos da década da redução da desigualdade: -1,2%, em 2002, -1%, em 2003, -1,9% em 2004, -0,6% em 2005 e -1,06% em 2006, - em 2007 e -1,15% em 2008. A queda é substantiva nunca na estória estatisticamente registrada brasileira – desde 1960 - a desigualdade caiu tanto. As curvas de Lorenz abaixo mostram que a dominância de forma que para qualquer medida de desigualdade que repita o princípio das transferências 2008 é mais igualitário que 2001.

Desigualdade de Renda Familiar Per Capita - Brasil

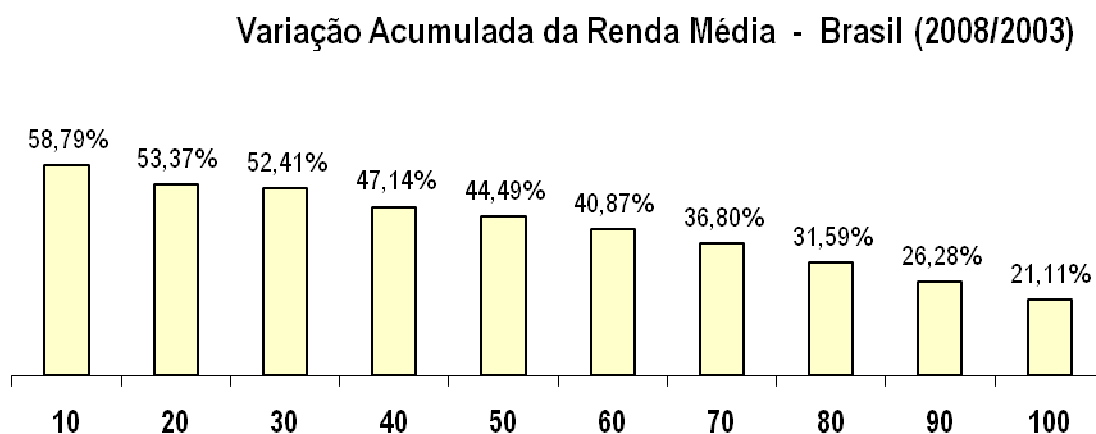


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apresentamos a seguir o ganho acumulado de renda entre 2001 e 2008 por cada décimo da população. A taxa de crescimento é decrescente à medida que caminhamos do primeiro (72,45%) ao último décimo (11,37%) - este caráter progressivo não é tão bem traduzido pelas, aparentemente, pequenas mudanças das séries do índice de Gini ou das Curvas de Lorenz a partir da qual o índice é derivado.



Destacando da análise do período 2003 a 2008, percebemos reduções de renda nos dois extremos da distribuição de renda

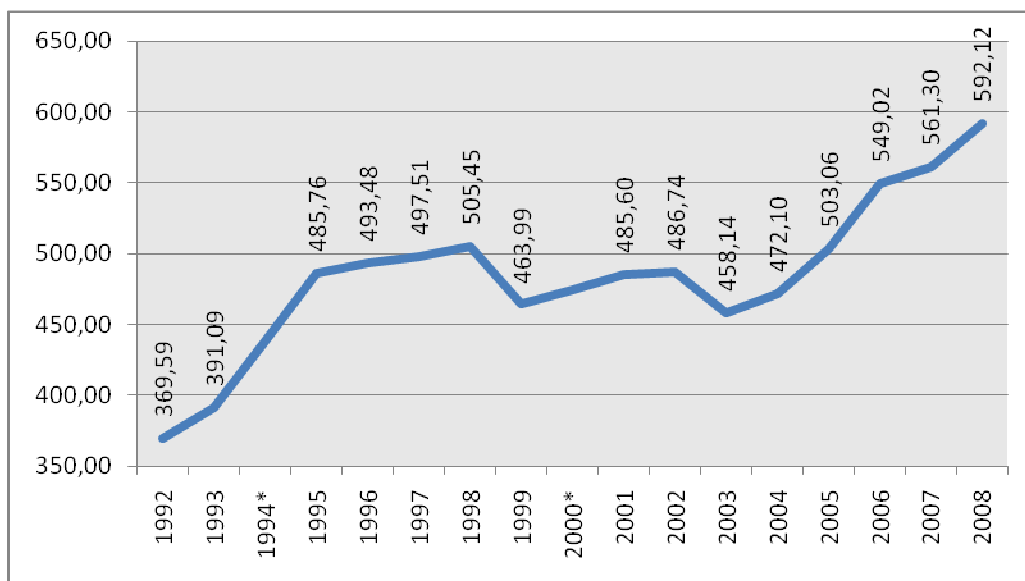


Medida de Bem-Estar Social de Sen

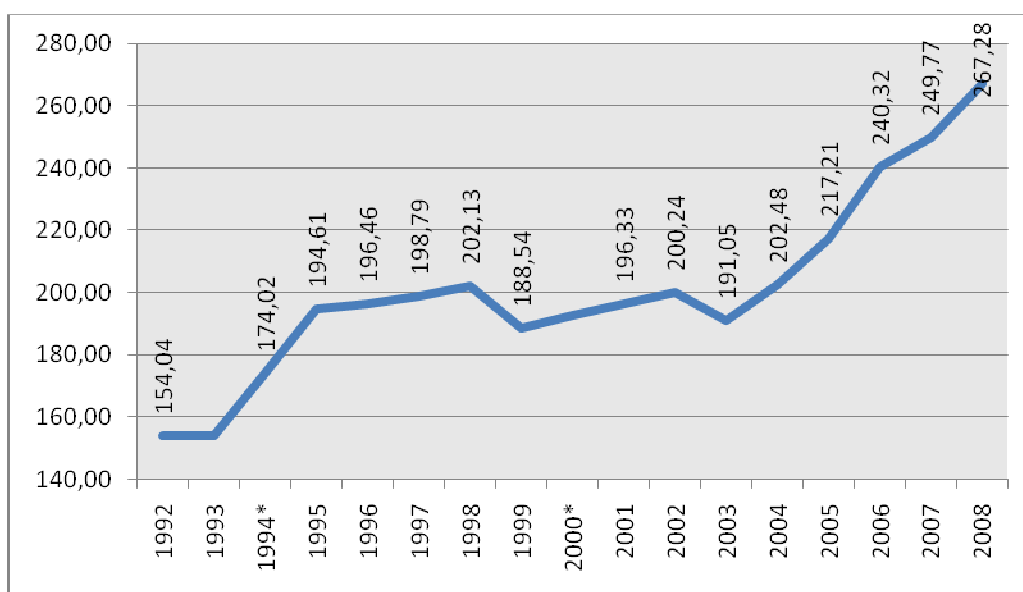
A fim de fornecer uma síntese final, acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo, a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 592,12 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem-estar

social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 45,14% deste valor, 267,28 reais, dada a extrema desigualdade atual brasileira. O deságio era ainda maior quando o índice era apenas 41,7% da renda média em 2003. Apresentamos no gráfico abaixo, a evolução ano a ano da média de renda, da desigualdade de renda e da combinação das duas, dada por essa medida de Bem-estar.

Renda Domiciliar Per Capita – R\$



Bem-Estar – R\$



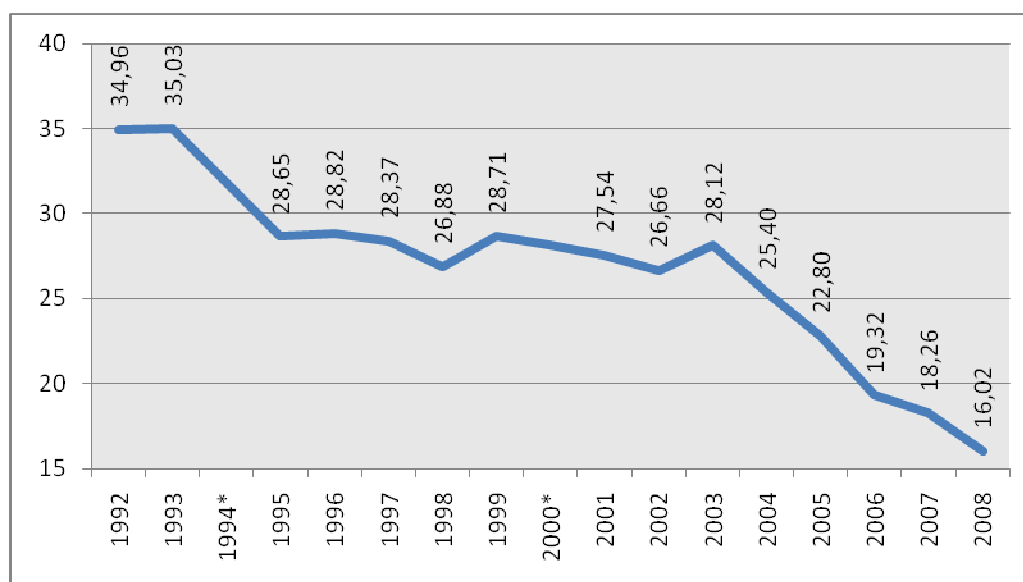
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Miséria

As duas últimas PNADs revelam uma redução de 12,27% da pobreza, o que corresponde a saída de 3,8 milhões de pessoas da miséria. Este movimento coroa um movimento desde o fim da recessão de 2003 quando a pobreza caiu 43%, ou seja, cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria e que vem sendo mostrados por sucessivos trabalhos do Centro de Políticas Sociais (CPS/IBRE/FGV) lançados na mesma época dos anos anteriores, imediatamente após o lançamento dos microdados da PNAD, indicaram duas marcadas mudanças de patamar de miséria: no biênio 1993-1995 a proporção de pessoas abaixo da linha da miséria cai 18,47% e, no período 2003-07, a mesma cai 35,1%. Estes dois episódios foram separados por um período de 10 anos de relativa estabilidade da miséria apenas interrompidas em 1998 e 2002.

O paralelo existente entre os dois episódios de redução permanente de miséria, assim como as flutuações transitórias ocorridas em anos eleitorais, podem ser percebidos no gráfico abaixo. Em termos líquidos, temos 29,9 milhões de miseráveis (16,02% da população¹¹) que seriam quase 50 milhões pessoas se a miséria não tivesse caído nos últimos anos.

% População Miserável (Renda Domiciliar Per Capita)



OBS: 1994 e 2000 são médias. Nesses anos a PNAD não foi a campo

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

¹¹ Pessoas que moram e domicílios com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado ou 145 reais a preços da grande São Paulo).

Cenários Futuros de Miséria

Tradicional nos nossos estudos anuais de miséria, esta seção projeta cenários futuros. Em geral, tem-se a esta altura as informações fechadas de dois trimestres de contas nacionais, dados de mercado de trabalho metropolitano da PME e do Caged cobrindo pelo menos o mesmo período, que permitem a projeção do crescimento da renda média de três trimestres desde a última PNAD. A partir do qual é interessante traçar cenários de curto prazo.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 137 por mês a preços médios de hoje no Brasil) cairá dos 16,02% de 2008 Se o crescimento de renda for similar ao de 2007 (cerca de 2% per capita), cairá a 15,5% da população, queda de 3%, similarmente se o crescimento per capita for de -2%, fruto da crise a pobreza sobe 3,23% atingindo 16,53%. Estamos aqui mais interessados em exercício de prazo mais longo e com desigualdade em queda como esteve nos últimos sete anos. Inicialmente, num cenário neutro em termos distributivos se a renda per capita nacional crescer 2,6% ao ano nos próximos sete anos o que agregado do crescimento populacional seria equivalente a 4% ao ano de crescimento da renda total a pobreza cairia para 12,43%, uma queda de 22,38%.

Cenários de Pobreza

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
Brasil	592,12	16,02	0,00
Efeito Crescimento de			
-2%	580,28	16,53	3,23%
-1%	586,20	16,21	1,21%
1%	598,04	15,75	-1,65%
2%	603,96	15,54	-3,00%
3%	609,88	15,31	-4,41%
4%	615,80	15,06	-5,96%
5%	621,73	14,93	-6,79%
6%	627,65	14,68	-8,37%
7%	633,57	14,53	-9,26%
8%	639,49	14,33	-10,53%
9%	645,41	14,16	-11,61%
10%	651,33	13,95	-12,93%
11%	657,25	13,79	-13,92%
12%	663,17	13,65	-14,76%
13%	669,10	13,49	-15,76%
14%	675,02	13,34	-16,71%

15%	680,94	13,18	-17,68%
16%	686,86	13,04	-18,58%
17%	692,78	12,93	-19,28%
18%	698,70	12,75	-20,41%
19%	704,62	12,59	-21,41%
20%	710,54	12,43	-22,38%
21%	716,47	12,24	-23,58%
22%	722,39	12,06	-24,73%
23%	728,31	11,91	-25,66%
24%	734,23	11,74	-26,68%
25%	740,15	11,55	-27,87%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

A redução seria ainda maior se esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade. Se a mencionada expansão de 20% acumulada ou de 2,6% per capita ao ano fosse combinada com uma queda do índice de Gini similar a observada nos últimos sete anos. Por exemplo, partindo do nível médio de renda e da distribuição de renda do Rio Grande do Sul de 2007 (redução de 4,5 p.p. do índice de Gini equivalente em termos relativos a forte redução de desigualdade ocorrida nesta década¹²) a pobreza cairia 41,22% o que levaria a taxa de pobreza abaixo dos dois dígitos: 9,45% da população brasileira seria considerada miserável. Agora mesmo com crescimento per capita nulo se a desigualdade caísse para o nível gaúcho, os ganhos seriam ainda razoáveis - para os pobres é claro – a taxa de pobreza cairia 18,58% no intervalo atingindo o universo de 13,04% da população. Esta queda da miséria é suficiente para superar o ritmo exigido pela primeira meta do milênio de queda de 50% em 25 anos, caindo neste intervalo 52% neste um quarto de século. Este exercício é ilustrativo para elucidar o papel prospectivo e retrospectivo desempenhado pela redução da desigualdade de renda no contexto brasileiro.

¹² Traça-se o cenário de desigualdade escolhendo uma curva de Lorenz de referência e fazendo a associação com índices sintéticos, notadamente, mais com o índice de Gini que é o mais popular deles.

Cenários de Pobreza

	Renda Domiciliar Per Capita	% Miseráveis	Variação
TOTAL	592,12	16,02	
<i>Efeito Desigualdade</i>	592,12	13,04	-18,58%
<i>Combinado com Efeito Crescimento de</i>			
-2%	580,28	13,48	-15,87%
-1%	586,20	13,41	-16,29%
1%	598,04	12,95	-19,14%
2%	603,96	12,64	-21,13%
3%	609,88	12,31	-23,15%
4%	615,80	12,03	-24,89%
5%	621,73	11,91	-25,63%
6%	627,65	11,54	-27,95%
7%	633,57	11,34	-29,23%
8%	639,49	11,11	-30,63%
9%	645,41	11,00	-31,36%
10%	651,33	10,95	-31,65%
11%	657,25	10,74	-32,96%
12%	663,17	10,65	-33,55%
13%	669,10	10,36	-35,34%
14%	675,02	10,33	-35,51%
15%	680,94	10,23	-36,17%
16%	686,86	10,13	-36,79%
17%	692,78	10,05	-37,29%
18%	698,70	9,97	-37,77%
19%	704,62	9,66	-39,70%
20%	710,54	9,45	-41,01%
21%	716,47	9,34	-41,72%
22%	722,39	9,24	-42,35%
23%	728,31	9,15	-42,90%
24%	734,23	9,03	-43,61%
25%	740,15	8,84	-44,84%

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE

Decomposição de Desigualdade

Como reduzir a desigualdade? Mais uma vez a presente década pode nos mostrar os caminhos. Aplicando ao período de entre 2001 e 2008 a metodologia de decomposição das variações do Gini¹³. Conforme a última coluna da tabela abaixo demonstra a renda do trabalho explica 66,86% da redução da desigualdade esperada entre 2001 e 2008, a seguir vem os programas sociais com destaque ao Bolsa Família e seu

¹³ Hoffman 2006 e Soares 2006 aplicam esta metodologia a dados brasileiros do começo da década. Kakwani, Neri e Son 2005 e Barros et al. 2006 aplicam outras metodologias aos mesmos dados.

antecessor Bolsa Escola que explicam 17% da redução da desigualdade enquanto os benefícios previdenciários explicam 15,72% da desconcentração de renda ficando as demais rendas com um resíduo inferior a 1%. As demais colunas das tabelas comparam 2008 com os demais anos. Já as tabelas posteriores decompõem a natureza dos efeitos por tipo de renda separando os efeitos da contribuição de cada fonte na renda total pela mudança da massa relativa de benefícios dos efeitos da desigualdade de cada fonte avaliada a partir do Gini da renda total.

Efeito percentual de cada parcela do rendimento na mudança do Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil

Efeito percentual

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	116,15	89,30	64,07	65,84	66,39	66,86	66,86
Renda previdência	-1,06	21,67	25,49	27,68	17,56	13,80	15,72
Bolsa Família	-1,03	-10,01	11,43	6,99	16,83	18,47	17,00
Transferência privadas	-14,21	-0,82	-0,92	-0,40	-0,71	0,93	0,50
Abono	0,23	-0,11	-0,04	-0,08	-0,07	-0,04	-0,05
Total	100,07	100,03	100,03	100,04	100,00	100,02	100,02
Delta GINI	-0,0064	-0,0137	-0,0196	-0,0225	-0,0344	-0,0400	-0,0471

Efeito composição

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	0,41	-0,06	0,00	0,00	0,00	-0,02	-0,04
Renda previdência	-0,20	-0,06	0,18	0,07	0,10	-0,18	-0,21
Bolsa Família	26,45	-0,72	6,62	9,44	9,29	4,71	5,28
Transferência privadas	-4,10	3,05	2,58	1,95	1,16	1,75	1,32
Abono	0,10	-0,10	-0,09	-0,05	0,06	-0,06	0,01
Total	22,65	2,11	9,29	11,42	10,61	6,21	6,36
Delta GINI							

Efeito concentração

<i>Parcela</i>	2007 a 2008	2006 a 2008	2005 a 2008	2004 a 2008	2003 a 2008	2002 a 2008	2001 a 2008
Renda do trabalho	115,74	89,36	64,07	65,84	66,39	66,88	66,90
Renda previdência	-0,85	21,73	25,31	27,61	17,46	13,98	15,93
Bolsa Família	-27,48	-9,30	4,81	-2,45	7,54	13,75	11,72
Transferência privadas	-10,12	-3,87	-3,50	-2,35	-1,87	-0,82	-0,82
Abono	0,13	0,00	0,05	-0,03	-0,13	0,01	-0,07
Total	77,42	97,92	90,74	88,62	89,39	93,81	93,66
Delta GINI							

É interessante que a análise leve em conta não só os impactos de diferentes fontes de renda, em particular as transferidas pelo Estado brasileiro, no deslocamento da desigualdade como também os se custo ao erário público.

Custo da Erradicação da Miséria

Uma outra medida útil no desenho de políticas públicas é o hiato de renda (P1). Isto é, quanto de renda falta, em média, aos miseráveis para que eles consigam satisfazer suas necessidades básicas no mercado. Utilizando como base nossa linha de insuficiência de renda, o déficit médio expresso em termos monetários de cada brasileiro miserável seria R\$ 56,29 mensais a preços médios do Brasil. Em 2007 a mesma estatística era R\$ 57,44. Captada pela diminuição no índice conhecido P2 (cai de 5,08 para 4,33) observamos um alívio na severidade da miséria (contrapondo-se ao que ocorreu no ano anterior). Os dados de aumento de renda do primeiro décimo e de diminuição da proporção de pessoas com rendas muito baixas medidas na linha de pobreza indicam que os mais pobres do pobres ganharam no período.

Voltando ao cálculo do custo de erradicação em 2008, como só uma parte dos brasileiros está abaixo da linha, os dados mostram que seriam necessários R\$ 9,01 em média, por pessoa (contra R\$ 9,65 em 2007), para aliviar totalmente a pobreza no Brasil, totalizando um custo de R\$ 1.7 bilhões mensais e R\$ 20,2 no ano. As informações revelam quanto custaria para completar a renda de cada brasileiro até a linha de R\$ 132 nacional (ou 145 reais a preços da grande SP), ou seja, o menor valor das transferências suficientes para içar cada miserável até o piso de suas necessidades básicas. Este exercício não deve ser lido como uma defesa de determinadas políticas específicas, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. O dado é útil para traçar o alvo das políticas e organizar suas fontes de financiamento.

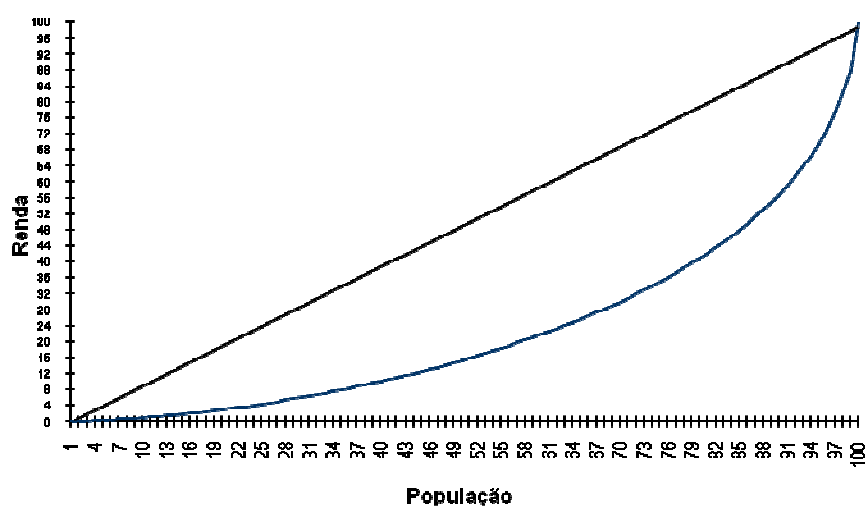
**Custo de
Erradicação da
Miséria**

	Transferências Mínimas para Erradicar a Miséria				
	R\$ pessoa	R\$ total mês	R\$ total ano	R\$ não miserável	R\$ miserável
Brasil 2008	9,01	1.680.719.363	20.168.632.359	10,73	56,29

**Custo de
Erradicação da
Miséria**

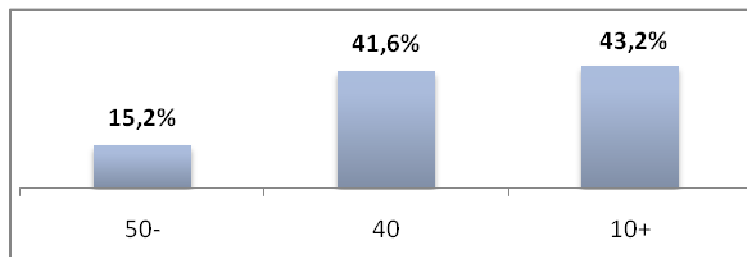
	Transferências de Riqueza por Não Miserável		
	0.5 % a.m.	1 % a.m.	2 % a.m.
Brasil 2008	2147	1073	537

Curva de Lorez - Brasil 2008
Desigualdade de Renda Familiar Per Capita

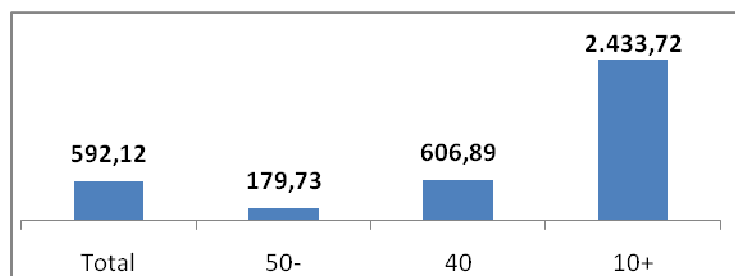


Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Participação na Renda Total 2008 – Brasil



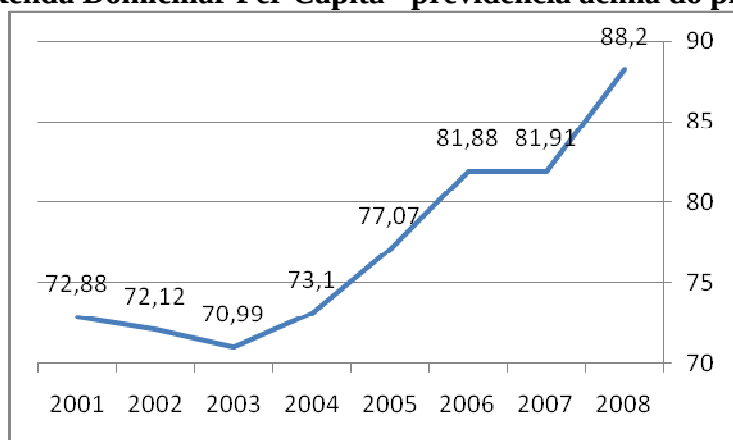
Nível por Grupos de Renda 2008 – Brasil



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

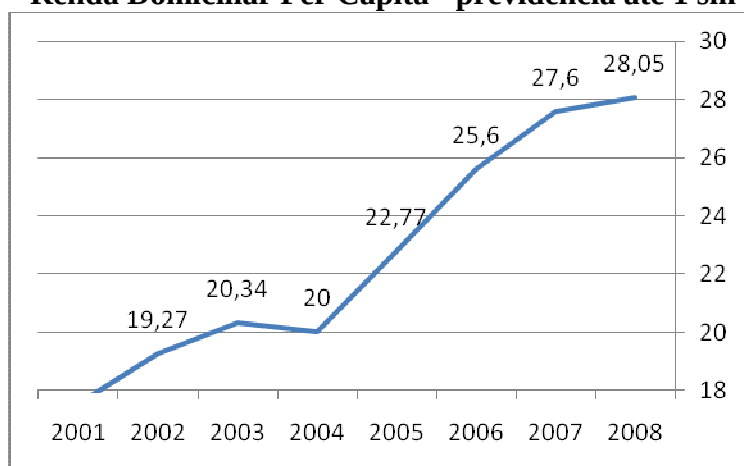
A seguir apresentamos a evolução da renda domiciliar per capita por diferentes fontes desde 2002.

Renda Domiciliar Per Capita - previdência acima do piso



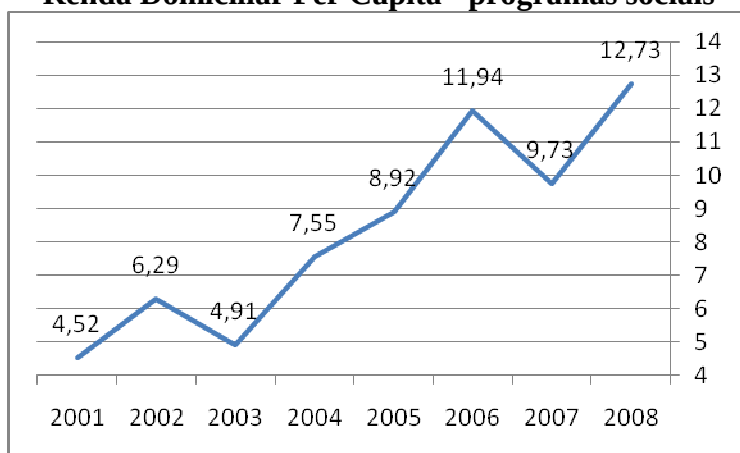
Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Renda Domiciliar Per Capita - previdência até 1 sm



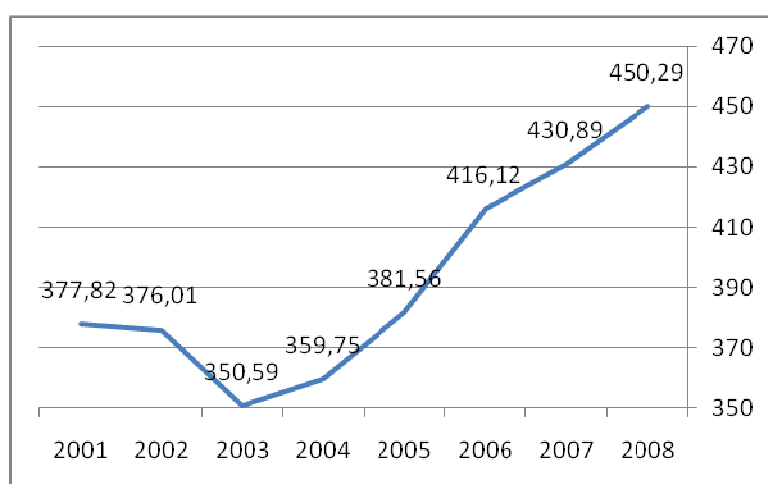
Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Renda Domiciliar Per Capita - programas sociais



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Renda Domiciliar Per Capita – trabalho



Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

7. Conclusões

O Relatório Stiglitz-Sen, A PNAD e a Pesquisa

Nesta última semana, dois economistas ganhadores do Prêmio Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 economistas de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman – este último também laureado do Prêmio Nobel (quando estava no Brasil).

A importância do relatório reside no alerta dos próprios economistas quanto à necessidade de se melhorarem as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no Produto Interno Bruto (PIB), para também se levarem em conta outros números que afirmam o bem-estar da população.

Embora a crise mundial recente tenha talvez propiciado esta discussão, esta tem sido uma preocupação mais antiga de muitos setores que defendem a importância, por exemplo, de variáveis ambientais e sociais para formular o retrato do desempenho dos países. Ademais, o relatório também chama a atenção para a necessidade de se considerar o potencial de sustentabilidade dos indicadores de desempenho – isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras.

Não cabe aqui discutir este relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas a seu respeito, mas – antes de mais nada – devemos celebrar o que deverá ser o começo do debate no nível internacional acerca de um tema cuja urgência se anuncia há muito tempo.

Vale ressaltar aqui as premissas básicas do relatório, quais sejam, a importância de indicadores estatísticos para o desenho e avaliação de políticas para melhorar o progresso da sociedade e sua influência nos mercados econômicos; e, ao mesmo tempo, a distância entre as medidas-padrão de variáveis socioeconômicas (e.g. crescimento econômico, inflação, etc.) e suas percepções.

O relatório Stiglitz-Sen propõe medidas ambiciosas, como o ajuste que deve ser feito quanto à mensuração de despesas do governo e sua produção (Itens 20 e 21, dentre outros) que assim mexem com instrumentos das contas nacionais. No entanto, o trabalho também sinaliza realizações mais factíveis, como a mudança de ênfase de produção para bem-estar, assim entendido no sentido da renda e consumo:

“Material living standards are more closely associated with measures of net national income, real household income and consumption” (item 22).

Como tradição, temos buscado nesta e em edições anteriores baseadas na PNAD abordar a renda e o consumo dos domicílios brasileiros, antecipando-nos às conclusões do relatório. Outras recomendações do relatório Stiglitz-Sen também encontram eco neste e nos demais estudos do CPS, quais sejam:

- **Enfatizar a perspectiva da renda e consumo do domicílio** para melhor aferir padrões materiais de vida. Esta aferição é mais precisa na medida em que o PIB per capita real não reflete necessariamente movimentos na renda domiciliar real; e,
- **Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição** – uma preocupação constante do Centro.

Por fim, os autores do relatório recomendam fortemente a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões que captem as avaliações das pessoas com relação às suas vidas, para se obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Neste sentido, o Centro de Políticas Sociais havia desenvolvido o Índice de Desenvolvimento Humano Percebido (IDHP) com base na Gallup World Survey, disponibilizado mediante um projeto do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), no qual se abordaram as percepções das pessoas sobre os indicadores clássicos do IDH – a saber, renda, educação e saúde – e sua relação com seus níveis de satisfação com a vida, otimismo, etc.

Acreditamos que o eixo central de recomendações do relatório está em linha com a presente pesquisa a única exceção de maior monta são as preocupações de indicadores ambientais que está fora do escopo desta pesquisa. A utilidade de tais recomendações será enorme para a elaboração e avaliação de políticas públicas mais realistas e equitativas, embora estatísticos, economistas, políticos, etc. ainda terão um árduo caminho à frente para concretizá-las. Acreditamos que a feliz coincidência de lançamento da PNAD e deste relatório de Stiglitz-Sen possam gerar sinergia para o debate e a prática de avaliação das condições de vida no país.

Principais Resultados (síntese do sumário executivo)

O site da pesquisa <http://www.fgv.br/ibrecps/CPC/index.htm> permite o cruzamento de todas as informações por variáveis sócio-demográficas padrões (sexo, idade etc) e níveis geográficos mais detalhados que os usuais (regiões, estados etc) tais como a identificação de capitais dos estados e a abertura das periferias dos grandes centros. A pesquisa conta com dispositivo de acesso público que permitirá a cada um simular o potencial de consumo e de geração de renda dados os atributos de sua família.

i. Visão Geral

Objetivo: traçar um retrato resumido das condições de brasileiras a partir da miríade de informações pnadianas. O capítulo dos indicadores sociais baseados em renda, traduz salário, jornada, ocupação, desemprego, recebimento de aposentadorias, acesso a programas sociais etc etc em poucos números

*Quanto cresceu, ou diminuiu, o bolso dos diferentes brasileiros?
Por que mudou? Mudou em que?*

As Razões da Mudança:

Fontes de renda: a primeira linha olha para os determinantes próximos fontes de renda das pessoas, o papel de pensões e aposentadorias, programas sociais e trabalho nas diversas medidas sintéticas .

Produtores e Consumidores A segunda perspectiva olha para a relação menos direta mas mais duradoura entre estoques de ativos e os fluxos de renda per capita. Isto permite entender como as pessoas transformam as suas rendas em padrões de vida presentes e passados e o respectivo potencial de consumo.

ii. Classes Econômicas

Classe AB: a proporção de pessoas na classe AB cresce 7% apenas no último ano, o que corresponde a entrada de 1,5 milhões de pessoas no grupo mais alto de renda. Só nos últimos 5 anos, somamos 6 milhões de pessoa ascendendo a esta classe que em 2008 atinge 19,4 milhões de pessoas.

Classe C: 37,56% da população brasileira em 2003, passa a 49,22% em 2008, ou 91 milhões de brasileiros em 2008 a classe dominante no sentido populacional. Crescimento acumulado de 31%, traduzido em termos de população, equivale a dizer que 25,9 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C nos últimos 5 anos (5,3 milhões só no último ano).

Classe D: 24,35% em 2008 atingindo 45,3 milhões de brasileiros. Redução de 0,9 milhões em um ano ou caindo 3%, e de 1,5 milhões se considerarmos os últimos 5 anos,

Classe E: Redução de 12,27% no último ano, saída de 3,8 milhões de pessoas equivalente a pobreza. Desde o fim da recessão de 2003 a pobreza Classe E caiu 43%, 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha. Temos em 2008 29,9 milhões de miseráveis (16,02% da população) que seriam quase 50 milhões pessoas se a miséria não caísse.com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços da grande São Paulo ou 145 reais a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado).

iii. Estratégia Empírica

A cada atualização das séries das diversas classes econômicas incorporar nova imensão:

- **Empreendedorismo** (WWW.fgv.br/cps/crediamigo2),
- **Microcrédito** (WWW.fgv.br/cps/crediamigo3),
- **Microseguros** (WWW.fgv.br/cps/ms),

A cada pesquisa uma nova ótica.

Na presente visão multidimensional integrada a partir da riqueza de dados oferecidos pela PNAD.

a) Duas Óticas: Consumidor e Produtor.

A comparação destas duas dimensões de consumidores e produtores permitirá nos termos da fábula de la Fontaine separar os brasileiros em cigarras e formigas.

- Família é a unidade básica de referência
- Renda como unidade de referência para integrar as diferentes informações de acesso e uso de ativos produtivos ou de consumo.
- Quer gostemos ou não, renda é a variável mais usada , se queremos ampliar a dimensão de análise é interessante partir do que já é feito na prática.
- Visão do Consumidor: Potencial de Gasto
- Visão do Produtor: Capacidade de Geração de Renda

Ótica do Consumidor

A primeira identifica o potencial de consumo exercido pelas famílias através de:

- acesso a bens de consumo (TV, Freezer etc),
- acesso a serviços públicos (Lixo, esgoto),
- condições de moradia (financiamento, número de banheiros)
- e tipo de família (Casal sem filhos etc).

O índice sintético de potencial de consumo aumentou 14,98% entre 2003 e 2008.

Óticas do Produtor

- identificamos o potencial de geração de renda familiar de forma a captar a sustentabilidade das rendas percebidas através de:
- inserção produtiva e nível educacional de diferentes membros do domicílio,
- investimentos em capital físico (previdência pública e privada; uso de tecnologia de informação e comunicação),
- capital social (sindicatos; estrutura familiar)
- e capital humano (frequência dos filhos em escolas públicas e privadas),

b) Modelos de Escolha de Variáveis Explicativas

Começamos explorando a riqueza de informações relativas a posse e uso de ativos a partir da PNAD usando um modelo de seleção de variáveis de acordo com o nível de significância estatística para explicar a renda domiciliar per capita (embora expressemos em renda total)

Omitimos variáveis sociodemográficas e espaciais na explicação da renda per capita para depois podermos inferir qual é a renda equivalente de pessoas com diferentes características.

Interpretação

- A variável de número de banheiros per capita classe de renda foi a primeira a entrar no modelo preditivo de renda, seguida de acesso a telefonia móvel e celular bem antes de anos completos de estudo da pessoa de referência que entra em 8º lugar (3º no caso de educação do cônjuge)
- Mantendo as demais características constantes a renda equivalente de uma pessoa que more em domicílio com um banheiro para cada pessoas se dobrar (digamos dois banheiros para quatro pessoas ao invés de um banheiro) a renda sobe 27,5% em relação ao cenário anterior.

iv) O que causou a queda da desigualdade 2001 a 2008?

- Renda do trabalho 66,86%
- Renda previdência 15,72 %
- Bolsa Familia 17,00 %
- Transferência privadas 0,50%

É interessante ainda levar em conta não só os impactos de diferentes fontes de renda, em particular as transferidas pelo Estado brasileiro, no deslocamento da desigualdade como também o custo ao erário público.

8. Bibliografia

BACHA, E. L., AND TAYLOR, L.. **“Brazilian** income distribution in the 1960s: Tacts’ model results and the controversy.” *Journal of Development Studies*, Vol. [http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713395137~db=all~tab=issueslist~branches=14 - v1414](http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713395137~db=all~tab=issueslist~branches=14-v1414), Issue 3, pages 271 – 297, 1978

BANERJEE, ABHIJIT V. AND DUFLO, ESTHER. **“What is middle class about the middle classes around the world?”**, mimeo, MIT December 2007.

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **The duration of poverty spells**. In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, Anais..., 1996.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada**. In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.2, p.401-420.

BIRDSALL, NANCY, CAROL GRAHAM, AND STEFANO PETTINATO **“Stuck In Tunnel: Is Globalization Mudding The Middle Class?”** Brookings Institution, Center on Social and Economic Dynamics WP No. 14, 2000.

BOOT, H. M. (1999) **“Real Incomes of the British Middle Class, 1760-1850: The Experience of Clerks at the East India Company”**, *The Economic History Review*, 52(4), 638-668.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**, Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

DOEPKE, M. AND F. ZILIBOTTI (2005) "**Social Class and the Spirit of Capitalism**", *Journal of the European Economic Association* 3, 516-24.

DOEPKE, M AND F. ZILIBOTTI (2007) "**Occupational Choice and the Spirit of Capitalism**", NBER Working Paper.

ESTERLY, WILLIAM (2001) "**The Middle Class Consensus and Economic Development**", *Journal of Economic Growth*, 6(4), 317-335.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92, 2003.

FISHLOW, A. (1972): "**Brazilian Size Distribution of Income**", American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, pp.391-402

FREDERICK, JIM (2002) "**Thriving in the Middle Kingdom**", *TIME Magazine*, Nov 11.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GOLDMAN SACHS - WILSON, DOMINIC AND DRAGUSANU, RALUCA "**The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**" - Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper nº 170, July 2008

HOFFMAN, R. **A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86**. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1989.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasília, 2006a. (Working paper # 26).

_____. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LA FONTAINE. **A cigarra e a formiga**

LANDES, DAVID. **The Wealth and Poverty of Nations**, New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

MURPHY, KEVIN M., ANDREI SCHLEIFER AND ROBERT VISHNY (1989) “**Industrialization and the Big Push**”, *Journal of Political Economy*, 97(5), 1003-1026.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades**. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 2000.

_____. **Eleições e “Expansões”**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>, 2006a. (also available in English)

_____. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm . 2005.

_____. **Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real do Lula**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2007. (also available in English)

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel

Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see:
<http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/> (also available in English)

_____. **A Nova Classe Média**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008a. see:
http://www.fgv.br/cps/classe_media/ (also available in English)

_____. **Miséria, e a nova classe média na década da igualdade**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008b. see: <http://www.fgv.br/cps/desigualdade/> (also available in English)

_____. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see:
<http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/>

_____. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

_____. (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008

_____. **O reajuste do salário mínimo de maio de 1995**. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, M. C. e CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s: a decade in transition**, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M. C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, M. C. e CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.1, p. 49-82.

NERI, M. C.; e GIOVANNI F, **Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito** in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp 643-669, september-december 2005.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 22, p. 31-47, nov. 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOUSHI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009
http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf

Anexo: Evolução das Fontes de Renda

Analizamos os determinantes próximos da distribuição de renda e para os componentes primários da renda das pessoas, o papel da renda do trabalho, dos programas sociais e de pensões e aposentadorias. É interessante separar a renda de benefícios previdenciários em rendimentos individuais percebidos até 1 salário mínimo e benefícios acima deste piso, pois a diferenciação de reajustes destas faixas foi a tônica desde 1998.

Panorama de Decomposição da Renda em Diferentes Fontes

O sítio da pesquisa disponibiliza um banco de dados interativo que permite a cada um decompor e analisar os níveis e as mudanças de diferentes fontes de renda desde uma perspectiva própria. Com informações disponíveis para diferentes classes econômicas desde 1992 é possível analisar o crescimento da renda desagregada por atributos sócio-demográficos, espaciais e aspectos do consumidor / produtor.

Basta escolher ano, corte regional e classe econômica para gerar tabelas e gráficos de forma interativa e amigável.



Panorama de Decomposição da Renda em diferentes Fontes
Brasil 1992 - 2008



* Ano:
2008
2007

Corte Regional:
Total
Total Metropolitano

Grupos:
Total - Total

* Escolha 1 a 2 períodos e/ou cortes regionais para o comparativo.

Gerar tabelas

Limpar seleção

Selecionar todas

Características Sócio-Demográficas

☒ População Total
☐ Cor ou Raça
☐ Mora com a Mãe
☐ Pobreza

☐ Sexo
☐ Posição na Família
☐ Tem Mãe Viva
☐ Imigração

☐ Faixa Etária
☐ Maternidade
☐ Tem Registro de Nascimento

Renda

☐ Tem renda de todos os trabalhos
☐ Tem renda de todas as fontes
☐ Classe econômica

☐ Tem renda da previdência
☐ Tem renda de programas sociais

☐ Tem renda de outras fontes
☐ Tem renda do trabalho principal

http://www.fgv.br/ibrecps/cpc/PNAD_DECOMP/index.htm

Panorama de Decomposição da Renda em diferentes Fontes PNAD

Categoria	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
Total	2008 – R\$	592,12	450,29	12,86	12,73	28,05	88,2
	2008 – % Composição	100%	76,05%	2,17%	2,15%	4,74%	14,90%
	Taxa Crescimento média Anual (%) 2003-08	5,26%	5,13%	2,62%	20,99%	6,64%	4,44%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

Entre 2003 e 2008, a renda per capita média do brasileiro cresceu 5,26% em termos reais (isto é já descontada a inflação e o crescimento populacional) passando de 458 para 592 reais por mês. A fonte de renda que mais cresceu foi a de programas sociais (20,99%) influenciada pela expansão do Bolsa Família criado em 2003. A seguir veio a parcela da renda da previdência vinculada ao salário mínimo (6,64%). Os efeitos dos reajustes do salário mínimo que cresceu mais de 45% neste período pressionou o valor da base de benefícios e do aumento da parcela de número de idosos, fruto do processo de envelhecimento da população. A renda de previdência acima do piso cresce abaixo do crescimento da renda geral. Cabe notar que a renda do trabalho teve um incremento médio de 5,13% ao ano o que confere uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais. Esta corresponde a 76% da renda média percebida pelo brasileiro e de lá saiu 75% do ganho de renda observado.

Composição por Tipos de Fontes de Renda

Classes	Benefícios Indiv Previdência >SM	Benefícios Indiv Previdência <=SM	Transferências Públicas BF	Renda todos trabalhos	Benefícios Previdência Total
2008					
Total	14,90%	4,74%	2,15%	76,05%	19,63%
Classe E	1,18%	9,47%	16,25%	71,25%	10,65%
Classe D	4,40%	12,66%	5,46%	76,35%	17,06%
Classe C	13,48%	7,25%	1,38%	76,40%	20,73%
Classe AB	18,94%	0,44%	1,68%	75,85%	19,39%
2003					
Total	15,50%	4,44%	1,07%	76,52%	19,93%
Classe E	1,98%	12,74%	4,87%	77,85%	14,71%
Classe D	6,23%	12,37%	1,36%	78,62%	18,60%
Classe C	15,53%	5,39%	0,58%	76,57%	20,91%
Classe AB	19,59%	0,25%	1,10%	75,74%	19,84%
2001					
Total	15,01%	3,62%	0,93%	77,80%	18,62%
Classe E	3,42%	11,46%	3,08%	79,51%	14,88%
Classe D	6,41%	10,94%	0,81%	80,36%	17,34%
Classe C	14,72%	4,53%	0,46%	78,19%	19,26%
Classe AB	18,45%	0,22%	1,22%	76,66%	18,67%

Composição de Renda Por Classe Econômica

No período de 2003 até 2008, notamos que duplicou a parcela da renda associada a programas sociais tais como o Bolsa Família. Na classe E que corresponde aos pobres pela linha média nacional do CPS - note que após os reajustes anunciados recentemente o novo critério de entrada no Bolsa Família a parcela destes programas nas respectivas rendas aumentou de 4,9% para 16,3%.

A análise da participação de diferentes tipos de renda por classe econômica pode ser útil para auferir os impactos prospectivos de diferentes instrumentos de política pública sobre a distribuição de renda, tais como, por exemplo, as medidas adotadas no bojo da crise externa iniciada em setembro de 2008, senão vejamos:

Aumentos do Bolsa Família e de outros programas não previdenciários tendem a beneficiar predominantemente a classe E que tem 16,25% de seus proventos desta modalidade de renda.

O maior beneficiário de reajuste do piso previdenciário é a classe D com 12,66% das rendas vinculadas ao piso. Finalmente, o reajuste de pensões e aposentadorias acima deste piso beneficia acima de tudo a classe AB com 18,94% de seus proventos associados a esta fonte. Esta medida está em debate hoje para ser implementada.

Evolução das Fontes de Renda por Unidades Geográficas

Apresentamos a seguir o crescimento da renda por fonte e área geográfica.

Os líderes de taxa de crescimento da renda total no período 2003 a 2008 são o Nordeste (7,34%) e o Centro-Oeste (7,2%). O destaque da taxa de crescimento foi para programas de transferência de renda em particular no Nordeste onde 25% do aumento

da renda pode ser creditada pela expansão destas transferências, a maior para todas as cinco macro-regiões. Similarmente no Centro-Oeste a renda do trabalho explica 79,3% do ganho da renda auferida.

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes								
Região Geográfica								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdência - SM*	Previdência Pós-piso > SM*
Norte	Total	2008	429,99	352,61	8,79	11,69	19,86	37,04
		2003	317,59	264,45	6,79	3,77	14,71	27,86
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,25%	5,92%	5,3%	25,4%	6,19%	5,86%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	80,23%	1,84%	4,9%	4,66%	8,36%
Nordeste	Total	2008	357,99	257,2	7,13	13,7	34,08	45,88
		2003	251,2	181,06	5,77	4,09	26,11	34,17
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,34%	7,27%	4,32%	27,35%	5,47%	6,07%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	73%	1,38%	6,2%	7,92%	11,5%
Sudeste	Total	2008	708,82	538,64	14,67	12,21	24,95	118,35
		2003	572,09	436,88	13,93	4,94	17,54	98,79
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,38%	4,28%	1,04%	19,84%	7,3%	3,68%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	75,57%	0,59%	3,96%	5,18%	14,7%
Sul	Total	2008	720,09	547,33	18,29	12,9	31,33	110,24
		2003	560,42	429,36	15,51	6,91	21,1	87,53
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,14%	4,97%	3,35%	13,3%	8,23%	4,72%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	74,51%	1,81%	3,21%	6,06%	14,42%
Centro	Total	2008	713,74	581,2	17,34	12,49	23,31	79,39
		2003	504,24	417,14	12,53	4,84	17,27	52,45
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,2%	6,86%	6,71%	20,88%	6,18%	8,64%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,33%	2,33%	2,8%	2,96%	12,57%

Apresentamos a seguir dados análogos que permite inferir as fontes de crescimento da renda por diferentes áreas geográficas:

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes								
Tipo de cidade								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
Metrópole	Total	2008	759,57	583,01	15,58	12,59	18,97	129,43
		2003	600,79	457,91	14,26	4,74	13,67	110,23
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,8%	4,95%	1,79%	21,58%	6,77%	3,26%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,62%	0,89%	3,59%	3,25%	12,64%
Urbana	Total	2008	575,56	440,78	13,68	12,38	28,57	80,14
		2003	444,51	343,39	11,77	5,1	20,97	63,28
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,3%	5,12%	3,05%	19,41%	6,38%	4,84%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	75,36%	1,54%	4,24%	5,73%	13,12%
Rural	Total	2008	277,17	186,39	3,41	14,4	46,61	26,37
		2003	203,8	148,22	3,3	4,61	32,26	15,4
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,34%	4,69%	0,66%	25,58%	7,64%	11,36%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	56,21%	0,18%	9,54%	19,93%	14,15%

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes								
É capital								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
Não	Total	2008	510,88	386,48	10,55	12,24	31,56	70,05
		2003	391,54	301,03	9,56	4,72	22,74	53,5

		Taxa Crescimento Anual (%)	5,47%	5,12%	1,99%	21%	6,77%	5,54%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	73,07%	0,9%	4,69%	7,3%	14,04%
Sim	Total	2008	848,9	651,97	20,15	14,26	16,95	145,57
		2003	666,1	505,39	16,73	5,51	12,85	125,61
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,97%	5,23%	3,79%	20,95%	5,69%	2,99%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	80,79%	1,94%	3,53%	2,24%	11,5%

Renda Domiciliar Per Capita - Diferentes Fontes								
Capital								
Categoria	Corte Regional	Ano	Renda todas as fontes	Renda todos os trabalhos	Outras rendas privadas	Transferências Pública - BF*	Piso Previdencia - SM*	Previdencia Pós-piso > SM*
Porto Velho - RO	Total	2008	628,46	515,01	10,24	8,98	14,67	79,56
		2003	476,09	405,51	9,09	2,96	8,38	50,16
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,71%	4,9%	2,41%	24,85%	11,85%	9,66%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	74,5%	0,82%	2,76%	3,73%	18,19%
Rio Branco - AC	Total	2008	630,68	520,36	22,7	6	17,31	64,31
		2003	498,05	409,05	6,97	4,3	11,81	65,91
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,84%	4,93%	26,64%	6,89%	7,95%	-0,49%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	87,93%	8,09%	1,29%	4,09%	-1,41%
Manaus - AM	Total	2008	499,74	423,78	6,37	8,76	10,64	50,2
		2003	360,6	308,99	4,5	1,32	8,71	37,08
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,74%	6,52%	7,2%	46,01%	4,08%	6,25%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	84,83%	1,36%	2,56%	1,5%	9,75%
Bea Vista	Total	2008	467,68	402,72	5,56	14,53	16,51	28,36

RR		2003	376,7	324,64	8,91	6,76	10,13	26,27
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,42%	4,4%	-9%	16,54%	10,26%	1,54%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	89,04%	-4,99%	6,96%	6,47%	2,52%
Belém - PA	Total	2008	565,41	429,61	12,36	11,29	19,19	92,97
		2003	389,16	288,39	9,48	6,78	13,23	71,26
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,76%	8,3%	5,45%	10,74%	7,72%	5,46%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,53%	1,72%	2,42%	3,4%	12,94%
Macapá - AP	Total	2008	442,01	383,41	4,51	13,92	10,11	30,07
		2003	402	334,06	16,41	0,1	12,7	38,72
		Taxa Crescimento Anual (%)	1,92%	2,79%	-22,77%	168,37%	-4,46%	-4,93%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	283,63%	-113,52%	5,12%	-17,21%	-58,02%
Palmas - TO	Total	2008	822,22	726,14	27,53	10,38	11,43	46,74
		2003	534,52	496,66	11,45	1,53	8,9	15,98
		Taxa Crescimento Anual (%)	8,99%	7,89%	19,18%	46,66%	5,13%	23,94%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	84,5%	4,73%	1,54%	0,98%	8,25%
São Luís - MA	Total	2008	504,22	416,57	4,39	8,49	16,62	58,16
		2003	432,22	330,56	4,41	2,65	13,43	81,17
		Taxa Crescimento Anual (%)	3,13%	4,73%	-0,09%	26,22%	4,35%	-6,45%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	133,87%	-0,03%	5,94%	5%	-44,79%
Teresina - PI	Total	2008	659,25	472,48	29,9	10,24	22,61	124,03
		2003	423,29	315,74	14,32	4,08	18,15	71
		Taxa Crescimento Anual (%)	9,27%	8,4%	15,86%	20,21%	4,49%	11,8%
		Contribuição Relativa	100%	68,32%	5,85%	2,12%	2,1%	21,6%

		Crescimento Renda (%)						
Fortaleza - CE	Total	2008	547,79	414,97	14,13	10,16	19,59	88,95
		2003	403,02	303,99	9,17	2,62	15,01	72,24
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,33%	6,42%	9,03%	31,13%	5,47%	4,25%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	77,91%	3,31%	3,26%	3,28%	12,25%
Natal - RN	Total	2008	646,56	510,1	15,99	9,73	23,07	87,67
		2003	434,57	315,6	14,68	3,41	15,91	84,98
		Taxa Crescimento Anual (%)	8,27%	10,08%	1,72%	23,33%	7,71%	0,63%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	91,89%	0,73%	2,3%	3,55%	1,53%
João Pessoa - PB	Total	2008	724,28	535,41	18,88	17,13	20,57	132,3
		2003	458,55	339,79	11,98	2,71	17,21	86,85
		Taxa Crescimento Anual (%)	9,57%	9,52%	9,52%	44,6%	3,63%	8,78%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	75,32%	2,66%	2,81%	1,45%	17,76%
Recife - PE	Total	2008	675,91	483,46	19,15	19,58	21,75	131,97
		2003	493,95	342,33	17,54	7,71	17,33	109,04
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,47%	7,15%	1,77%	20,49%	4,65%	3,89%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	77,91%	0,99%	5,03%	2,56%	13,51%
Maceió - AL	Total	2008	514,83	413,72	12,7	10	18,57	59,85
		2003	405,34	281,65	19,5	1,8	17,15	85,25
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,9%	7,99%	-8,22%	40,91%	1,6%	-6,83%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	139,84%	-9,95%	4,57%	1,71%	-36,17%
Aracaju - SE	Total	2008	650,64	518,37	7,7	4,87	19,25	100,45
		2003	550,05	398,12	20,55	3,14	14,92	113,32
		Taxa Crescimento	3,42%	5,42%	-17,83%	9,17%	5,23%	-2,38%

		Anual (%)						
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	132,51%	-22,49%	1,77%	4,79%	-16,58%
Salvador - BA	Total	2008	648,11	503,49	16,16	9,44	18,14	100,89
		2003	444,57	340,86	10,01	4,19	12,64	76,88
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,83%	8,11%	10,05%	17,64%	7,49%	5,59%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,83%	2,9%	2,13%	2,73%	12,4%
Belo Horizonte - MG	Total	2008	1000,64	755,43	28,25	12,81	24,26	179,89
		2003	757,68	561,54	18,61	10,25	15,76	151,53
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,72%	6,11%	8,71%	4,56%	9,01%	3,49%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,6%	3,76%	1,08%	3,29%	12,27%
Vitória - ES	Total	2008	1207,27	844,78	31,04	5,61	19,78	306,06
		2003	1027,96	725,45	21,15	24,75	9,82	246,79
		Taxa Crescimento Anual (%)	3,27%	3,09%	7,97%	-25,68%	15,03%	4,4%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	74,54%	5,6%	-21,12%	4,91%	36,07%
Rio de Janeiro - RJ	Total	2008	1014,68	689,79	23,78	8,68	16,21	276,22
		2003	822,39	543,91	17,41	2,51	13,88	244,68
		Taxa Crescimento Anual (%)	4,29%	4,87%	6,43%	28,16%	3,15%	2,45%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	76,19%	3,22%	2,03%	1,26%	17,29%
São Paulo - SP	Total	2008	901,87	726,08	21,56	19,62	14,09	120,51
		2003	769,11	621,46	20,15	6,18	10,83	110,5
		Taxa Crescimento Anual (%)	3,24%	3,16%	1,36%	25,99%	5,4%	1,75%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	81,7%	1,14%	6,68%	2,43%	8,04%
Curitiba -	Total	2008	1148,15	885,59	27,95	27,31	17,64	189,67

PR		2003	785,52	615,18	16,2	7,71	10,9	135,53
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,89%	7,56%	11,53%	28,78%	10,11%	6,95%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	76,09%	3,06%	3,63%	1,8%	15,42%
Florianópolis - SC	Total	2008	1248,98	961,75	26,45	27,05	17,65	216,09
		2003	1062,17	800,98	45,52	4,04	10,15	201,48
		Taxa Crescimento Anual (%)	3,29%	3,73%	-10,29%	46,27%	11,7%	1,41%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	96,09%	-15,08%	6,02%	3,82%	9,15%
Porto Alegre - RS	Total	2008	1209,73	874,1	30,14	14,57	20,02	270,91
		2003	1031,57	713,26	32,02	18,03	13,48	254,78
		Taxa Crescimento Anual (%)	3,24%	4,15%	-1,2%	-4,17%	8,23%	1,24%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	90,47%	-1,18%	-2,3%	3,39%	9,62%
Campo Grande - MS	Total	2008	785,57	650,07	24,83	11,63	19,57	79,48
		2003	590,97	482,47	14,79	2,33	16,81	74,57
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,86%	6,14%	10,92%	37,93%	3,09%	1,28%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	88,18%	4,8%	2,63%	1,54%	2,85%
Cuiabá - MT	Total	2008	952,31	776,53	16,6	6,82	19,31	133,05
		2003	666,27	538,25	21,68	8,03	14,01	84,3
		Taxa Crescimento Anual (%)	7,41%	7,61%	-5,2%	-3,21%	6,63%	9,56%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	84,34%	-2,32%	-0,53%	1,91%	16,6%
Goiânia - GO	Total	2008	912,68	721,63	28,33	15,94	21,31	125,46
		2003	669,1	548,89	21,27	4,58	13,43	80,92
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,41%	5,62%	5,9%	28,33%	9,67%	9,17%
		Contribuição Relativa	100%	73,26%	2,98%	3,08%	3,08%	17,6%

		Crescimento Renda (%)						
Brasília - DF	Total	2008	1207,36	961,33	19,58	17,83	10,26	198,36
		2003	861,73	689,13	16,58	7,27	9,54	139,22
		Taxa Crescimento Anual (%)	6,98%	6,88%	3,38%	19,65%	1,47%	7,34%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	79,35%	0,94%	2,39%	0,23%	17,09%
Outros	Total	2008	510,88	386,48	10,55	12,24	31,56	70,05
		2003	391,54	301,03	9,56	4,72	22,74	53,5
		Taxa Crescimento Anual (%)	5,47%	5,12%	1,99%	21%	6,77%	5,54%
		Contribuição Relativa Crescimento Renda (%)	100%	73,07%	0,9%	4,69%	7,3%	14,04%

Fonte: CPS/FGV baseado nos microdados da PNAD/ IBGE.

ANEXO REGIONAL:

% CLASSE C

Classe C									
População Total									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Total	31	36,5	37	36,1	38,1	37,6	41,8	46,9	49,2

Classe C									
Tipo de cidade									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Metrópole	39,4	46,9	47,4	44,4	44,3	42,5	46,8	50,2	52,7
Urbana	32,7	38,5	38,6	38,7	39,9	39,4	44	49,3	51,4
Rural	14,7	16	16,5	16,2	18,9	20,6	23,2	30,4	32,8

Classe C									
Local de moradia									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Não especial	31,3	36,7	37,2	36,3	38,5	38,1	42,2	47,3	49,5
Aglomerado subnormal	21,3	32,6	33,2	31,7	27,3	25,2	33,2	38,4	43,2
Embarcação	5,97	0	13,3	7,99	0	0	0	0	0
Aldeia indígena	1,08	3,03	9,68	0	0,66	2,05	6,83	17,6	6,55

Classe C									
Região Geográfica									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Norte	25,9	30,7	29	28,6	30,9	28,4	34,9	39	42,7
Nordeste	14,8	18,5	18,1	18	20,7	20,1	23,5	30	32,9
Sudeste	38,1	46,5	46,9	45,4	45,9	45,2	50,2	54,4	56,6
Sul	42,9	44,7	46,4	45,8	50,7	52	54,9	60,4	60,9
Centro	32,1	37	38,5	37,3	39	39,1	43,6	48,7	52,1

Classe C									
Região Metropolitana									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Pará	31,5	38,3	34,4	35,8	30,9	29,5	34,9	41,4	42,9
Ceará	24	30,3	30,3	26,4	29,9	27,4	32,2	37,5	41,7
Pernambuco	22,5	27,9	28,2	28	29,4	26,9	30,1	35,9	37,6
Bahia	26	30,8	32,2	30,1	31,4	27,5	34,1	39,7	42,6
Minas Gerais	36,4	43,5	46,6	42,7	44,1	42,4	50	54,1	56,7
Rio de Janeiro	40,5	48,4	49,4	50,9	48,7	47,3	50,4	51,4	53,5
São Paulo	46,2	55,5	54,6	48,8	48,2	46,8	51,1	54,3	57,6
Paraná	45,9	50,4	52,1	50	52,5	51,1	55,4	60,7	61,5
Rio Grande do Sul	41,8	48	51,2	46,6	51,6	49,7	52,5	56,4	57,5
Distrito Federal	38,7	46,1	45,5	40,5	39,9	38	41,9	43,8	45,9

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe C									
Estado									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Rondônia	36,6	37,9	41,1	40,5	37,3	38,1	41,6	48,4	50,6
Acre	31,9	41,9	40	34,3	33,1	34,3	33	37,5	43,1
Amazonas	23,9	35,8	31,7	28,3	32,2	27,2	37,8	39,9	44,2
Roraima	49,8	64,2	51,5	45,4	36,1	36,6	30,4	38,7	44
Pará	23,8	26	25,6	26,1	27,8	25,7	33,3	36,9	39,8
Amapá	27,7	40,7	30,2	32,9	47,7	32,1	38,6	41,3	46,3
Tocantins	20,9	18	17,5	21,3	26,6	28,1	30,4	38,1	42,7
Maranhão	11,4	13,4	12,9	13,4	16,8	17	18,9	27,1	29,1
Piauí	13,3	14,5	15,1	14,7	19,4	19	21,5	29,9	31,9
Ceará	14,1	18,5	18	16	21,2	19,5	23	29,8	33,9
Rio Grande do Norte	17,6	23,1	20,5	22,1	26,2	23,8	26,9	35	39,6
Paraíba	15,4	20,2	19,3	20,9	20,4	22,9	25	28,1	33,3
Pernambuco	16	20,6	20,5	20,1	22,2	20,5	23,7	29,4	32,3
Alagoas	13	18,1	19,1	18,2	17,2	15,9	18,9	26,9	27,7
Sergipe	20,5	19,5	21,1	19,6	23,4	26,5	30,4	35,5	37,5
Bahia	15,3	18,6	18,3	18,6	21	20,3	25,2	31,2	33,6
Minas Gerais	27	33,6	34,9	34,8	37,7	37,7	44,8	50,4	52,8
Espírito Santo	25,3	33,2	34,7	34,2	34,2	36	42	50,1	51,2
Rio de Janeiro	37,9	46	47,2	48,5	47,4	46,5	49,6	52,1	54
São Paulo	44,7	54,1	53,6	50,2	50,3	49	53,7	57,7	59,9
Paraná	37,6	40,5	42,6	41,7	47	48,2	51	58,2	59,8
Santa Catarina	48,1	50,3	52,4	52,2	57,4	59,8	63	67,4	65,4
Rio Grande do Sul	45,1	45,6	47	46,4	50,7	51,3	54,1	58,5	59,4
Mato Grosso do Sul	32,44	35,7	35,98	37	38,23	40,35	43,7	49,28	51,73
Mato Grosso	31,7	35,1	38,1	36,6	39,5	35,6	44,2	47	52,3
Goiás	29,6	34,9	37	36,3	38,7	40,8	44	51,3	54,9
Distrito Federal	38,7	46,1	45,5	40,5	39,9	38	41,9	43,8	45,9

Classe C									
Tipo de cidade (detalhado)									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Capital	41	46,8	45,5	43,8	42,9	40,4	44,9	47,7	50,5
Periferia das metrópoles (não capital)	39,3	46,9	47,6	43,6	44,5	43,4	47,1	52,4	54,9
Área urbana não metropolitana	32,7	38,5	38,4	38,5	40	39,7	44,5	49,8	51,7
Área rural	14,7	16	16	15,7	18,9	20,6	23,2	30,4	32,8

Classe C									
Tipo de área censitária									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Região metropolitana	39,4	46,9	47,4	44,4	44,3	42,5	46,8	50,2	52,7
Auto-representativo (maior densidade)	37,6	43,7	44	43,3	43,9	42,3	47	52	53,4
Não auto-representativo (menor densidade)	23	26,9	27,3	27,5	31,4	32,1	36,2	42,4	44,9

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe C							
Abertura das metrópoles (Periferia e Capital (núcleo))							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
PA - Região Metropolitana - Capital	35,8	37,1	33,8	30	36	42,5	43,6
PA - Região Metropolitana - Periferia	23,4	26,3	23,7	28,4	32,1	38,8	41,4
PA - Região não metropolitana	21,6	22	25,6	23,1	32,3	34,2	38
CE - Região Metropolitana - Capital	34,2	29,8	34,7	31,1	36,2	39,5	43,4
CE - Região Metropolitana - Periferia	18,8	17	17,7	18,1	22,5	32,6	37,3
CE - Região não metropolitana	10,4	9,35	15,3	14,1	16,6	24,4	28,3
PE - Região Metropolitana - Capital	31,2	29,4	30	27,5	30,4	37,3	37,1
PE - Região Metropolitana - Periferia	26	27,1	28,9	26,4	29,9	34,9	37,9
PE - Região não metropolitana	15,1	14,5	17	15,9	18,9	24,6	28,3
BA - Região Metropolitana - Capital	32,1	31,4	33,3	29	34,4	40,1	44,3
BA - Região Metropolitana - Periferia	32,4	25,2	23,6	21,9	33,2	38,2	36,4
BA - Região não metropolitana	14,4	15,4	17,8	18	22,3	28,3	30,6
MG - Região Metropolitana - Capital	48,7	45,2	47,1	43,4	51,6	52,6	55,2
MG - Região Metropolitana - Periferia	44,4	40,1	41,2	41,5	48,5	55,5	58,2
MG - Região não metropolitana	31,4	32,4	35,6	36,2	43,1	49,1	51,4
RJ - Região Metropolitana - Capital	51,4	51,6	49,4	47,5	52,2	48,4	52,3
RJ - Região Metropolitana - Periferia	47	49,9	47,8	47	48,4	54,8	54,7
RJ - Região não metropolitana	40,4	41,2	43,8	44,4	47,3	54,1	55,6
SP - Região Metropolitana - Capital	53,5	49,8	47,3	45,2	50,4	53,7	55,6
SP - Região Metropolitana - Periferia	56	47,6	49,4	48,9	51,9	55,1	60,2
SP - Região não metropolitana	52,7	51,4	52,4	51,1	56,2	60,8	62,1
PR - Região Metropolitana - Capital	52,5	54,3	52,9	53,9	55,8	57,7	59,5
PR - Região Metropolitana - Periferia	51,7	45,1	52	47,6	54,9	64,6	64,1
PR - Região não metropolitana	39,1	38,5	44,8	47	49,2	57,1	59,1
RS - Região Metropolitana - Capital	48,8	44,4	47,8	46,6	48,6	51,3	52,8
RS - Região Metropolitana - Periferia	52,7	47,9	53,8	51,5	54,4	59	59,8
RS - Região não metropolitana	44,8	46,3	50,2	52,3	55	59,8	60,5
DF - Região Metropolitana - Capital	45,6	41,4	39,9	38	41,9	43,8	45,9
DF - Região Metropolitana - Periferia	44,8	25,3	0	0	0	0	0
Área não-metropolitana (rural e urbana)	29	28,9	31,6	31,9	35,7	41,8	44,3

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe C							
Capitais e periferias metropolitanas							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
RO Capital	47,6	44,8	40,8	42,9	44,6	49	50,9
AC Capital	46,5	40,1	38,8	40,7	37,2	42,8	46,6
AM Capital	38	35,5	36,8	30,3	44,2	43,2	52,3
RR Capital	56,3	46,1	38,7	37,4	33,2	41,2	45
PA Capital	35,8	37,1	33,8	30	36	42,5	43,6
PA Periferia	23,4	26,3	23,7	28,4	32,1	38,8	41,4
AP Capital	39,6	41,1	52	38,1	39,4	41,8	49,5
TO Capital	27	36,9	44,3	39	43,2	44,3	50,4
MA Capital	35,3	34,2	30,3	26,7	29,9	39,8	39,4
PI Capital	31,8	32,4	30,8	29,7	30,2	40,1	46,5
CE Capital	34,2	29,8	34,7	31,1	36,2	39,5	43,4
CE Periferia	18,8	17	17,7	18,1	22,5	32,6	37,3
RN Capital	37,9	38,1	40,8	33,3	39,9	46,3	49,4
PB Capital	35,4	37,3	35	34,4	35,3	36,9	43,6
PE Capital	31,2	29,4	30	27,5	30,4	37,3	37,1
PE Periferia	26	27,1	28,9	26,4	29,9	34,9	37,9
AL Capital	33,2	32,4	27,6	24,5	28	35,5	36,8
SE Capital	33,7	35,9	33,3	37,8	42,9	44,9	49,2
BA Capital	32,1	31,4	33,3	29	34,4	40,1	44,3
BA Periferia	32,4	25,2	23,6	21,9	33,2	38,2	36,4
MG Capital	48,7	45,2	47,1	43,4	51,6	52,6	55,2
MG Periferia	44,4	40,1	41,2	41,5	48,5	55,5	58,2
ES Capital	43,4	39,6	38,1	45,2	43,5	51,7	50,6
RJ Capital	51,4	51,6	49,4	47,5	52,2	48,4	52,3
RJ Periferia	47	49,9	47,8	47	48,4	54,8	54,7
SP Capital	53,5	49,8	47,3	45,2	50,4	53,7	55,6
SP Periferia	56	47,6	49,4	48,9	51,9	55,1	60,2
PR Capital	52,5	54,3	52,9	53,9	55,8	57,7	59,5
PR Periferia	51,7	45,1	52	47,6	54,9	64,6	64,1
SC Capital	51,1	53,3	60	52,4	50,6	54,8	56,1
RS Capital	48,8	44,4	47,8	46,6	48,6	51,3	52,8
RS Periferia	52,7	47,9	53,8	51,5	54,4	59	59,8
MS Capital	43,8	47,2	41,2	46,1	45,1	50,4	52,3
MT Capital	46,7	48,8	44,9	40,5	48,7	50,4	54,4
GO Capital	48,9	49,4	50,6	50	50,1	57,7	55,6
DF Capital	45,6	41,4	39,9	38	41,9	43,8	45,9
DF Periferia	44,8	25,3	0	0	0	0	0
Não é capital ou área metropolitana	31,7	31,7	34,9	35,2	39,5	45,4	47,5

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% CLASSE AB

Classe AB									
População Total									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Total	5,99	8,53	8,84	7,99	8,31	7,6	8,32	9,73	10,4

Classe AB									
Tipo de cidade									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Metrópole	10	14,1	14,1	12,7	12,8	11,5	12,6	14	14,8
Urbana	5,38	7,99	8,45	7,61	7,64	6,99	7,66	9,17	9,96
Rural	1,53	1,38	1,5	1,41	1,44	1,41	1,67	2,43	2,21

Classe AB									
Local de moradia									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Não especial	6,17	8,78	9,11	8,23	8,62	7,88	8,63	10,1	10,7
Aglomerado subnormal	0,76	1,55	1,39	1,15	0,93	0,73	0,8	1,31	2,39
Aldeia indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Classe AB									
Região Geográfica									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Norte	3,92	6,02	5,42	4,73	4,7	3,91	4,85	6,05	6,3
Nordeste	2,49	3,26	3,48	3,18	3,25	2,92	3,45	4,22	4,73
Sudeste	7,81	11,4	12	10,7	11,2	10,1	10,5	12,2	12,9
Sul	7,61	11,1	10,7	10,1	10,4	10,2	11,8	13,7	14,7
Centro	7,33	8,82	9,81	8,75	9,59	9,04	10,3	12,4	13,5

Classe AB									
Região Metropolitana									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Pará	7,71	10,1	9,87	8,27	6,09	4,97	5,86	8,3	8,28
Ceará	4,8	7,28	7,39	6,19	6,81	5,56	6,9	7,37	8,38
Pernambuco	4,83	7,37	6,87	6,77	8,14	5,65	8,03	6,89	8,36
Bahia	8,66	7,94	10,3	8,57	7,79	6,85	8,18	9,52	10,8
Minas Gerais	8,82	12,7	12,5	10,7	11,5	11	11,8	14,5	14,9
Rio de Janeiro	9,23	14,6	14,4	13,6	13,6	13	13,2	13,8	16,4
São Paulo	11,8	16,2	16	14,4	14,6	12,9	13,5	15,5	15,4
Paraná	12,2	17,8	17	13,3	13,5	11,7	15,3	18,6	18,4
Rio Grande do Sul	10,2	15,1	14,5	14,2	14,5	13,6	14,8	14,5	15,8
Distrito Federal	17,1	21,6	23,4	20,7	20,6	20,6	23,1	27,4	26,5

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe AB							
Estado							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Rondônia	9,11	9,61	6,24	5,7	7,16	7,76	8,49
Acre	7,6	9,34	9,27	6,69	7,22	12,1	9,13
Amazonas	5,76	3,49	4,43	4,21	4,76	5,2	6,01
Roraima	5,9	9,59	5,32	4,01	4,48	6,46	7,24
Pará	4,49	4,07	4,05	3,17	4,13	5,44	5,55
Amapá	7,71	5,91	6,2	5,33	6,71	6,73	5,1
Tocantins	3,27	2,42	4,11	3,12	4,38	6,05	7,42
Maranhão	2,29	1,98	2,35	1,86	1,68	2,89	3,08
Piauí	1,88	1,88	2,78	2,72	2,95	4,73	5,06
Ceará	3,68	3,15	3,48	2,84	3,59	4,03	4,68
Rio Grande do Norte	4,78	4,09	4,12	3,15	4,8	5,77	5,98
Paraíba	4,49	6,08	3,06	3,07	4,1	5,27	5,77
Pernambuco	3,84	3,37	4,16	3,2	4,19	3,93	4,9
Alagoas	3,68	2,71	2,75	2,96	2,85	3,55	4,52
Sergipe	4,25	4,37	4,1	4,34	3,91	5,32	5,59
Bahia	3,31	2,87	2,93	3,02	3,4	4,36	4,71
Minas Gerais	7,31	6,13	6,8	6,02	6,83	8,31	9,17
Espírito Santo	7,5	7,5	7,88	7,65	8,37	9,03	9,19
Rio de Janeiro	12,5	11,7	12,3	11,7	11,8	12,5	14,5
São Paulo	14,4	12,7	13,2	11,6	12	14,2	14,4
Paraná	9,97	9,19	9,2	8,81	11,4	13,8	13,7
Santa Catarina	11,1	9,5	11,4	11,7	13	15,3	17
Rio Grande do Sul	11,2	11,2	10,9	10,7	11,5	12,6	14,3
Mato Grosso do Sul	4,74	7,81	7,98	6,48	8,33	7,26	8,09
Mato Grosso	7,12	6,71	7,86	7,04	7,75	8,09	10,7
Goiás	6,5	5,88	6,46	6	7,05	8,82	9,98
Distrito Federal	23,4	20,7	20,6	20,6	23,1	27,4	26,5

Classe AB							
Tipo de cidade (detalhado)							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Capital	17,3	15,6	15,3	14,2	15,4	17,1	18
Periferia das metrópoles (não capital)	7,06	6,91	7,23	6,08	6,96	8,25	9,07
Área urbana não metropolitana	8,01	7,23	7,26	6,59	7,22	8,63	9,38
Área rural	1,34	1,23	1,43	1,4	1,67	2,43	2,2

Classe AB							
Tipo de área censitária							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Região metropolitana	14,1	12,7	12,8	11,5	12,6	14	14,8
Auto-representativo (maior densidade)	11,8	10,8	11,4	10,3	11,1	13	14
Não auto-representativo (menor densidade)	4,16	3,7	4,01	3,72	4,19	5,36	5,85

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe AB							
Abertura das metrópoles (Periferia e Capital (núcleo))							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
PA - Região Metropolitana - Capital	10,8	9,12	7,56	6,43	7,5	10,2	10,2
PA - Região Metropolitana - Periferia	2,71	2	2,45	1,51	1,86	4,18	3,91
PA - Região não metropolitana	2,04	2,27	2,6	1,98	3,06	3,74	3,96
CE - Região Metropolitana - Capital	9,53	7,86	9,07	7,24	9,26	9,56	10,5
CE - Região Metropolitana - Periferia	1,11	1,59	1,19	1,34	1,17	1,95	2,8
CE - Região não metropolitana	1,39	1,23	1,24	0,96	1,28	1,67	2,04
PE - Região Metropolitana - Capital	11,2	9,75	13,2	10,3	12,8	10,5	13,3
PE - Região Metropolitana - Periferia	3,59	4,72	4,53	2,51	4,76	4,41	4,98
PE - Região não metropolitana	1,72	0,96	1,26	1,39	1,34	1,73	2,33
BA - Região Metropolitana - Capital	11,7	9,33	8,97	8,12	9,32	10,9	12,1
BA - Região Metropolitana - Periferia	4,05	5,51	3	2,18	4,02	4,51	6,07
BA - Região não metropolitana	1,37	1,29	1,44	1,8	1,83	2,61	2,63
MG - Região Metropolitana - Capital	20	17,6	18,6	18,6	19,7	23	23,5
MG - Região Metropolitana - Periferia	4,3	3,65	4,61	3,69	4,2	6,38	6,97
MG - Região não metropolitana	5,77	4,73	5,28	4,38	5,18	6,23	7,22
RJ - Região Metropolitana - Capital	20,8	19,6	19,1	18,7	19,1	19,5	23
RJ - Região Metropolitana - Periferia	6,58	6,3	7,08	6,45	6,77	7,46	9,27
RJ - Região não metropolitana	6,71	6,01	8,59	7,77	7,93	8,69	9,38
SP - Região Metropolitana - Capital	20,7	18,4	17,5	15,9	16,6	18,7	18
SP - Região Metropolitana - Periferia	9,58	9,43	10,6	8,77	9,56	11,4	12,1
SP - Região não metropolitana	12,9	11,2	12	10,5	10,7	13	13,4
PR - Região Metropolitana - Capital	25,4	20,5	20,8	17,6	23,6	27,3	27
PR - Região Metropolitana - Periferia	6,91	5,21	4,09	4,12	4,49	7,3	6,9
PR - Região não metropolitana	7,41	7,62	7,46	7,61	9,68	11,8	11,6
RS - Região Metropolitana - Capital	25,5	25,9	26,6	25,5	26,3	24	27,3
RS - Região Metropolitana - Periferia	7,37	7,07	7,46	6,99	8,92	9,79	10,2
RS - Região não metropolitana	9,55	9,71	8,89	9,01	9,63	11,5	13,4
DF - Região Metropolitana - Capital	23,2	21	20,6	20,6	23,1	27,4	26,5
DF - Região Metropolitana - Periferia	39,6	15,2	0	0	0	0	0
Área não-metropolitana (rural e urbana)	5,76	5,28	5,64	5,32	6,02	7,4	8,17

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe AB							
Capitais e periferias metropolitanas							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
RO Capital	12,7	13,4	11,3	9,08	12,8	12	12,9
AC Capital	11,4	13,9	13	8,97	9,2	17	13,2
AM Capital	8,11	4,6	5,72	5,13	6,22	6,5	8,07
RR Capital	7,6	12,7	6,32	4,38	5,21	6,74	8,04
PA Capital	10,8	9,12	7,56	6,43	7,5	10,2	10,2
PA Periferia	2,71	2	2,45	1,51	1,86	4,18	3,91
AP Capital	12,3	10,2	7,3	5,32	7,82	7,88	6,1
TO Capital	10,8	10,4	10,7	8,43	14,4	15,7	20,4
MA Capital	7,69	8,81	6,71	6,59	6,1	7,13	9,15
PI Capital	5,57	4,8	7	7,97	8,32	13,7	13
CE Capital	9,53	7,86	9,07	7,24	9,26	9,56	10,5
CE Periferia	1,11	1,59	1,19	1,34	1,17	1,95	2,8
RN Capital	13,4	11,2	10,1	7,52	11,5	11,7	12,8
PB Capital	12,5	12,7	9,64	7,99	10,1	13,7	14,7
PE Capital	11,2	9,75	13,2	10,3	12,8	10,5	13,3
PE Periferia	3,59	4,72	4,53	2,51	4,76	4,41	4,98
AL Capital	9,67	7,12	7,59	7,93	7,45	9,16	10,8
SE Capital	11,5	12,3	10,8	12,9	11,6	13,6	13,5
BA Capital	11,7	9,33	8,97	8,12	9,32	10,9	12,1
BA Periferia	4,05	5,51	3	2,18	4,02	4,51	6,07
MG Capital	20	17,6	18,6	18,6	19,7	23	23,5
MG Periferia	4,3	3,65	4,61	3,69	4,2	6,38	6,97
ES Capital	26,5	28,1	29,8	28,4	25,7	30,5	29,5
RJ Capital	20,8	19,6	19,1	18,7	19,1	19,5	23
RJ Periferia	6,58	6,3	7,08	6,45	6,77	7,46	9,27
SP Capital	20,7	18,4	17,5	15,9	16,6	18,7	18
SP Periferia	9,58	9,43	10,6	8,77	9,56	11,4	12,1
PR Capital	25,4	20,5	20,8	17,6	23,6	27,3	27
PR Periferia	6,91	5,21	4,09	4,12	4,49	7,3	6,9
SC Capital	28,6	26,4	25,3	29,4	31,3	35,6	36,5
RS Capital	25,5	25,9	26,6	25,5	26,3	24	27,3
RS Periferia	7,37	7,07	7,46	6,99	8,92	9,79	10,2
MS Capital	14,1	10,9	13,5	10,9	11,4	18,4	19
MT Capital	15,2	15,9	16,3	16,3	13,7	15,9	19,3
GO Capital	13,6	10,8	13,1	13,7	17	20,1	21,7
DF Capital	23,2	21	20,6	20,6	23,1	27,4	26,5
DF Periferia	39,6	15,2	0	0	0	0	0
Não é capital ou área metropolitana	6,01	5,45	5,85	5,36	5,91	7,21	7,79

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% CLASSE D

Classe D									
População Total									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Total	28	26,3	25,8	27,2	26,1	26,7	27,1	25,1	24,4

Classe D									
Tipo de cidade									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Metrópole	28,5	23,9	22,7	25	23,9	24,7	24,4	22,2	20,9
Urbana	30,2	27,6	27,6	28,2	27,4	28	27,8	25,6	24,9
Rural	22,3	26,8	26	28,1	26,2	26,6	30	29,9	30,2

Classe D									
Local de moradia									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Não especial	27,7	25,9	25,4	26,9	25,7	26,4	26,7	24,7	24
Aglomerado subnormal	36,8	37,3	35,5	35,7	34,9	34	35,2	35	33,8
Embarcação	44,8	24,6	40	0	0	0	0	0	0
Aldeia indígena	0	12,1	61,3	0	3,96	16,9	23,7	26,9	36,1

Classe D									
Região Geográfica									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Norte	30,1	30	29,5	30,9	31,2	31,8	33,9	32,6	31,9
Nordeste	22,2	26,6	25,8	26,9	27	27,2	30,6	31,6	31,7
Sudeste	30,6	25,1	24,7	26,7	25,1	26,4	25,1	21,8	20,8
Sul	29,4	26,7	26,2	26,6	23,6	24,1	22,1	18	17,2
Centro	32,1	29,4	29,3	30,4	29,7	28,7	29,2	27,1	23,9

Classe D									
Região Metropolitana									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Pará	30,1	31,5	30,6	26,2	30,5	32	32,8	32,4	32,7
Ceará	29,6	30,9	29,5	31,8	27,5	30,2	32,5	33,3	30,1
Pernambuco	27,2	32,8	30,5	29,2	28,5	28,3	29,7	32,2	30
Bahia	26,8	29	26,9	28,8	29,2	28,7	29,8	28,5	28,7
Minas Gerais	30,5	29,3	25,7	29,6	27,9	28,9	25	21,7	19,1
Rio de Janeiro	31	24,7	23,8	23,3	22,2	23	23,4	20,1	19,5
São Paulo	27,4	18,8	18,8	23,1	21,9	22,7	22,4	19,4	18,2
Paraná	26	21,6	20,4	23,4	21,7	23,1	19,8	16,2	14
Rio Grande do Sul	28,8	24,4	20,6	25,1	21,7	22,5	21,4	19,1	17,7
Distrito Federal	24,5	19,2	18,3	22	22	21	20,6	18,9	18,2

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe D									
Estado									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Rondônia	31,2	26,2	27,8	30,2	31	32,3	30,4	28,8	28,1
Acre	28,8	25,7	24,2	24,3	25,9	26,5	30,7	29,4	30
Amazonas	31,4	27,7	29,7	29,7	27,9	32,3	35,9	31	29,5
Roraima	16,8	17,6	30,5	28,6	30,2	26,7	27,3	34,4	29,9
Pará	30,7	34,8	31,7	33,1	33,5	33,3	34,6	35,1	34,1
Amapá	26,3	28,8	25,3	21,9	30,7	25,7	30,2	30,3	36
Tocantins	29,1	26,7	27,3	32,7	31,1	29,8	34,5	30,3	30,9
Maranhão	17,7	23,1	20,3	24,4	27,4	25,5	30,4	31,7	34
Piauí	19,8	27,2	21,4	22,9	26,7	26,2	29,1	28,4	30,6
Ceará	23,7	25,5	25,1	27,8	27	29,6	29,9	31,9	32,2
Rio Grande do Norte	23,7	26,5	30,8	29	27,8	29,7	33,3	30,5	30
Paraíba	22,3	28,7	28,3	26,5	27,5	26,7	31,8	33,4	31,7
Pernambuco	24,1	30,3	28	27,6	26,2	26,9	30,2	32,9	31,3
Alagoas	21,5	25,1	25,5	25,4	25,8	23,4	28,2	31,7	29
Sergipe	24,8	25,2	26,8	27,8	28,7	27,6	29,9	30,6	30,4
Bahia	22,3	26,3	26,3	27,9	27	27,2	31,3	31	31,8
Minas Gerais	30,4	29,7	29,8	31	29,7	31,2	29	26,7	25,3
Espírito Santo	31,8	30,4	29,1	31,3	28,3	29	29,2	26,8	27,1
Rio de Janeiro	31,6	26,2	25,5	25,4	24,1	24,9	24,9	21,3	20,9
São Paulo	30,2	22	21,5	24,7	23,1	24,4	23	19,2	18,1
Paraná	31,1	27,2	28,1	28,5	25,3	27	24,5	19,6	18,8
Santa Catarina	28,9	24,5	24,3	24	21,4	20,1	17,7	13,7	13,2
Rio Grande do Sul	28	27,3	25,4	26	23	23,4	22,2	18,8	17,9
Mato Grosso do Sul	33.48	32.71	33.01	31.33	32.66	30.98	30.47	28.42	25.59
Mato Grosso	33,1	31,6	28,9	33	30,4	30,4	30,5	31,2	25,4
Goiás	34	30,8	32,4	32	31,2	30	31,5	28	24,9
Distrito Federal	24,5	19,2	18,3	22	22	21	20,6	18,9	18,2

Classe D									
Tipo de cidade (detalhado)									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Capital	27,8	23,1	21,1	22,4	22,8	22,9	23,5	21,4	20,2
Periferia das metrópoles (não capital)	28,5	23,9	27,4	29,8	27,3	28,5	28,2	25,5	23,7
Área urbana não metropolitana	30,2	27,6	27,7	28,6	27,4	28,2	27,6	25,5	24,9
Área rural	22,3	26,8	26	28,1	26,1	26,6	29,9	29,9	30,2

Classe D									
Tipo de área censitária									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Região metropolitana	28,5	23,9	22,7	25	23,9	24,7	24,4	22,2	20,9
Auto-representativo (maior densidade)	29,1	25,4	25	25,9	25,1	26	26	23	21,8
Não auto-representativo (menor densidade)	27,3	28,2	28,1	29,2	28	28,4	29,4	28,1	27,8

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Classe D							
Abertura das metrópoles (Periferia e Capital (núcleo))							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
PA - Região Metropolitana - Capital	30,3	26,4	29,7	30,8	31,8	31,1	31,2
PA - Região Metropolitana - Periferia	32,8	25	32,5	34,9	35,4	35,3	36,1
PA - Região não metropolitana	32,2	36	35,7	34,2	35,8	36,7	34,9
CE - Região Metropolitana - Capital	29,7	31,5	26,2	28,8	29,7	31,2	28,1
CE - Região Metropolitana - Periferia	28,9	32,8	30,8	33,9	39,2	38,4	35,3
CE - Região não metropolitana	22,4	25,3	26,7	29,2	28,1	30,9	33,7
PE - Região Metropolitana - Capital	26,6	26,9	25,6	26,3	26,6	29,6	28,9
PE - Região Metropolitana - Periferia	33,4	30,8	30,6	29,6	31,8	34	30,7
PE - Região não metropolitana	26,3	26,5	24,5	25,9	30,6	33,4	32,3
BA - Região Metropolitana - Capital	26,8	27,8	27,7	28,9	29,6	26,7	27,8
BA - Região Metropolitana - Periferia	27,7	32,7	35	28,2	30,5	35,3	32,4
BA - Região não metropolitana	26,1	27,6	26,4	26,7	31,7	31,9	32,8
MG - Região Metropolitana - Capital	21,1	24	22,4	23,1	19,2	16,4	14
MG - Região Metropolitana - Periferia	30,6	35,4	33,3	34,5	30,6	26,7	23,8
MG - Região não metropolitana	31,1	31,4	30,2	31,9	30,4	28,4	27,4
RJ - Região Metropolitana - Capital	17,9	18	17,9	18,2	18,3	15,8	14,5
RJ - Região Metropolitana - Periferia	31	29,7	27,2	28,6	28,8	24,9	24,9
RJ - Região não metropolitana	30,9	31,8	29,6	30,5	29,1	24,7	24,7
SP - Região Metropolitana - Capital	15,3	19,2	20,4	20,5	20,1	17,3	17,2
SP - Região Metropolitana - Periferia	23,5	28	24	25,8	25,4	22	19,6
SP - Região não metropolitana	23,9	26,3	24,1	25,9	23,5	19	18,1
PR - Região Metropolitana - Capital	15,3	16,2	17,6	18,1	12,8	11,8	9,59
PR - Região Metropolitana - Periferia	26,6	31,5	27,1	29,6	28,9	21,9	20
PR - Região não metropolitana	30,9	30,5	26,8	28,7	26,5	21,1	20,8
RS - Região Metropolitana - Capital	15	20,3	16,2	15,9	16,1	14,4	12,6
RS - Região Metropolitana - Periferia	24,4	28,1	24,9	26,1	24	21,4	20,3
RS - Região não metropolitana	27,8	26,5	23,8	23,9	22,6	18,6	18,1
DF - Região Metropolitana - Capital	18,4	21,7	22	21	20,6	18,9	18,2
DF - Região Metropolitana - Periferia	6,25	28	0	0	0	0	0
Área não-metropolitana (rural e urbana)	27	27,8	27,8	27,2	29,3	28,1	27,3

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% CLASSE E

Classe D							
Capitais e periferias metropolitanas							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
RO Capital	22,6	22,5	25,2	23,5	25,5	24	24,5
AC Capital	27,1	26,3	25	26,1	30	25,3	27,6
AM Capital	29,2	28,2	28,9	33,2	36,1	30,2	25,9
RR Capital	26,1	27	30,7	27,6	25,5	34,1	29,4
PA Capital	30,3	26,4	29,7	30,8	31,8	31,1	31,2
PA Periferia	32,8	25	32,5	34,9	35,4	35,3	36,1
AP Capital	27,5	23,2	32,5	25,5	26,6	30,6	34,3
TO Capital	31,7	26,3	32,4	22,8	30,6	26,5	23,5
MA Capital	25	30,1	26,1	22,9	32,8	33,3	33,5
PI Capital	30,6	27,3	31,5	30,3	33,9	30,1	28,7
CE Capital	29,7	31,5	26,2	28,8	29,7	31,2	28,1
CE Periferia	28,9	32,8	30,8	33,9	39,2	38,4	35,3
RN Capital	27,7	24,5	28,8	28,7	28,5	23,5	25,1
PB Capital	32	30,3	23,4	25,9	31,1	32,4	24,7
PE Capital	26,6	26,9	25,6	26,3	26,6	29,6	28,9
PE Periferia	33,4	30,8	30,6	29,6	31,8	34	30,7
AL Capital	31	23,1	28,7	25,8	32,1	33,9	26,8
SE Capital	23,6	26,3	28,5	23,9	26,8	27	26,5
BA Capital	26,8	27,8	27,7	28,9	29,6	26,7	27,8
BA Periferia	27,7	32,7	35	28,2	30,5	35,3	32,4
MG Capital	21,1	24	22,4	23,1	19,2	16,4	14
MG Periferia	30,6	35,4	33,3	34,5	30,6	26,7	23,8
ES Capital	14,6	16,2	18,4	14,5	19,9	15,1	14,5
RJ Capital	17,9	18	17,9	18,2	18,3	15,8	14,5
RJ Periferia	31	29,7	27,2	28,6	28,8	24,9	24,9
SP Capital	15,3	19,2	20,4	20,5	20,1	17,3	17,2
SP Periferia	23,5	28	24	25,8	25,4	22	19,6
PR Capital	15,3	16,2	17,6	18,1	12,8	11,8	9,59
PR Periferia	26,6	31,5	27,1	29,6	28,9	21,9	20
SC Capital	12,3	14	10,2	11,7	11,4	7,94	5,03
RS Capital	15	20,3	16,2	15,9	16,1	14,4	12,6
RS Periferia	24,4	28,1	24,9	26,1	24	21,4	20,3
MS Capital	26,9	25,2	29,2	25,2	29,1	23,5	20,8
MT Capital	23,7	22,6	23,5	27,4	28,7	25,3	19,1
GO Capital	25,1	24	25,1	22,8	25,1	16	18,2
DF Capital	18,4	21,7	22	21	20,6	18,9	18,2
DF Periferia	6,25	28	0	0	0	0	0
Não é capital ou área metropolitana	27,2	28,4	27,1	27,8	28,2	26,5	26,1

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% Classe E (pobreza)									
População Total									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Total	35	28,7	28,4	28,7	27,5	28,1	22,8	18,3	16

% Classe E (pobreza)									
Tipo de cidade									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Metrópole	22,2	15,1	15,8	17,8	19,1	21,3	16,3	13,6	11,5
Urbana	31,7	25,9	25,3	25,5	25,1	25,7	20,5	16	13,8
Rural	61,4	55,8	56	54,3	53,5	51,4	45,2	37,2	34,8

% Classe E (pobreza)									
Local de moradia									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Não especial	34,8	28,6	28,3	28,6	27,1	27,6	22,5	18	15,8
Aglomerado subnormal	41,2	28,6	29,9	31,5	36,9	40,1	30,8	25,3	20,6
Embarcação	49,3	75,4	46,7	92	0	0	0	0	0
Aldeia indígena	98,9	84,9	29	0	95,4	81	69,5	55,5	57,3

% Classe E (pobreza)									
Região Geográfica									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Norte	40,1	33,3	36,1	35,8	33,2	35,9	26,3	22,4	19,1
Nordeste	60,5	51,7	52,6	51,9	49	49,8	42,5	34,2	30,7
Sudeste	23,5	17	16,5	17,3	17,7	18,4	14,2	11,6	9,68
Sul	20,2	17,6	16,7	17,6	15,4	13,8	11,3	8,03	7,29
Centro	28,5	24,8	22,3	23,6	21,8	23,2	17	11,8	10,5

% Classe E (pobreza)									
Região Metropolitana									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Pará	30,7	20,1	25,2	29,7	32,6	33,5	26,4	17,9	16,1
Ceará	41,6	31,6	32,8	35,6	35,8	36,8	28,4	21,9	19,8
Pernambuco	45,5	32	34,4	36	34	39,2	32,2	25,1	24,1
Bahia	38,6	32,3	30,6	32,5	31,7	36,9	27,9	22,3	17,9
Minas Gerais	24,3	14,5	15,2	17	16,5	17,7	13,2	9,76	9,27
Rio de Janeiro	19,3	12,4	12,4	12,3	15,6	16,7	13,1	14,7	10,7
São Paulo	14,7	9,44	10,7	13,7	15,3	17,7	13,1	10,9	8,79
Paraná	15,9	10,2	10,5	13,3	12,3	14,1	9,49	4,5	6,13
Rio Grande do Sul	19,2	12,4	13,6	14,1	12,3	14,2	11,4	10	9,01
Distrito Federal	19,8	13	12,8	16,8	17,5	20,4	14,5	9,87	9,36

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% Classe E (pobreza)									
Estado									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Rondônia	27,9	23,9	22	19,7	25,5	23,9	20,9	15,1	12,9
Acre	33,3	23	28,2	32	31,7	32,5	29,1	21	17,8
Amazonas	41,2	30,7	32,9	38,6	35,4	36,3	21,6	23,9	20,3
Roraima	20,7	9,5	12,1	16,4	28,4	32,7	37,8	20,5	18,8
Pará	41,6	34,3	38,3	36,7	34,7	37,8	28	22,6	20,6
Amapá	39,5	24,2	36,8	39,3	15,5	36,9	24,5	21,7	12,6
Tocantins	48,1	52,3	51,9	43,6	38,1	39	30,8	25,5	19
Maranhão	69,3	61,6	64,5	60,3	53,5	55,7	49	38,3	33,8
Piauí	65,6	56,7	61,7	60,6	51,1	52	46,5	37,1	32,4
Ceará	60	52,6	53,2	53,1	48,3	48	43,5	34,3	29,2
Rio Grande do Norte	56,5	45,6	44	44,8	41,8	43,4	35	28,7	24,4
Paraíba	59,4	46,7	47,9	46,6	49,1	47,3	39,2	33,2	29,2
Pernambuco	57,2	45,1	47,7	48,9	47,5	49,4	41,9	33,8	31,5
Alagoas	62,7	52,5	51,8	53,7	54,3	57,7	50,1	37,9	38,8
Sergipe	51,9	51,5	47,9	48,2	43,8	41,6	35,8	28,6	26,6
Bahia	59,6	52,3	52,2	50,7	49,1	49,6	40,2	33,4	29,9
Minas Gerais	38,1	29,5	28	28,1	25,9	25,1	19,3	14,6	12,8
Espírito Santo	38,1	29,2	28,7	27,1	29,6	27,3	20,4	14,1	12,5
Rio de Janeiro	22,4	15,3	14,7	14,4	16,2	16,9	13,7	14,1	10,6
São Paulo	15,6	10,5	10,6	12,4	13,4	15	11,3	8,95	7,58
Paraná	24,7	22	19,3	20,6	18,4	16	13,1	8,35	7,75
Santa Catarina	15,9	13,7	12,3	14,3	9,93	8,29	6,35	3,67	4,53
Rio Grande do Sul	18,1	15,6	16,4	16,4	15,3	14,6	12,2	10,1	8,38
Mato Grosso do Sul	29.34	23.77	23.03	25.19	20.78	21.41	17.74	11.16	10.91
Mato Grosso	30,2	26,9	25,9	23,6	22,3	26,9	17,6	13,7	11,6
Goiás	30,7	28,8	24,1	25,8	23,7	23,3	17,5	11,9	10,3
Distrito Federal	19,8	13	12,8	16,8	17,5	20,4	14,5	9,87	9,36

% Classe E (pobreza)									
Tipo de cidade (detalhado)									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Capital	17,8	14,2	16,1	18,2	19,1	22,5	16,2	13,8	11,3
Periferia das metrópoles (não capital)	22,3	15,1	18	19,7	21	22,1	17,8	13,9	12,4
Área urbana não metropolitana	31,8	25,9	25,9	25,7	25,3	25,5	20,6	16,1	14
Área rural	61,4	55,8	56,6	55	53,5	51,5	45,2	37,3	34,8

% Classe E (pobreza)									
Tipo de área censitária									
Categoria	1993	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
Região metropolitana	22,2	15,1	15,8	17,8	19,1	21,3	16,3	13,6	11,5
Auto-representativo (maior densidade)	25,9	19,5	19,2	20	19,6	21,4	15,9	12,1	10,8
Não auto-representativo (menor densidade)	46,9	41,1	40,5	39,6	36,7	35,8	30,3	24,2	21,4

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% Classe E (pobreza)							
Abertura das metrópoles (Periferia e Capital (núcleo))							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
PA - Região Metropolitana - Capital	23,1	27,3	29	32,7	24,7	16,2	15,1
PA - Região Metropolitana - Periferia	41,2	46,7	41,4	35,3	30,6	21,7	18,6
PA - Região não metropolitana	44,2	39,7	36,2	40,7	28,9	25,4	23,2
CE - Região Metropolitana - Capital	26,6	30,8	30	32,9	24,8	19,7	17,9
CE - Região Metropolitana - Periferia	51,2	48,6	50,3	46,7	37,2	27,1	24,6
CE - Região não metropolitana	65,8	64,1	56,7	55,7	54,1	43	35,9
PE - Região Metropolitana - Capital	31,1	34	31,3	35,9	30,3	22,6	20,8
PE - Região Metropolitana - Periferia	37	37,4	35,9	41,5	33,5	26,8	26,4
PE - Região não metropolitana	56,9	58,1	57,3	56,9	49,1	40,3	37,1
BA - Região Metropolitana - Capital	29,5	31,5	30	34	26,7	22,3	15,9
BA - Região Metropolitana - Periferia	35,8	36,6	38,5	47,7	32,3	22	25,2
BA - Região não metropolitana	58,2	55,7	54,4	53,6	44,2	37,2	34
MG - Região Metropolitana - Capital	10,3	13,2	11,9	14,9	9,54	8,06	7,35
MG - Região Metropolitana - Periferia	20,6	20,8	20,9	20,3	16,7	11,4	11,1
MG - Região não metropolitana	31,8	31,5	28,9	27,5	21,4	16,3	14
RJ - Região Metropolitana - Capital	9,88	10,7	13,6	15,6	10,4	16,3	10,2
RJ - Região Metropolitana - Periferia	15,4	14,1	17,9	18	16	12,9	11,2
RJ - Região não metropolitana	22	21	18	17,3	15,6	12,6	10,3
SP - Região Metropolitana - Capital	10,5	12,6	14,8	18,5	12,9	10,4	9,25
SP - Região Metropolitana - Periferia	11	15	16	16,6	13,2	11,5	8,18
SP - Região não metropolitana	10,5	11,2	11,6	12,5	9,64	7,2	6,48
PR - Região Metropolitana - Capital	6,84	9,08	8,71	10,5	7,74	3,2	3,92
PR - Região Metropolitana - Periferia	14,8	18,1	16,9	18,7	11,8	6,18	9,09
PR - Região não metropolitana	22,5	23,4	21	16,8	14,6	10	8,46
RS - Região Metropolitana - Capital	10,8	9,45	9,51	12	9	10,3	7,4
RS - Região Metropolitana - Periferia	15,5	17	13,9	15,5	12,6	9,91	9,81
RS - Região não metropolitana	17,8	17,5	17,1	14,9	12,7	10,2	8,01
DF - Região Metropolitana - Capital	12,8	16	17,5	20,4	14,5	9,87	9,36
DF - Região Metropolitana - Periferia	9,37	31,5	0	0	0	0	0
Área não-metropolitana (rural e urbana)	38,3	38,1	35,1	35,6	29	22,7	20,2

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

% Classe E (pobreza)							
Capitais e periferias metropolitanas							
Categoria	1997	1999	2001	2003	2005	2007	2008
RO Capital	17	19,2	22,7	24,6	17,1	15,1	11,7
AC Capital	15	19,8	23,2	24,2	23,6	14,9	12,6
AM Capital	24,7	31,7	28,6	31,5	13,6	20,2	13,7
RR Capital	10,1	14,3	24,3	30,7	36,1	17,9	17,5
PA Capital	23,1	27,3	29	32,7	24,7	16,2	15,1
PA Periferia	41,2	46,7	41,4	35,3	30,6	21,7	18,6
AP Capital	20,7	25,6	8,25	31,2	26,2	19,7	10,1
TO Capital	30,5	26,5	12,7	29,8	11,7	13,5	5,68
MA Capital	32	26,9	36,8	43,8	31,2	19,8	18
PI Capital	32	35,5	30,7	32	27,6	16,1	11,8
CE Capital	26,6	30,8	30	32,9	24,8	19,7	17,9
CE Periferia	51,2	48,6	50,3	46,7	37,2	27,1	24,6
RN Capital	21,1	26,2	20,3	30,5	20,1	18,5	12,8
PB Capital	20,2	19,8	32,1	31,7	23,6	16,9	17,1
PE Capital	31,1	34	31,3	35,9	30,3	22,6	20,8
PE Periferia	37	37,4	35,9	41,5	33,5	26,8	26,4
AL Capital	26,1	37,3	36,1	41,7	32,4	21,5	25,6
SE Capital	31,2	25,5	27,4	25,4	18,8	14,6	10,8
BA Capital	29,5	31,5	30	34	26,7	22,3	15,9
BA Periferia	35,8	36,6	38,5	47,7	32,3	22	25,2
MG Capital	10,3	13,2	11,9	14,9	9,54	8,06	7,35
MG Periferia	20,6	20,8	20,9	20,3	16,7	11,4	11,1
ES Capital	15,5	16	13,7	12	11	2,77	5,45
RJ Capital	9,88	10,7	13,6	15,6	10,4	16,3	10,2
RJ Periferia	15,4	14,1	17,9	18	16	12,9	11,2
SP Capital	10,5	12,6	14,8	18,5	12,9	10,4	9,25
SP Periferia	11	15	16	16,6	13,2	11,5	8,18
PR Capital	6,84	9,08	8,71	10,5	7,74	3,2	3,92
PR Periferia	14,8	18,1	16,9	18,7	11,8	6,18	9,09
SC Capital	7,93	6,31	4,52	6,49	6,74	1,68	2,36
RS Capital	10,8	9,45	9,51	12	9	10,3	7,4
RS Periferia	15,5	17	13,9	15,5	12,6	9,91	9,81
MS Capital	15,2	16,7	16,1	17,8	14,4	7,67	7,95
MT Capital	14,4	12,7	15,3	15,9	8,94	8,35	7,26
GO Capital	12,4	15,9	11,2	13,5	7,78	6,19	4,5
DF Capital	12,8	16	17,5	20,4	14,5	9,87	9,36
DF Periferia	9,37	31,5	0	0	0	0	0
Não é capital ou área metropolitana	35,1	34,4	32,2	31,6	26,4	20,9	18,6

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apêndice: O Acesso e Uso de Ativos e as Classes Econômicas

Apresentamos nessa seção o perfil do acesso e uso de ativos produtivos e de consumo da população brasileira distribuído entre as diferentes classes econômicas. Procuramos medir através das tabelas e gráficos de itens ligados ao consumo e produção da população brasileira, além de características básicas como sexo, cor, idade, posição na família, entre outros. Os resultados quase sempre são complementados pela evolução temporal do indicador, a fim de medir o boom recente dos ganhos de renda conquistados desde 2003.

Posição na Ocupação

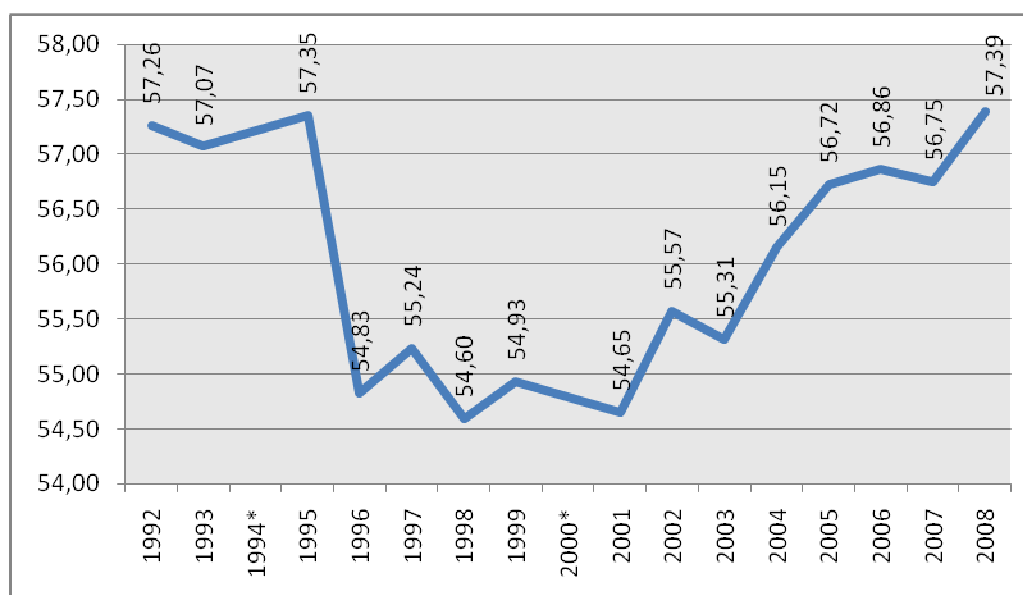
Em relação ao *status* da ocupação, que representa um importante instrumento de produção, os empregados com carteira (67,89%), seguido por funcionários públicos (57,13%) se destacam com as maiores taxas de indivíduos na classe C. Os empregadores são os que possuem a maior proporção de indivíduos na classe AB (46,14% deles). E por fim, os desempregados, os empregados agrícolas e não remunerados apresentam a maior proporção de miserabilidade (25,6%, 22,33% e 31,31%, respectivamente).

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Posição na ocupação				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sem Emprego	4,98	38,82	30,6	25,6
Inativo	9,24	47,26	26,09	17,41
Empregado Agrícola	1,49	40,77	35,41	22,33
Empregado Doméstico	1,6	53,12	32,03	13,25
Empregado com carteira	13,34	67,89	15,61	3,16
Empregado sem carteira	9,46	55,42	25,15	9,98
Conta-própria	11,46	53,61	21,44	13,49
Empregador	46,14	44,77	5,7	3,39
Funcionário público	27,8	57,13	11,8	3,27
Não-remunerado	4,33	37,39	26,97	31,31
Ignorado	4,88	34,32	32,14	28,66

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da População Ocupada - 1992 a 2008

10 anos ou mais



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Contribuição Previdenciária

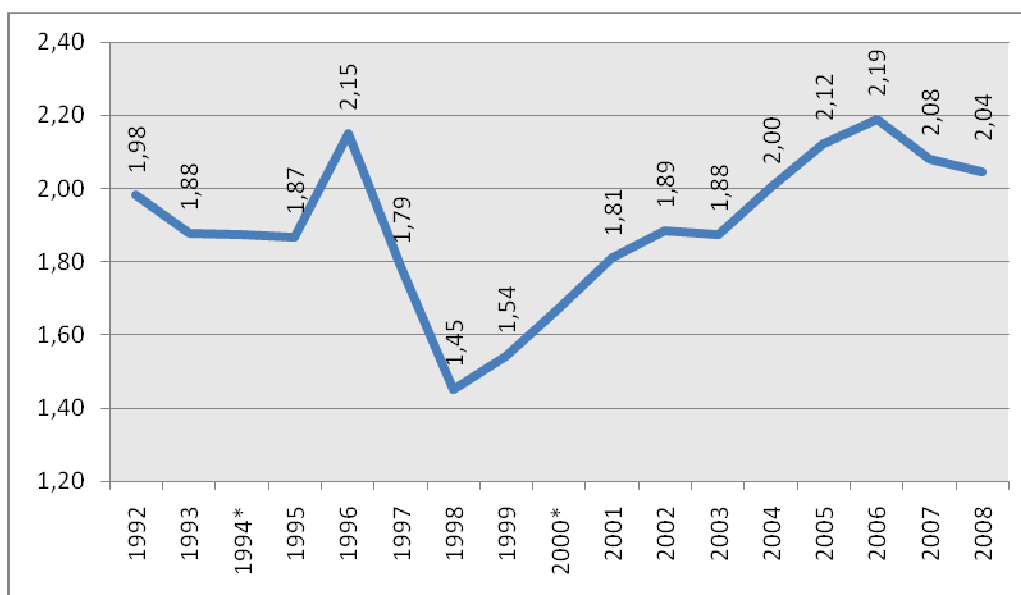
A contribuição previdenciária é bastante representativa das classes ABC, onde 51,4% dos contribuintes são de classe AB, seguido por 37,8% na classe C. Se olharmos para os últimos 5 anos, a taxa de contribuição previdenciária sobe 9% na população com mais de 10 anos.

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Contribui para previdência				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	54,39	37,8	4,38	3,44
Não	10,52	52,22	23,32	13,93
Ignorado	4,88	34,32	32,14	28,66

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da Contribuição Previdenciária - 1992 a 2008

10 anos ou mais



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Em seguida restringimos a análise aos chefes do domicílio e apresentamos uma visão mais detalhada do tipo de contribuição previdenciária.

Contribui para Previdência	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Contribui Prev Pub e Priv	2,09	2,11	2,28	2,42	2,47	2,13	2,02
Contribui Prev Pub	35,41	35,62	36,30	36,49	37,34	37,81	38,31
Contribui Prev Priv	0,84	0,75	0,80	0,90	0,87	0,90	0,89
Desempregado	3,53	3,98	3,27	3,27	3,02	3,12	2,67
Inativo	18,69	18,90	19,34	19,39	20,01	21,40	22,23

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

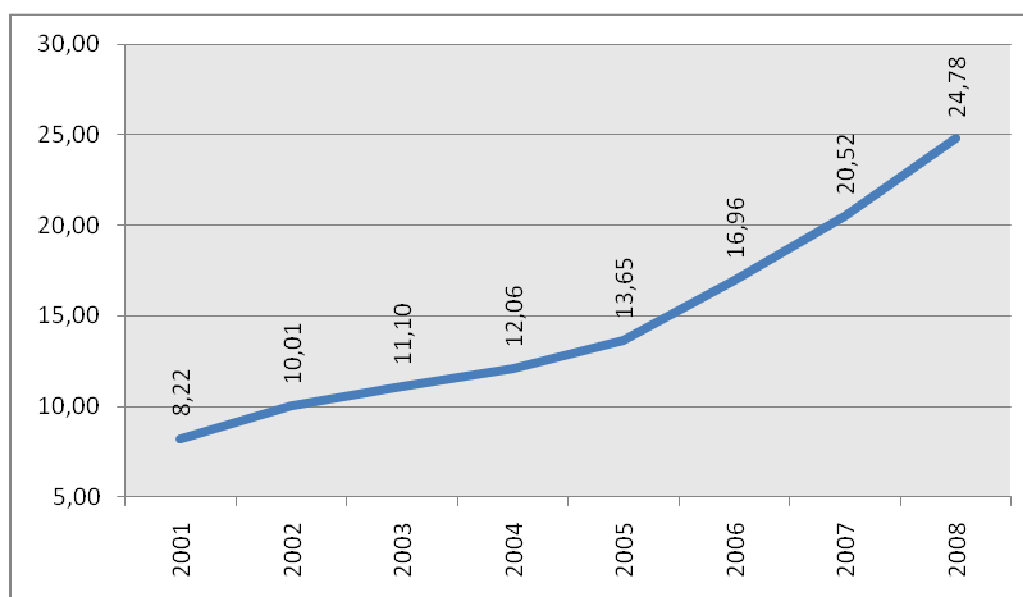
Ativos Digitais

Quase 90% das pessoas que possuem computador com internet estão na classe ABC. Considerado um importante instrumento de uso dos produtores, apresentamos em seguida o gráfico que capta bem a evolução tecnológica que vem sendo vista no Brasil atual (em 2008 a taxa de acesso a computador com internet é 2,2 vezes maior que em 2003). Efeito semelhante pode ser visto para acesso a celular (2 vezes maior em 2008).

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem computador com internet				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Não	3,76	46,04	29,91	20,29
Sim	30,62	58,87	7,47	3,04

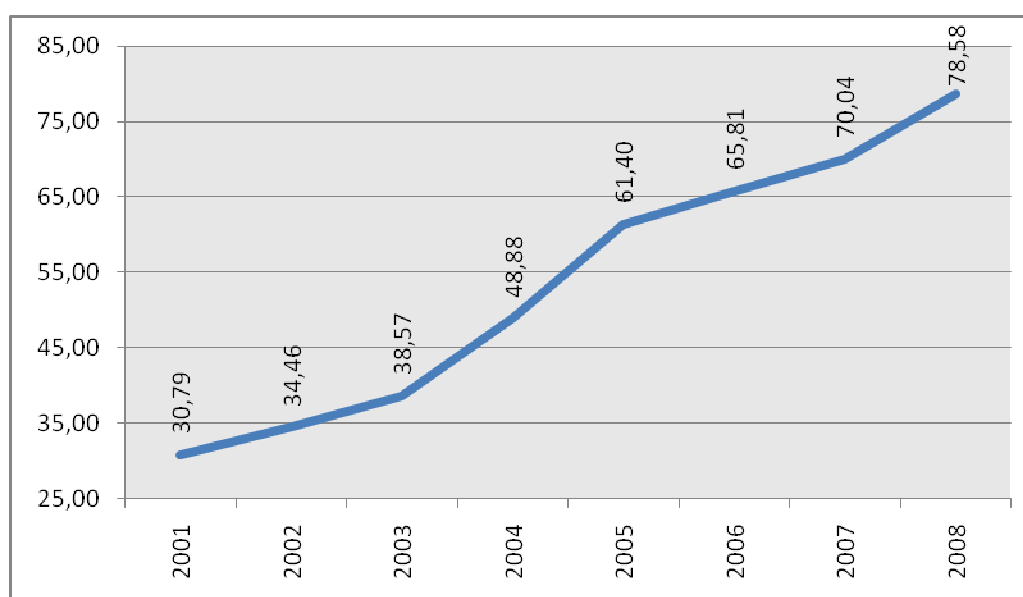
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da Taxa de Acesso a Computador com Internet - 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da Taxa de Acesso a Celular - 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Educação

Como sempre, o mais relevante determinante da desigualdade e da pobreza no país é a educação. Pesquisas anteriores mostram que a renda aumenta monotonicamente com os anos de escolaridade. Observamos nas tabelas a seguir a distribuição das classes entre os frequentadores de escola particular e curso superior (86% e 93% dessas pessoas estão nas classe ABC).

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Frequenta escola particular				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Não	9,14	48,67	25,37	16,83
Sim	28,62	57,04	9,87	4,47

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

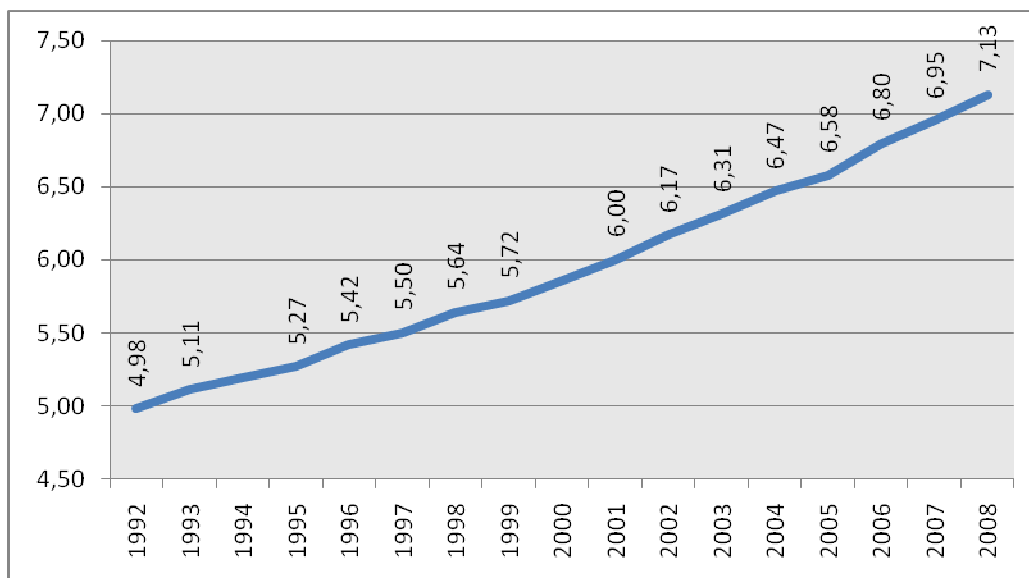
	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Frequenta ou frequentou curso superior				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Não	6,18	49,57	26,71	17,54
Sim	46,45	46,25	4,29	3,02

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Conforme podemos ver nos gráficos seguintes, a educação do brasileiro com 25 anos ou mais cresce mais de 1 ano na década atual, sendo 0,82 entre 2003 e 2008,

Evolução (em anos) da Educação Média do Brasileiro - 1992 a 2008

25 anos ou mais



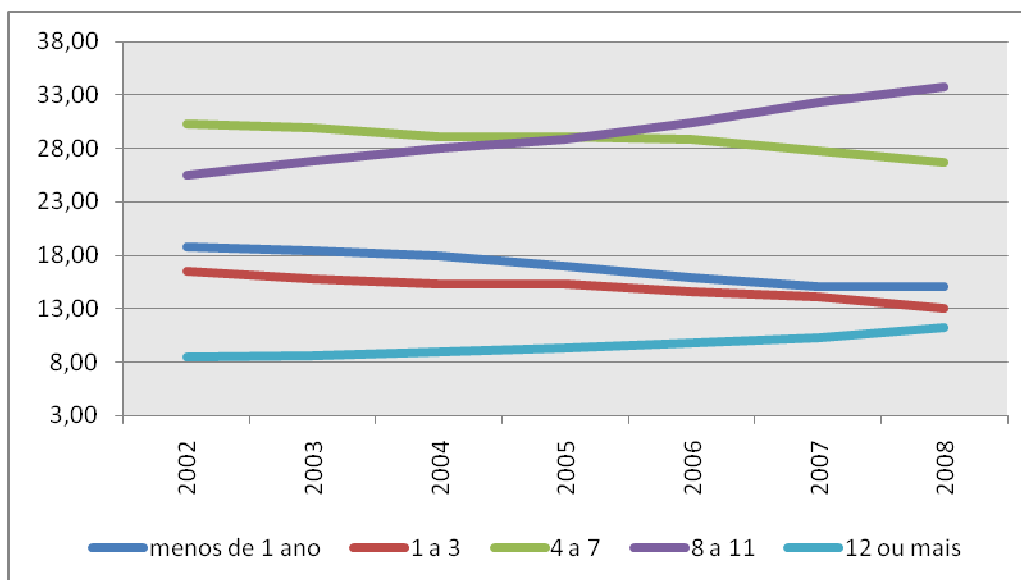
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Dada a importância da acumulação de capital humano para crescimento e desenvolvimento das habilidades produtoras do indivíduo apresentamos abaixo uma visão detalhada da evolução recente da educação para dois importantes membros da família. Conforme podemos observar nos gráficos, tanto o chefe do domicílio quanto o cônjuge tem apresentado recentemente maiores proporções de pessoas situadas entre os

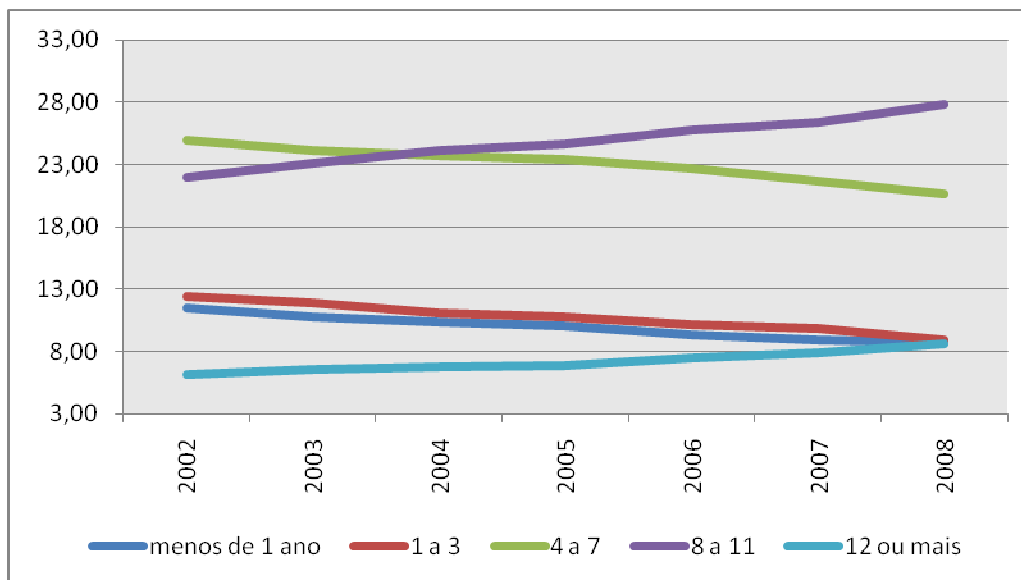
mais bem educados. Vide ascendência positiva das linhas representadas por aqueles com mais de 12 anos, seguido por 8 a 11 anos de estudos.

Evolução (%) da população por Faixa Educacional - 1992 a 2008

Chefes do domicílio



Cônjuges



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Características do Consumidor

Apresentamos a seguir cruzamentos que mostram a estrutura de classes e acesso a serviços. Conforme já podíamos imaginar os indivíduos providos de acesso a bens e serviços estão sobre representados entre as classes mais altas.

Serviços Públicos

Entre os que possuem acesso a rede de esgoto, 71% estão na classe ABC. Este percentual é 65% quando avaliamos a coleta de lixo. Nos gráficos podemos ver a evolução destes diferentes indicadores para a população total. Desde 2003 os mesmos apresentaram aumento de 12% e 4,3%, respectivamente.

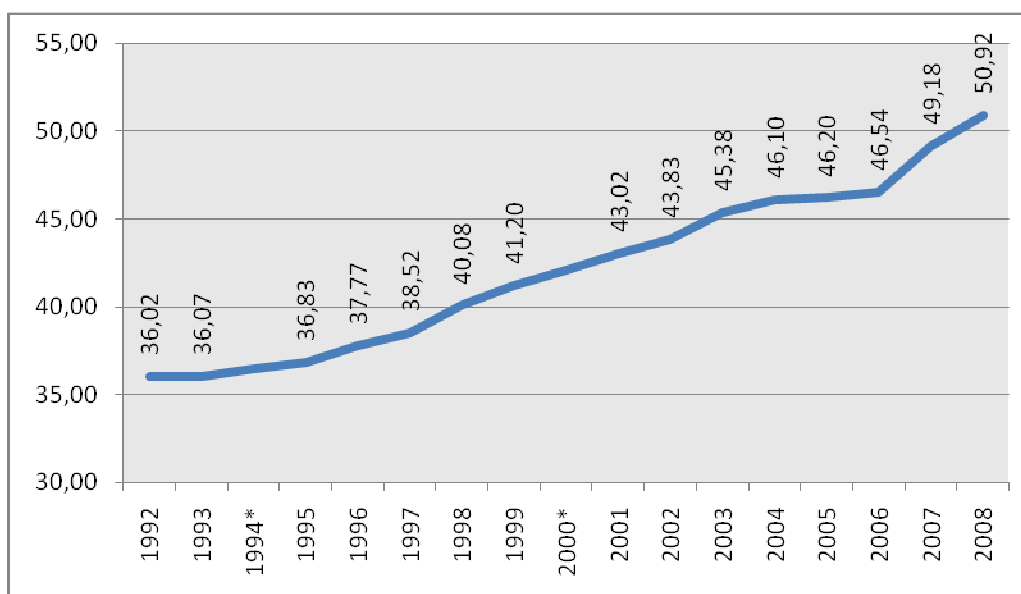
	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Saneamento				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Rede de Esgoto	15,01	55,83	19,81	9,35
Fossa Séptica 1	14,97	57,42	18,71	8,9
Fossa Séptica 2	7,33	47,77	28,73	16,17
Fossa Rudimentar	3,35	40,32	31,74	24,58
Vala	0,98	32,53	33,31	33,18
Rio ou Lago	2,54	43,24	33,68	20,54
Outra Forma	0,81	34,86	30,94	33,39
Não Especificado	0,44	15,78	29,3	54,49

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Lixo				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Coletado Diretamente	11,62	53,28	23	12,1
Coletado Indiretamente	12,15	43,1	26,51	18,23
Queimado	1,79	28,26	31,93	38,01
Terreno Baldio	0,73	23,14	30,06	46,07
Outros / Não Especificado	5,91	42,84	25,7	25,55

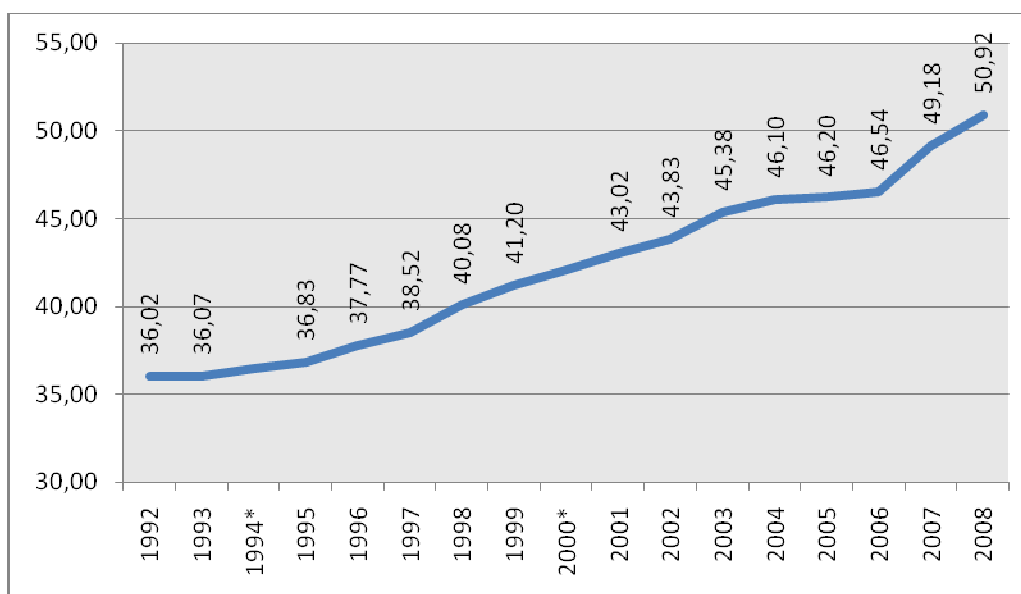
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da população com Rede de Esgoto - 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da população com Coleta de Lixo - 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Bens de Consumo

Em seguida disponibilizamos uma série de bens de consumo. Em todos eles, a proporção de indivíduos nas classes mais altas de renda superam os níveis nacionais. Destacamos freezer e máquina de lavar roupa, onde as proporções de indivíduos na classe C são 14% e 22% superiores a média nacional. Os de classe E representam apenas 6% e 5,5% desses grupos.

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem Televisão				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	10,79	49,97	24,21	15,03
Não	1,19	30,48	27,95	40,38

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem Rádio				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	11,52	50,99	23,38	14,11
Não	1,13	34,27	32,59	32

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem Geladeira				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	11,22	51,69	23,97	13,12
Não	0,43	18,44	29,12	52,01

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem Freezer				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	25,4	56,25	12,37	5,97
Não	7,47	47,84	26,72	17,98

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

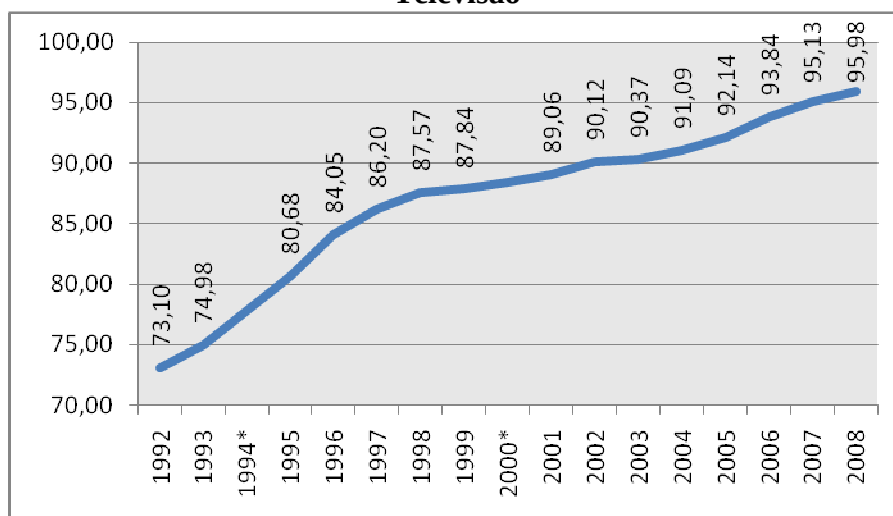
	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Tem Máquina de Lavar Roupas				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	21,35	59,9	13,24	5,51
Não	2,7	41,68	32,21	23,41

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

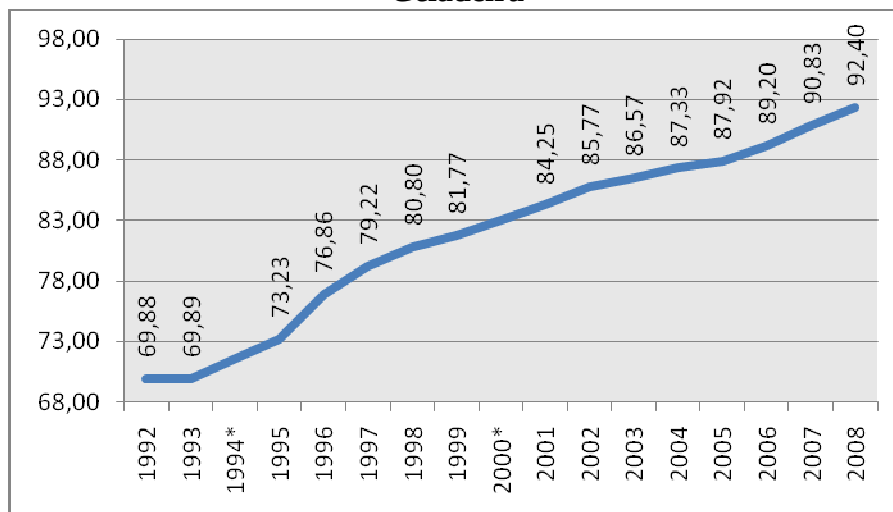
As séries anuais de acesso aos diferentes itens de consumo podem ser vistos abaixo. Acesso a máquina de lavar roupas foi o que mais cresceu entre 2003 e 2008 (23,5% contra 6% do crescimento da televisão e geladeira). Vale ressaltar que os últimos já estão presentes em mais de 90% da população, sendo então o avanço de 6% bastante representativo.

Evolução (%) da população com Acesso a Bens de Consumo - 1992 a 2008

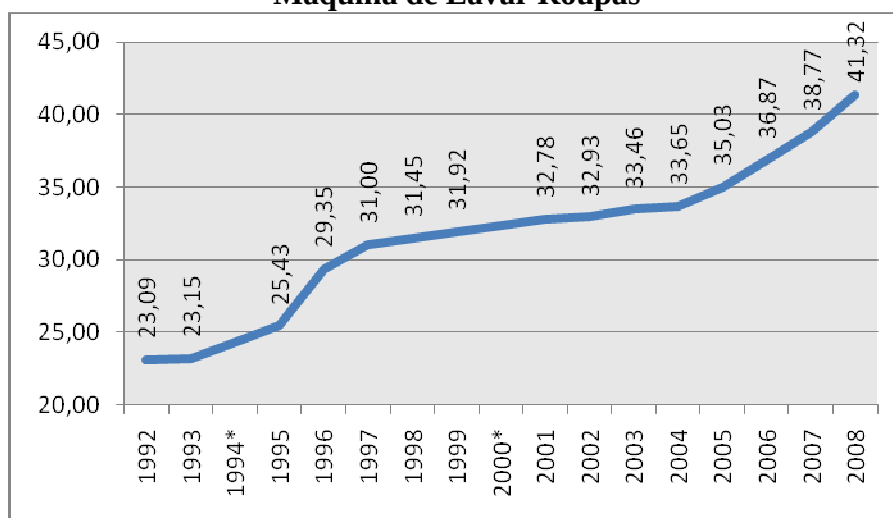
Televisão



Geladeira



Máquina de Lavar Roupas



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

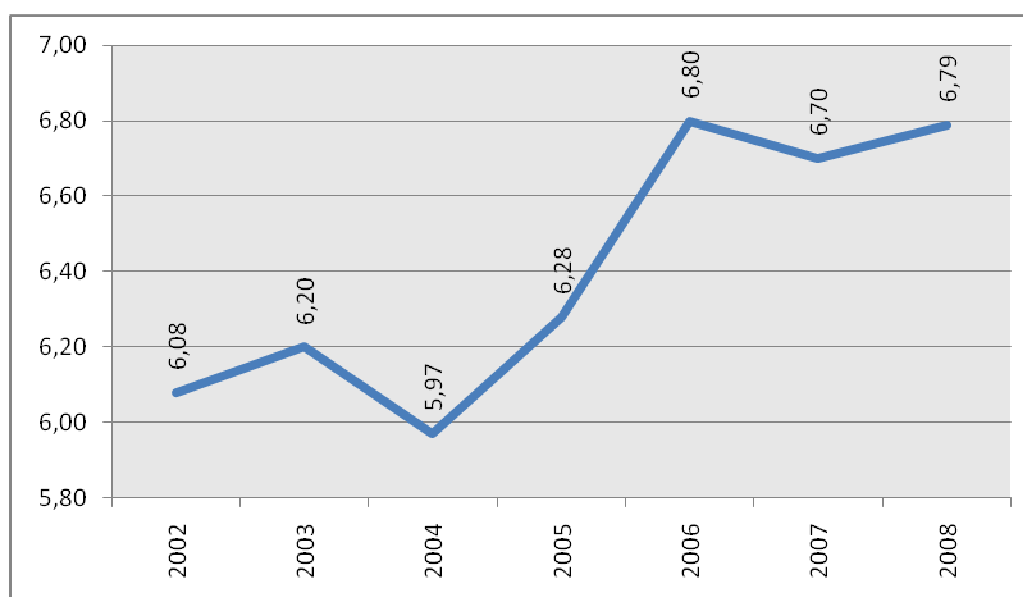
Moradia

Em seguida avaliamos a quantidade de banheiros na propriedade. Em estudos anteriores mostramos ser esta variável um importante medidos de riqueza. Os dados da tabela abaixo mostram que a proporção de pessoas na classe AB entre os que possuem mais de 3 banheiros é de 70,1% (contra 3% na classe E).

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Número de Banheiros				
Categoria	2008	2008	2008	2008
1 Banheiro	4,34	49,19	29,02	17,45
2 Banheiros	20,42	62,64	11,96	4,98
3 Banheiros	48,02	44,84	4,2	2,94
Mais de 3 Banheiros	70,07	24,36	2,54	3,04
Não Tem Banheiro	0,11	14,21	29,66	56,02

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da População com 3 Banheiros ou Mais - 1992 a 2008



Em termos de financiamento da moradia, as classes ABC representam juntas 77% dos indivíduos.

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Casa própria financiada				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Sim	18,76	58,47	16,45	6,33
Não	10,04	48,8	24,71	16,46

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Complementando a análise de financiamento de imóveis apresentamos a seguir tabela detalhada com diferentes tipos de condições de moradia. Em detalhe, o crescimento na proporção de indivíduos que moram em casa alugada com valor acima da mediana, ou seja, alugueis mais caros (poderíamos interpretar como uma proxy da qualidade de moradia). Esse contingente cresce 57% desde 2003.

Evolução (%) da População por Condição de Moradia - 1992 a 2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Próprio – já pago	70,54	70,62	70,89	70,85	70,44	71,22	71,27
Próprio – ainda pagando	4,89	4,80	4,31	4,23	4,37	4,18	4,35
Aluguel abaixo da mediana	7,25	6,85	7,07	6,75	6,32	5,77	5,03
Aluguel acima da mediana	6,22	6,57	7,06	7,86	8,54	9,50	10,33
Cedido	10,42	10,38	10,00	9,61	9,45	8,54	8,23
Outra condição	0,54	0,65	0,54	0,59	0,74	0,55	0,57

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Perfil Sócio-Demográfico

Características Sócio-demográficas

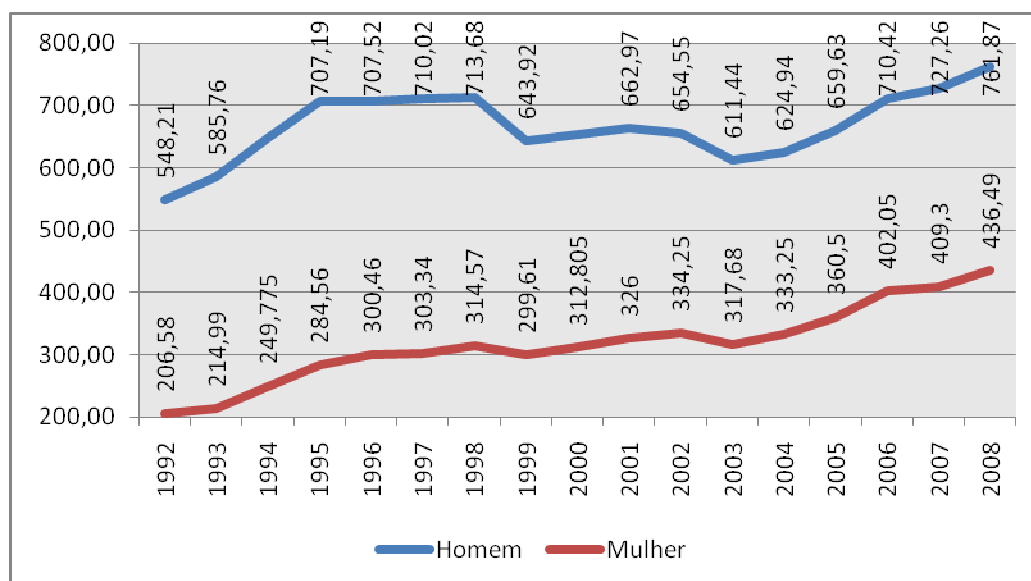
Sexo

Não encontramos grandes diferenças na distribuição das classes entre homens ou mulheres. Isso se deve ao fato de utilizarmos como conceito de renda a domiciliar per capita que assume a perfeita socialização da renda no interior dos domicílios em sua grande maioria co-habitado por pessoas dos dois gêneros. Tudo passa como se toda a renda convergisse para um pote comum e daí fosse repartido igualmente por todos os membros dos domicílios. No entanto gostaríamos de chamar atenção para o ganho recente das mulheres em termos de renda individual, conforme ilustrado no gráfico seguinte. Entre 2003 e 2008 o ganho dela foi de 37% (contra 24,6 da população masculina).

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Sexo				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Homem	10,41	49,45	24,17	15,97
Mulher	10,42	49	24,52	16,06

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Renda Individual (R\$) por Sexo – 1992 a 2008



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

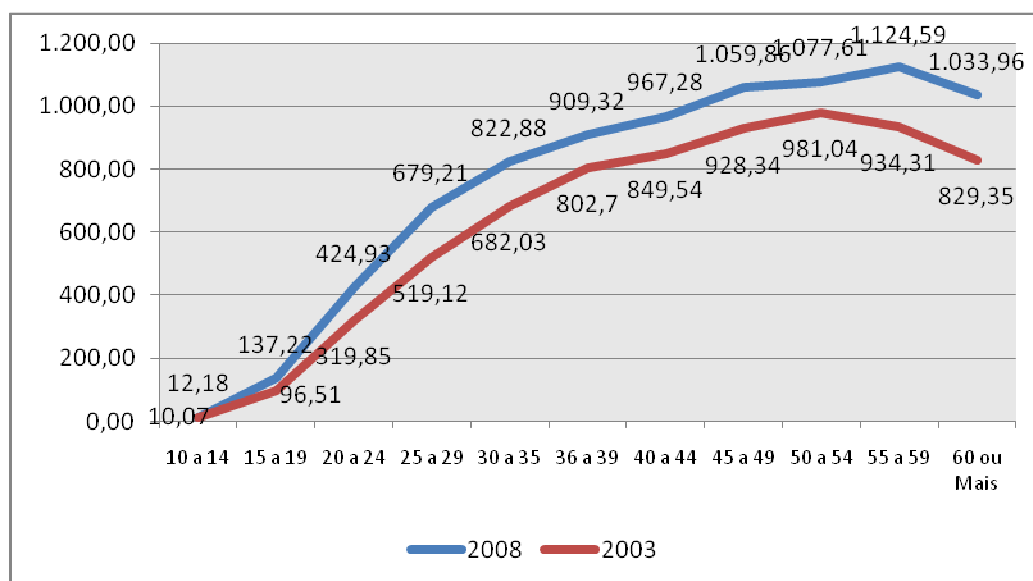
Idade

A incidência da classe E declina quase que monotonicamente com a idade do indivíduo. Talvez a parte mais interessante dessa associação em consonância com a sabedoria convencional de retorno no mercado de trabalho de acordo com a experiência (geralmente aproximada por idade), é que isso persiste para aqueles com mais de 60 anos, os menos miseráveis de todos os grupos etários (4,2% contra 29% dos grupos até 9 anos de idade). As pessoas da terceira idade foram as que apresentaram maior proporção de indivíduos na classe C (64,95% contra 34,4% das crianças). Quando olhamos os níveis de renda individuais, o pico é atingido na faixa de 55 a 60 anos com maiores ganhos relativos percebidos desde 2003 entre os mais jovens.

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Faixa Etária				
Categoria	2008	2008	2008	2008
0 a 4	5,17	34,41	32,16	28,25
5 a 9	4,62	34,23	32,12	29,02
10 a 14	4,72	37,67	31,37	26,25
15 a 19	6,42	45,86	28,77	18,95
20 a 24	9,14	53,59	24,45	12,83
25 a 29	12,2	51,24	23	13,55
30 a 35	11,4	48,9	24,24	15,45
36 a 39	10,55	51,16	23,84	14,45
40 a 44	11,46	52,94	22,66	12,94
45 a 49	14,37	54,9	19,62	11,11
50 a 54	16,26	55,54	18,15	10,05
55 a 59	17,97	55,93	17,98	8,13
60 ou Mais	15,94	64,95	14,91	4,20

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução da Renda Individual (R\$) por Faixa Etária – 2003/2008



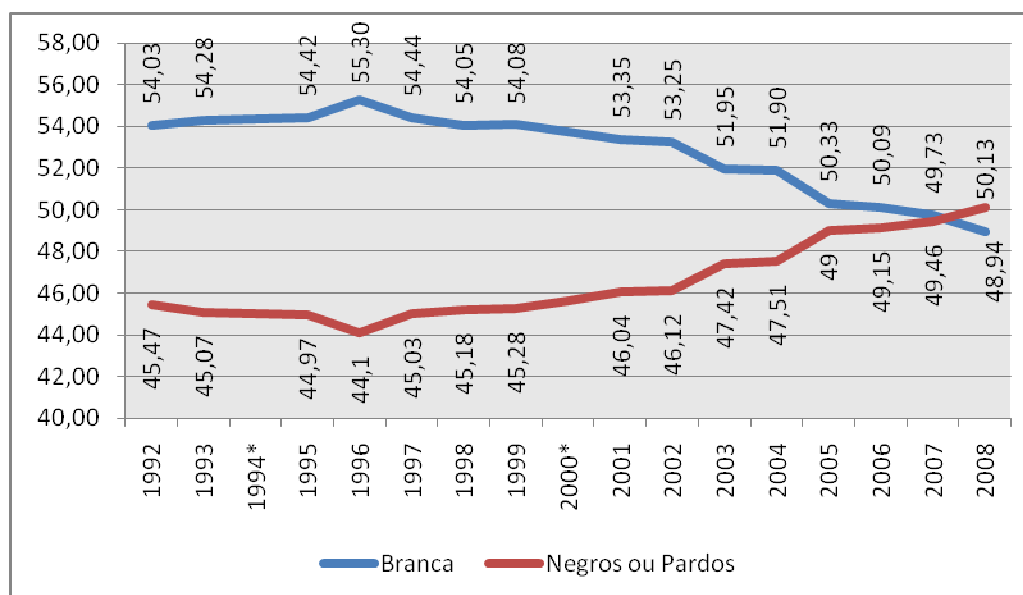
Cor ou Raça

A incidência de indivíduos na classe E é maior entre negros e pardos (17,9% e 22,4%) que juntos já representam mais de 50% dos brasileiros (vide gráfico abaixo)

	Classe AB	Classe C	Classe D	Classe E
Cor ou raça				
Categoria	2008	2008	2008	2008
Indígena	6,29	42,34	24,72	26,66
Branca	16,19	55,08	18,64	10,08
Amarela	26,58	49,16	13,95	10,32
Preta	4,8	48,65	28,66	17,9
Parda	4,59	42,75	30,27	22,4

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Evolução (%) da População por Cor - 1992 a 2008



Passamos agora à análise de algumas características relacionadas a produtores e consumidores. Detalhamos num primeiro momento a estrutura de classes entre os diferentes itens para depois medir a evolução destes na população brasileira. Mais uma vez, procuramos medir os impactos dos ganhos recentes de renda no acesso a diferentes itens de consumo e produção.

Apêndice: Equação de Renda Domiciliar per Capita
Brasil

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	P-valor
Intercept		4.3911	0.0466	8866.64	<.0001
SEXO	Homens	0.0280	0.0007	1554.61	<.0001
SEXO	Mulheres	0.0000	0.0000	.	.
fxage	0 a 4	0.0719	0.0408	3.10	0.0785
fxage	10 a 14	0.0540	0.0408	1.75	0.1859
fxage	15 a 19	0.0566	0.0408	1.92	0.1660
fxage	20 a 24	0.1062	0.0408	6.77	0.0093
fxage	25 a 29	0.1442	0.0408	12.46	0.0004
fxage	30 a 35	0.1355	0.0408	11.01	0.0009
fxage	36 a 39	0.1160	0.0409	8.06	0.0045
fxage	40 a 44	0.0954	0.0408	5.46	0.0195
fxage	45 a 49	0.0969	0.0408	5.63	0.0176
fxage	5 a 9	0.0458	0.0408	1.26	0.2616
fxage	50 a 54	0.1263	0.0409	9.56	0.0020
fxage	55 a 59	0.1885	0.0409	21.27	<.0001
fxage	60 ou mais	0.3074	0.0408	56.67	<.0001
fxage	Ignorado	0.0000	0.0000	.	.
cor	Amarela	0.0112	0.0058	3.71	0.0541
cor	Branca	0.0718	0.0015	2275.70	<.0001
cor	Ignorado	-0.1281	0.0296	18.67	<.0001
cor	Indígena	-0.0216	0.0071	9.16	0.0025
cor	Parda	0.0204	0.0015	191.91	<.0001
cor	Preta	0.0000	0.0000	.	.
REG_DOM	1_Capital	-0.0261	0.0030	76.15	<.0001
REG_DOM	2_Área metropolitana (não capital)	-0.0138	0.0032	18.82	<.0001
REG_DOM	3_Área urbana não metropolitana	-0.0439	0.0017	640.46	<.0001
REG_DOM	4_Área rural	0.0000	0.0000	.	.
chavuf	AC	0.0005	0.0074	0.00	0.9468
chavuf	AL	-0.2752	0.0046	3643.92	<.0001
chavuf	AM	-0.0336	0.0053	40.85	<.0001
chavuf	AP	0.0850	0.0083	105.97	<.0001
chavuf	BA	-0.1595	0.0035	2132.03	<.0001
chavuf	CE	-0.2628	0.0038	4685.11	<.0001
chavuf	DF	0.0617	0.0046	183.93	<.0001
chavuf	ES	-0.0683	0.0041	271.50	<.0001
chavuf	GO	-0.0074	0.0037	4.05	0.0443
chavuf	MA	-0.1649	0.0041	1582.91	<.0001
chavuf	MG	-0.0553	0.0035	254.83	<.0001
chavuf	MS	0.0068	0.0044	2.36	0.1243
chavuf	MT	0.1281	0.0041	982.65	<.0001
chavuf	PA	0.0714	0.0041	306.25	<.0001

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	P-valor
chavuf	PB	-0.2231	0.0042	2873.63	<.0001
chavuf	PE	-0.2549	0.0039	4370.71	<.0001
chavuf	PI	-0.2699	0.0045	3530.11	<.0001
chavuf	PR	-0.0159	0.0037	17.96	<.0001
chavuf	RJ	-0.0120	0.0040	9.16	0.0025
chavuf	RN	-0.2328	0.0044	2745.06	<.0001
chavuf	RO	0.0711	0.0051	195.90	<.0001
chavuf	RR	-0.0888	0.0121	53.48	<.0001
chavuf	RS	-0.0301	0.0038	63.37	<.0001
chavuf	SC	0.0630	0.0039	256.68	<.0001
chavuf	SE	-0.2198	0.0046	2323.19	<.0001
chavuf	SP	0.0625	0.0035	311.11	<.0001
chavuf	TO	0.0000	0.0000	.	.
RM3	AC_Capital	0.0540	0.0089	36.97	<.0001
RM3	AL_Capital	0.0147	0.0065	5.12	0.0236
RM3	AM_Capital	0.0349	0.0057	36.86	<.0001
RM3	AP_Capital	-0.0211	0.0097	4.67	0.0306
RM3	BA_Capital	-0.0782	0.0036	476.90	<.0001
RM3	BA_Periferia	-0.0312	0.0050	39.66	<.0001
RM3	CE_Capital	0.0550	0.0040	189.23	<.0001
RM3	CE_Periferia	0.0629	0.0049	167.49	<.0001
RM3	DF_Capital	0.0000	0.0000	.	.
RM3	ES_Capital	0.0538	0.0095	31.82	<.0001
RM3	GO_Capital	-0.0094	0.0048	3.75	0.0528
RM3	MA_Capital	-0.1057	0.0077	189.62	<.0001
RM3	MG_Capital	0.0078	0.0040	3.80	0.0512
RM3	MG_Periferia	-0.0409	0.0041	99.13	<.0001
RM3	MS_Capital	-0.0322	0.0060	28.70	<.0001
RM3	MT_Capital	-0.1144	0.0068	282.30	<.0001
RM3	Nao RM	0.0000	0.0000	.	.
RM3	PA_Capital	-0.1422	0.0044	1056.98	<.0001
RM3	PA_Periferia	-0.1840	0.0053	1193.32	<.0001
RM3	PB_Capital	-0.0108	0.0067	2.58	0.1085
RM3	PE_Capital	-0.0312	0.0043	52.76	<.0001
RM3	PE_Periferia	-0.1151	0.0042	751.51	<.0001
RM3	PI_Capital	0.1001	0.0072	194.45	<.0001
RM3	PR_Capital	0.0178	0.0046	15.11	0.0001
RM3	PR_Periferia	-0.0067	0.0051	1.74	0.1867
RM3	RJ_Capital	0.0001	0.0041	0.00	0.9801
RM3	RJ_Periferia	-0.0580	0.0043	179.92	<.0001
RM3	RN_Capital	0.0878	0.0066	176.34	<.0001
RM3	RO_Capital	0.0012	0.0074	0.03	0.8695
RM3	RR_Capital	0.0730	0.0132	30.51	<.0001

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	P-valor
RM3	RS_Capital	0.0745	0.0042	308.98	<.0001
RM3	RS_Periferia	0.0136	0.0039	11.94	0.0005
RM3	SC_Capital	-0.0838	0.0093	81.46	<.0001
RM3	SE_Capital	0.0514	0.0068	57.74	<.0001
RM3	SP_Periferia	0.0000	0.0000	.	.
RM3	TO_Capital	0.0065	0.0089	0.53	0.4680
RM3	ZZZSP_Capital	0.0000	0.0000	.	.
RADI	Sim	0.0654	0.0011	3318.43	<.0001
RADI	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
TV	Sim	0.0740	0.0016	2175.67	<.0001
TV	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
LAVA	Sim	0.1422	0.0010	21120.2	<.0001
LAVA	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
GEL	Sim	0.1651	0.0014	14615.2	<.0001
GEL	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
FREE	Sim	0.1209	0.0011	12828.6	<.0001
FREE	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
esgoto	Sim	0.0332	0.0010	1174.74	<.0001
esgoto	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
lixo	Sim	0.0425	0.0016	665.18	<.0001
lixo	ZZZNão	0.0000	0.0000	.	.
PARTICIPACAO		0.0141	0.0016	80.82	<.0001
COMPUTER	Ignorado	0.2002	0.0846	5.59	0.0180
COMPUTER	Tem comp	0.1288	0.0017	5934.57	<.0001
COMPUTER	Tem comp com net	0.2673	0.0013	40096.8	<.0001
COMPUTER	zNão tem comp	0.0000	0.0000	.	.
TELEFONE	Ignorado	0.3131	0.0722	18.81	<.0001
TELEFONE	Tem cel	0.2081	0.0011	37111.0	<.0001
TELEFONE	Tem fixo	0.1837	0.0013	18740.0	<.0001
TELEFONE	Tem fixo e cel	0.3638	0.0013	81380.9	<.0001
TELEFONE	ZNão tem fixo nem cel	0.0000	0.0000	.	.
NBAN		0.0189	0.0014	188.46	<.0001
NCOMODOS		0.0203	0.0005	1741.55	<.0001
NDORMITORIO		0.0068	0.0013	25.28	<.0001
NBAN_PC		0.3034	0.0042	5103.00	<.0001
NCOMODOS_PC		0.0532	0.0013	1573.47	<.0001
NDORMITORIO_PC		0.2436	0.0052	2207.61	<.0001
MORADORES		-0.0192	0.0005	1621.78	<.0001
chCONTRIBU	Contribui Prev Priv	-0.0292	0.0057	25.95	<.0001
chCONTRIBU	Contribui Prev Pub	-0.1820	0.0025	5116.03	<.0001
chCONTRIBU	Desempregado	-0.2824	0.0207	186.10	<.0001
chCONTRIBU	Ignorado	-0.2904	0.0027	11743.3	<.0001
chCONTRIBU	Inativo	-0.2973	0.0082	1328.74	<.0001

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	P-valor
chCONTRIBU	ZContribui Prev Pub e Priv	0.0000	0.0000	.	.
chPOSOCUP	Empregador	1.0853	0.0205	2794.72	<.0001
chPOSOCUP	Func.Inic.Privada	0.7315	0.0205	1274.43	<.0001
chPOSOCUP	Func.Público	0.8346	0.0205	1653.52	<.0001
chPOSOCUP	Ignorado	0.4738	0.0206	528.40	<.0001
chPOSOCUP	Não Remunerado(estagio)	0.5949	0.0206	833.69	<.0001
chPOSOCUP	Profi. Liberal	0.7748	0.0205	1429.98	<.0001
chPOSOCUP	zzzDesempregado	0.0000	0.0000	.	.
EDUCACHEFE		0.0245	0.0001	45393.8	<.0001
crianca1	Alguem de 0 a 6 freq escola priv	-0.0363	0.0019	378.12	<.0001
crianca1	Alguem de 0 a 6 freq escola pub	-0.1825	0.0015	15687.7	<.0001
crianca1	Alguem de 0 a 6 nao freq escola	-0.2255	0.0012	35586.2	<.0001
crianca1	Ignorado	-0.2768	0.0459	36.40	<.0001
crianca1	Não tem ninguem 0 a 6	0.0000	0.0000	.	.
crianca2	Alguem de 7 a 14 freq escola priv	-0.0206	0.0017	143.85	<.0001
crianca2	Alguem de 7 a 14 freq escola pub	-0.2472	0.0011	51796.3	<.0001
crianca2	Alguem de 7 a 14 nao freq escola	-0.2324	0.0027	7247.11	<.0001
crianca2	Ignorado	-0.0534	0.0497	1.15	0.2833
crianca2	Não tem ninguem 7 a 14	0.0000	0.0000	.	.
crianca3	Alguem de 15 a 17 freq escola priv	-0.0865	0.0025	1243.46	<.0001
crianca3	Alguem de 15 a 17 freq escola pub	-0.1751	0.0011	23336.6	<.0001
crianca3	Alguem de 15 a 17 nao freq escola	-0.0828	0.0018	2137.99	<.0001
crianca3	Ignorado	-0.5648	0.0619	83.37	<.0001
crianca3	Não tem ninguem 15 a 17	0.0000	0.0000	.	.
chCOMECOTRAB	10 a 14 anos	-0.0078	0.0045	3.06	0.0801
chCOMECOTRAB	15 a 17 anos	-0.0146	0.0045	10.43	0.0012
chCOMECOTRAB	18 a 19 anos	-0.0045	0.0046	0.95	0.3308
chCOMECOTRAB	20 a 24 anos	0.0244	0.0048	25.84	<.0001
chCOMECOTRAB	25 a 29 anos	0.0275	0.0061	20.32	<.0001
chCOMECOTRAB	Até 9 anos	-0.0034	0.0045	0.56	0.4540
chCOMECOTRAB	Ignorado	0.0193	0.0345	0.31	0.5763
chCOMECOTRAB	z30 anos ou mais	0.0000	0.0000	.	.
chSINDICATO	Ignorado	0.2028	0.0343	34.95	<.0001
chSINDICATO	Não	-0.0903	0.0010	8029.03	<.0001
chSINDICATO	Sim	0.0000	0.0000	.	.
domici	Aluguel abaixo da mediana	0.0467	0.0015	965.75	<.0001
domici	Aluguel acima da mediana	0.2029	0.0014	20705.5	<.0001
domici	Cedido	-0.0719	0.0013	3088.38	<.0001
domici	Ignorado	0.4147	0.0746	30.89	<.0001
domici	Outra condição	-0.0998	0.0045	483.27	<.0001
domici	Próprio – ainda pagando	0.0823	0.0018	2024.78	<.0001
domici	ZPróprio – já pago	0.0000	0.0000	.	.
TIPOFAM	5	0.0657	0.0712	0.85	0.3559

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	P-valor
TIPOFAM	9	-0.2054	0.0889	5.34	0.0209
TIPOFAM	Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	-0.2596	0.0028	8467.10	<.0001
TIPOFAM	Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	-0.1451	0.0027	2844.60	<.0001
TIPOFAM	Casal com todos os filhos menores de 14 anos	-0.2961	0.0027	11740.1	<.0001
TIPOFAM	Casal sem filhos	-0.0560	0.0028	411.72	<.0001
TIPOFAM	Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	-0.2276	0.0026	7528.18	<.0001
TIPOFAM	Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	-0.0760	0.0019	1669.57	<.0001
TIPOFAM	Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	-0.2543	0.0023	12413.9	<.0001
TIPOFAM	Outros tipos de família	0.0000	0.0000	.	.
EDUCACONJUGE	1 a 3	-0.0341	0.0057	35.81	<.0001
EDUCACONJUGE	12 ou mais	0.2791	0.0058	2305.80	<.0001
EDUCACONJUGE	4 a 7	-0.0084	0.0056	2.20	0.1379
EDUCACONJUGE	8 a 11	0.0638	0.0056	128.60	<.0001
EDUCACONJUGE	Sem instrução ou menos de 1 ano	0.0041	0.0057	0.50	0.4796
EDUCACONJUGE	Znão tem conjuge	-0.1548	0.0061	640.85	<.0001
EDUCACONJUGE	ignorado	0.0000	0.0000	.	.
POSOCONJUGE	Desempregado	-0.3531	0.0023	24565.2	<.0001
POSOCONJUGE	Empregador	0.2023	0.0033	3816.97	<.0001
POSOCONJUGE	Func.Inic.Privada	0.0640	0.0015	1858.95	<.0001
POSOCONJUGE	Func.Público	0.1357	0.0019	4873.94	<.0001
POSOCONJUGE	Ignorado	-0.1543	0.0014	12362.9	<.0001
POSOCONJUGE	Não Remunerado(estagio)	-0.2169	0.0019	13216.6	<.0001
POSOCONJUGE	Profi. Liberal	0.0000	0.0000	.	.
POSOCONJUGE	Znão tem conjuge	0.0000	0.0000	.	.
Scale		0.5730	0.0002		

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Apêndice: Análise de Componentes Principais para Definição de Classes Econômicas

Metodologia

A análise de componentes principais é uma metodologia útil quando se tem dados num número de variáveis e se acredita que há alguma relevância nelas – que significa que algumas das variáveis estão correlacionadas, possivelmente porque elas estão medindo a mesma dimensão. Em vista desta aparente redundância, é possível que por exemplo, um item diferente num questionário não estão realmente medindo diferentes construções; mais possivelmente, eles estão medindo uma construção simples que poderia ser rotulada, no presente caso, de “uma visão otimista da realidade como um todo”

Consiste num procedimento de redução de variável e envolve o desenvolvimento das medidas obtidas numa série de variáveis e num número menor de variáveis artificiais – chamadas componentes principais – que serão responsáveis por muito da variância nas variáveis observadas. Na essência, a análise de componentes principais reduz as variáveis observadas para um conjunto de variáveis artificiais, que é feito através do colapso de variáveis redundantes em novas variáveis que podem ser usadas em análise subsequente como variáveis previsoras numa regressão múltipla – ou em outro tipo de regressão.

Tecnicamente, um componente principal pode ser identificado como uma combinação linear de variáveis otimamente pesadas. Ao fazer a análise de componente principal, é possível calcular um score para cada sujeito num dado componente principal. Cada sujeito medido teria scores em cada um dos novos componentes, e o score dos sujeitos no questionário original seria pesado de maneira ótima e então resumido para computar seus scores num dado componente.

Na verdade, o número de componentes extraídos na análise de componente principal é igual ao número de variáveis observadas sendo analisada. Isto quer dizer que a análise de um questionário com muitos itens resultaria em tantos componentes quanto o número de itens. Contudo, na maioria das análises, somente os primeiros componentes não redundantes contariam para uma significativa variância, então somente estes primeiros poucos componentes seriam retidos, interpretados, e usados em análise subsequente. Os demais componentes contariam somente para quantidades triviais de variância e geralmente não seriam retidos e analisados.

O primeiro componente extraído numa análise de componente principal seria responsável por uma quantia máxima de total variância das variáveis observáveis. Em condições típicas, isto significa que o primeiro componente seria correlacionado com ao menos algumas das variáveis observadas e poderia ser com muitas. O segundo componente extraído teria duas importantes características. Primeira, este componente responderia por uma variância máxima no conjunto de dados que não deriva do primeiro componente. Em condições ideais, isto quer dizer que o segundo componente estaria correlacionado com algumas das variáveis observadas que não mostram fortes relações com o primeiro componente. A segunda característica do segundo componente é que ele estaria não correlacionado com o primeiro componente. Literalmente, computando a correlação entre componentes 1 e 2 daria zero. Esta é a regra principal: os demais componentes que são extraídos na análise mostram os mesmos dois aspectos: cada componente responde por uma quantidade máxima de variância nas variáveis observadas que os componentes anteriores não apontam, e é não correlacionada com todos os componentes precedentes. Uma análise de componente principal procede nesta maneira, com cada novo componente respondendo por progressivamente quantias menores de variância – isto porque só os primeiros poucos componentes são geralmente retidos e interpretados. Quando a análise está completa, os componentes resultantes irão mostrar graus variados de correlação com as variáveis observadas, mas completamente não correlacionadas umas com as outras.

As variáveis observadas são padronizadas ao longo da análise, isto é, cada variável é transformada de maneira a ter uma média de zero e uma variância de um. O que queremos dizer com “variância total” no conjunto de dados é simplesmente a soma das variâncias destas variáveis observáveis. Como elas foram padronizadas para ter uma variância de um, cada variável observada contribui uma unidade para a variância total do conjunto de dados. Desta maneira, a variância total numa análise de componente principal será sempre igual ao número de variáveis observadas sendo analisadas, e os componentes que serão extraídos na análise separará esta variância. Se há seis componentes, por exemplo, o primeiro componente responderia por 2.9 unidades de variância total; talvez o segundo componente responderia por 2.2 unidades e aí por diante, com a análise continuando desta maneira até que toda a variância nos dados teriam sua resposta.

		Fator1	Fator2	Fator3
RADI	Radio	29	1	0
TV	TV	35	3	13
LAVA	Maquina de lavar	62*	-8	0
GEL	Geladeira	43*	-5	12
FREE	Freezer	43*	-2	-15
Esgoto		35	-10	9
Lixo		40	-7	23*
PARTICIPACAO		21	13	54*
COMPNET	Computador com internet	67*	-7	-8
COMP		23	1	1
NCOMP		-71*	5	7
FIXOCEL		68*	-3	-6
FIXO		-2	-5	-4
CEL	Celular	-11	2	24
NTEL		-57*	5	-13
NBAN		72*	-11	-16
NCOMODOS		64*	2	-34
NDORMITORIO		33	55*	-33
NBAN_PC		47*	-60*	-21
NCOMODOS_PC		33	-69*	-30
NDORMITORIO_PC		32	-46*	-41*
MORADORES		-6	83*	0
EDUCACHEFE		68*	-19	29
CHCONTRIB_PUBPRIV		27	-4	0
CHCONTRIB_PUB		31	-4	47*
CHCONTRIB_PRIV		10	-4	-6
CHCONTRIB_DESEMP		-6	10	4
CHCONTRIB_INATIVO		-11	-9	-44**
CHPOS_DESEMP		-6	10	4
CHPOS_PRIV		-4	-2	52*
CHPOS_LIB		-12	8	-17
CHPOS_EMP		27	-2	-4
CHPOS_PUB		28	-1	10
CHPOS_NREM		-10	0	-18
NFREQ_0_6		-24	23	37
FREQpub_0_6		-10	12	17
FREQpriv_0_6		19	-1	17
N_0_6		20	-27	-50*
NFREQ_7_14		-11	13	-2
FREQpub_7_14		-20	58*	13
FREQpriv_7_14		37	6	7
N_7_14		4	-63*	-16
NFREQ_15_17		-12	23	-8
FREQpub_15_17		1	49*	-21
FREQpriv_15_17		31	8	-10
N_15_17		-6	-57*	26
CHTRAB_9ANO		-16	6	-12
CHTRAB_1014ANO		-8	8	15
CHTRAB_1517ANO		12	-2	24
CHTRAB_1819ANO		19	-4	14
CHTRAB_2024ANO		17	-5	5
CHTRAB_2529ANO		8	-2	0
CHTRAB_30ANO		1	1	-2
chSINDICATO		16	-1	5
PROPRIOPG		7	15	-41*
PROPRIO		13	-3	13

	Fator1	Fator2	Fator3
ALUGUEL_AB	-17	-8	24
ALUGUEL_AC	17	-9	18
CEDIDO	-18	-6	16
DOM_OUT	-4	2	2
CASALFILHO	-4	-37	-7
CASALFILHO_AB14	-8	-5	63*
CASALFILHO_AC14	23	3	-31
CASALFILHO_14	6	53*	-6
MAE_AB14	-9	9	4
MAE_AC14	-2	-6	-25 *
MAE_14	-5	18	-5
MAE_IG	0	0	-1
FAM_OUT	-10	-38	-21
EDUCONJ_SEM	-25	13	-21
EDUCONJ_1_3	-18	11	-9
EDUCONJ_4_7	-11	11	13
EDUCONJ_8_11	27	-4	36
EDUCONJ_12	48*	-7	2
CONJPOS_DESEMP	-2	1	18
CONJPOS_PRIV	7	4	31
CONJPOS_LIB	6	8	4
CONJPOS_EMP	21	0	-1
CONJPOS_PUB	25	3	3
CONJPOS_NREM	-20	7	-22 *
CONJPOS_NCONJ	-14	-20	-29 *

Variância Explicada por cada Fator			
Fator1	Fator2	Fator3	Factor4
6.7790241	4.4784225	4.0032932	2.9953943